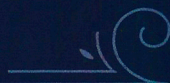


C·S·LEWIS

LENDO OS

SA
LM
OS



Esta não é o que se poderia chamar uma obra "apologética". Em nenhum momento tento convencer não cristãos de que o cristianismo é verdadeiro. Estou me dirigindo a pessoas que já creem no cristianismo ou a todos os que estão preparados para, durante a leitura, "abdicar de sua incredulidade". Um homem não pode defender a verdade o tempo todo; é preciso que também haja um tempo para que possa alimentar-se dela.

- C. S. Lewis

Lutero, no século 16, dizia que os Salmos são "uma Minibíblia" e João Calvino, escrevendo em 1557, afirma que os Salmos são "a anatomia de todas as partes da alma". Para o reformador francês, no livro de Salmos, "o Espírito extirpa da vida todas as tristezas, as dores, os temores, as dúvidas, as expectativas, as preocupações, as perplexidades, enfim todas as emoções perturbadoras com que a mente humana se agita".

- Elben César

LENDO OS

SA

LM

OS

C·S·LEWIS

LENDO OS

**S
A
L
M
O
S**

TRADUÇÃO
JORGE CAMARGO

ultimato 
VIÇOSA|MG

LENDO OS SALMOS

Categoria: Bíblia / Espiritualidade / Vida cristã

Copyright © C. S. Lewis Pte Ltd 1958

Título original em inglês: *Reflections on the Psalms*

Publicado em português sob licença de C. S. Lewis Company Ltd.

Primeira edição: Dezembro de 2015

Coordenação editorial: Natália Superbi

Tradução: Jorge Camargo

Preparação e revisão: Lilian Rodrigues

Diagramação: Bruno Menezes

Capa: Angela Bacon

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lewis, C.S., 1898-1963.

Lendo os Salmos / C.S. Lewis ; tradução Jorge Camargo. — Viçosa, MG : Ultimato, 2015.

Título original: Reflections on the Psalms

ISBN 978-85-7779-141-5

1. Bíblia.Salmos - Crítica e interpretação I. Título.

15-10171

CDD-223.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Salmos : Bíblia : Cristianismo 223.2

PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

EDITORA ULTIMATO LTDA

Caixa Postal 43

36570-000 Viçosa, MG

Telefone: 31 3611-8500

www.ultimato.com.br

■ 2ª impressão

Para Austin e Katharine Farrer

As citações bíblicas são da Nova Versão Internacional, da Sociedade Bíblica Internacional, salvo indicação específica.

ABREVIATURA

ARC - Almeida Revista e Corrigida

SUMÁRIO

Introdução	9
1. O “juízo” no livro de Salmos	17
2. As maldições	27
3. A morte nos Salmos	41
4. “A bondade do Senhor”	51
5. “Mais doces do que o mel”	61
6. Conivência	73
7. A natureza	83
8. Uma palavra sobre louvor	97
9. Outros significados	107
10. As Escrituras	117
11. Significados alternativos nos Salmos	127
Apêndice: Salmos selecionados	145
Índice: Salmos discutidos ou mencionados	155



INTRODUÇÃO

ESTA NÃO É UMA OBRA ACADÊMICA. Eu não sou um hebraísta, não sou um grande crítico, não estudo história antiga nem sou arqueologista. Escrevo para leigos sobre coisas nas quais também sou leigo. Caso seja necessário oferecer uma desculpa (e talvez eu deva fazê-lo) para escrever um livro como este, a minha seria algo mais ou menos assim: em geral, dois garotos que estudam juntos têm mais facilidade de ajudar um ao outro na solução de suas dificuldades do que o professor seria capaz. Todos nós podemos nos lembrar de quando levávamos um problema ao professor e ele, muito provavelmente, explicava o que nós já havíamos entendido, acrescentava uma grande quantidade de informação que não desejávamos e nada dizia sobre a questão que nos confundia. Já observei isso dos dois

lados, pois quando eu tentava, como professor, responder às perguntas trazidas a mim por meus alunos, às vezes via no semblante deles, por um minuto, aquela expressão que me dava a certeza de que estavam sofrendo exatamente a mesma frustração que eu havia sofrido com os meus próprios professores. O colega de classe pode ajudar mais do que o professor porque sabe menos. A dificuldade que queremos que ele nos explique é a mesma com a qual ele teve de lidar recentemente. O especialista a superou há tanto tempo que já se esqueceu. Ele agora vê o assunto de uma maneira mais genérica e sob uma luz tão diferente que não consegue perceber o que está verdadeiramente inquietando o aluno; enxerga dezenas de outras dificuldades, menos a que realmente perturba o estudante.

É por esse motivo que, neste livro, escrevo como um amador que se dirige a outro amador para falar sobre as dificuldades que encontrei ou sobre os pensamentos que me vieram à mente ao ler os salmos, na esperança de que isso possa, de algum modo, interessar outros leitores inexperientes ou, em alguns momentos, até mesmo ajudá-los. O que faço é “comparar notas”; não tenho a ambição de ensinar. Algumas pessoas podem achar que usei os salmos meramente como ganchos para pendurar sobre eles uma série de opiniões diversas. Eu não sei se teria causado qualquer dano se tivesse escrito o livro dessa maneira e não terei queixa alguma contra qualquer pessoa que o interprete assim. Esse, no entanto, não foi o modo como este livro foi, de fato, elaborado. As reflexões que ele contém são as mesmas às quais sou conduzido ao ler os salmos: às vezes, pelo prazer que me proporcionam; outras vezes, por encontrar-me com coisas que, a princípio, eu não conseguia admirar.

Os salmos foram escritos por muitos poetas e em diversas épocas. Alguns, acredito, foram escritos durante o reinado de Davi; penso que certos estudiosos concordam que o Salmo 18 (que tem uma versão um pouco diferente em 2 Samuel 22)

talvez tenha sido de autoria do próprio Davi. Muitos, porém, são posteriores ao “cativoiro”, episódio que deveríamos chamar “deportação para a Babilônia”. Em um trabalho acadêmico, a cronologia seria a primeira coisa a ser estabelecida; em um livro como este, não é necessário ou possível mais nada dizer sobre isso.

O que precisa ser dito, contudo, é que os salmos são poemas, e poemas existem para serem cantados. Não são tratados doutrinários, nem mesmo sermões. Em minha opinião, os que falam em ler a Bíblia “como literatura” às vezes querem dizer que desejam lê-la sem se concentrar em sua mensagem central; é como ler Burke sem ter interesse por política, ou a *Eneida* sem interesse algum por Roma. Para mim, isso não faz o menor sentido. Mas há uma opinião mais saudável segundo a qual a Bíblia – que não deixa de ser uma obra literária – não pode ser lida adequadamente, exceto como literatura, e as suas diferentes partes devem ser lidas como os diferentes tipos de literatura que são. Para sermos mais precisos, seria como dizer que os salmos devem ser lidos como poemas, como letras de música, com todas as licenças poéticas e formalidades, com todas as suas hipérboles, com todas as suas conexões mais emocionais do que lógicas, típicas da poesia lírica. Para que se possa compreendê-los, é preciso que sejam lidos como poemas, assim como o francês deve ser lido como francês ou o inglês, como inglês. Caso contrário, perderemos o que está neles e pensaremos ver o que não existe.

Sua característica formal mais importante, o elemento mais óbvio do padrão é, felizmente, aquele que resiste à tradução. A maioria dos leitores saberá que estou me referindo ao que os estudiosos chamam “paralelismo”, ou seja, a prática de dizer a mesma coisa duas vezes com palavras diferentes. Um exemplo perfeito é: “Do seu trono nos céus o Senhor pôe-se a rir e caçoa deles” (Sl 2.4); ou, novamente: “... ele deixará claro como a

alvorada que você é justo, e como o sol do meio-dia que você é inocente” (37.6). Se isso não for reconhecido como um padrão, o leitor há de se deparar com situações muito complicadas (como acontecia a antigos pregadores) em seu esforço de atribuir um significado diferente a cada metade de versículo ou então chegar à conclusão de que nada disso faz sentido.

Na realidade, trata-se de um exemplo muito claro dos elementos que envolvem todo tipo de padrão e, portanto, todo tipo de arte. Alguém já definiu o princípio da arte como “sempre a mesma coisa, nunca do mesmo jeito”. Assim, em uma dança, você dá três passos e, de novo, mais três passos. É a mesma coisa, mas os primeiros três passos são dados para a direita e os outros três para a esquerda. É o mesmo, feito de outro jeito. Em um edifício, pode haver uma ala de um lado e uma ala do outro, mas ambas com a mesma forma. Na música, o compositor talvez diga ABC e então abc e, depois, αβγ. A rima consiste em combinar duas sílabas que possuem o mesmo som, exceto por suas consoantes iniciais, que são outras. O “paralelismo” consiste em uma forma caracteristicamente hebraica de dizer a mesma coisa, de outro jeito, mas que também é usada por muitos poetas ingleses. Veja, por exemplo, a obra de Marlowe:

Cortado está o galho que poderia ter crescido todo
E queimados estão os ramos de louro de Apolo,

Ou na forma simples e infantil usada por Cherry Tree Carol:

José era um homem velho, um homem velho ele era.

É claro que o paralelismo fica quase sempre oculto de propósito (da mesma maneira que a relação de equilíbrio entre os elementos que compõem um quadro pode ser algo muito mais sutil do que a simetria completa entre eles). E é claro que outros padrões mais complexos podem ser trabalhados através

deste formato, como no Salmo 119 ou no 107 com seu refrão. Menciono apenas o que é mais óbvio: o próprio paralelismo. Dependendo do ponto de vista, é um grande golpe de sorte ou uma sábia provisão divina o fato de determinada poesia que deveria ser traduzida para todas as línguas ter como sua mais importante característica formal algo que não desaparece (como desaparece a métrica simples) na tradução.

Se tivermos algum gosto por poesia apreciaremos essa característica dos salmos. Mesmo os cristãos que não forem capazes de apreciá-la a respeitarão, pois o nosso Senhor, imerso na tradição poética de seu país, tinha prazer em usá-la. “Pois da mesma forma que julgarem, vocês serão julgados; e à medida que usarem, também será usada para medir vocês” (Mt 7.2). A segunda metade do versículo não acrescenta nenhuma outra lógica; ela repete, com variações, a primeira: “Peçam, e lhes será dado; busquem, e encontrarão; batam, e a porta lhes será aberta” (Mt 7.7). O conselho é dado na primeira frase e então repetido duas vezes, usando-se imagens diferentes. Podemos, se assim desejarmos, enxergar nisso um propósito exclusivamente prático e didático; ao conceder a verdades infinitamente dignas de lembrança tal expressão rítmica e mágica, Jesus faz com que seja quase impossível esquecer-las. E eu gosto de ir ainda mais longe em minhas suspeitas. A mim parece apropriado, quase inevitável, que quando essa grande imaginação que, no princípio, para seu próprio deleite e para o deleite dos homens, dos anjos e (a seu próprio modo) dos animais, criou e constituiu toda a natureza e permitiu-se expressar em linguagem humana, ela usasse a poesia, posto que a poesia é também uma pequena encarnação que dá corpo ao que outrora foi invisível e inaudível.

Penso também que não nos fará mal algum lembrar que, ao tornar-se homem, Deus se curvou sob o doce jugo de uma hereditariedade e um desenvolvimento precoces. Humanamente falando, teríamos aprendido, se não com outra pessoa (embora

o estilo tivesse tudo a ver com ele), com a mãe de Cristo. “Que fôssemos salvos de nossos inimigos e das mãos de todos que nos odeiam; para exercer a misericórdia prometida a nossos pais, e lembrar de sua santa aliança.” Eis o mesmo paralelismo. (Seria esse, por acaso, o único aspecto sobre o qual podemos dizer, em relação a sua natureza humana, que “ele era filho de sua mãe”? Há uma força, até mesmo um quê de Débora, misturada à doçura do *Magnificat*, à qual a maioria das madonas pintadas faz pouca justiça e que se combina à costumeira severidade das suas próprias palavras. Estou certo de que a vida privada da santa família foi, em muitos sentidos, “leve” e “discreta”, mas acho que dificilmente aconteceu do jeito que alguns autores de hinos imaginam. É de se suspeitar que tenha havido, nas ocasiões em que isso era apropriado, até certa severidade; e tudo no dialeto do norte do país, que o povo de Jerusalém considerava rude.)

Eu não procurei, é claro, “esgotar o assunto” nem mesmo em meu próprio nível amador. Dei ênfases e fiz omissões conforme meus interesses me orientaram a fazê-lo. Optei por nada dizer sobre os longos salmos históricos, em parte, porque eles têm menos significado para mim, mas também porque parecem carecer de poucos comentários. Digo o mínimo que posso sobre a história dos salmos como se fossem parte de vários “cultos”; esse é um assunto amplo, e não é para mim. Começo com as características do Saltério que são, à primeira vista, as mais repugnantes. Outros homens de meu tempo saberão o motivo. Nossa geração foi educada para comer tudo o que estava no prato, e o princípio saudável da gastronomia infantil era terminar as coisas detestáveis primeiro e deixar as gostosas para o fim.

Eu trabalhei principalmente com a tradução de Coverdale, presente no *Livro de Oração Comum* dos anglicanos. Mesmo entre os tradutores antigos, Coverdale não é, de modo algum, o mais preciso, e é claro que um estudioso contemporâneo

mais profundo sabe muito mais de hebraico do que Coverdale possa ter sabido. Mas em termos de beleza e de poesia, ele e São Jerônimo, o grande tradutor latino, são melhores do que todos os tradutores que eu conheço. Eu sempre conferia e, de vez em quando, até corrigia o trabalho feito por ele a partir da versão de Moffatt.

Finalmente, como logo ficará claro para o leitor, esta não é o que se poderia chamar uma obra “apologética”. Em nenhum momento tento convencer não cristãos de que o cristianismo é verdadeiro. Eu estou me dirigindo a pessoas que já creem no cristianismo ou a todos os que estão preparados para, durante a leitura, “abdicar de sua incredulidade”. Um homem não pode defender a verdade o tempo todo; é preciso que também haja um tempo para que possa alimentar-se dela.

Escrevi também como membro da Igreja da Inglaterra, mas tenho evitado, tanto quanto possível, abordar questões controversas. Em certo ponto, precisei explicar como, em relação a determinado assunto, eu discordava dos católicos romanos e dos fundamentalistas. Espero, com isso, não deixar de contar com a boa vontade ou com as orações de ambos. Nem temo muito por isso. Posso dizer, por experiência própria, que a oposição mais ferrenha não vem deles, nem de outros crentes detalhistas e quase nunca vem dos ateus, e sim de semicrentes de todos os tipos. Há alguns velhos cavalheiros esclarecidos e progressistas, do tipo que não pode ser abatido por nenhuma cordialidade ou desarmados por qualquer modéstia. Sendo assim, ousou dizer que sou uma pessoa muito mais chata do que sei que sou (talvez, no além, nós consigamos enxergar as nossas próprias faces e ouvir as nossas próprias vozes como realmente são).

O “JUÍZO” NO LIVRO DE SALMOS

SE HÁ UM PENSAMENTO que faz um cristão tremer é sobre o “juízo” de Deus. O “Dia” do Juízo é “aquele dia da ira, aquele dia terrível”. Oramos para que Deus nos livre “na hora da morte e no dia do juízo”. Por séculos, a arte e a literatura cristãs descreveram seus terrores. Esta marca do cristianismo certamente remete ao ensino de nosso Senhor, especialmente à terrível parábola das ovelhas e dos bodes, que não deixa consciência alguma intacta, pois nela os “bodes” são totalmente condenados por seus pecados de omissão; é como se nos quisesse dar a certeza de que a mais pesada das acusações contra cada um de nós recai não sobre as coisas que fizemos, mas sobre o que nós nunca fizemos – e que talvez nunca tenhamos sonhado em fazer.

Foi, portanto, com grande surpresa que primeiramente observei como os salmistas falam sobre os juízos de Deus. Eles dizem: “Exultem e cantem de alegria as nações, pois governas os povos com justiça e guias as nações na terra” (Sl 67.4), “Regozijem-se os campos [...] Cantem de alegria todas as árvores da floresta [...] porque ele vem, vem julgar a terra” (96.12-13). O juízo é, aparentemente, uma ocasião de regozijo universal. Os povos pedem pelo juízo: “Senhor, meu Deus, tu és justo; faze-me justiça” (35.24).

A razão para isso logo fica muito clara. Os judeus antigos, como nós, pensavam no juízo de Deus em termos de uma corte de justiça terrena. A diferença é que o cristão retrata o caso a ser julgado como uma causa criminal, com ele mesmo assentado no banco dos réus; o judeu, por sua vez, o apresenta como uma causa civil, na qual ele mesmo é o reclamante. Um espera não ser condenado, ou melhor, espera pelo perdão; o outro espera por um triunfo retumbante com grandes prejuízos para o inimigo. Por essa razão, ele clama: “Julga a minha disputa” ou “Defende a minha causa” (35.23). E como mencionei há pouco, embora nosso Senhor, na parábola das ovelhas e dos bodes, pintasse um quadro caracteristicamente cristão, em outro ponto ele é bem caracteristicamente judeu. Repare no que ele quer dizer ao falar sobre o “juiz que não temia a Deus”. Ouvindo essas palavras, a maioria de nós pensaria em alguém como o juiz Jeffreys* ou nas criaturas que sentaram nos bancos dos tribunais alemães durante o regime nazista: alguém que intimida testemunhas e jurados cujo objetivo é condenar e, depois, punir com brutalidade homens inocentes. Mais uma vez, estamos pensando em um julgamento criminal. Esperamos nunca comparecer em um banco dos réus diante de um juiz assim. No entanto, o juiz iníquo

* George Jeffreys (1645–1689), responsável pelos chamados “Juízos de sangue” que resultaram na execução de cerca de duzentas pessoas durante o reinado de Tiago II na Inglaterra. (N.E.)

na parábola é um personagem bem diferente. Não há perigo algum de se comparecer a esse tribunal contra a sua vontade: a dificuldade é o contrário – entrar nele. Trata-se claramente de uma ação civil. A pobre mulher (Lc 18.1-5) teve sua pequena porção de terra – espaço na qual cabia apenas um chiqueiro ou um galinheiro – tomada por um vizinho mais rico e poderoso (hoje em dia, seriam grandes empreiteiras ou algum órgão do governo). E ela sabia que sua causa era bastante consistente. Se ela pudesse levá-la ao tribunal e fazer com que fosse julgada pelas leis do país, teria de volta sua faixa de terra. No entanto, ninguém lhe dava ouvidos; ela não conseguia fazer com que o caso fosse julgado. Não era de admirar que estivesse tão ansiosa pelo “juízo”.

Por trás disso existe uma experiência milenar e quase universal da qual temos sido privados. Em muitos lugares e várias épocas tem sido muito difícil para os “pequenos” fazer com que suas causas sejam julgadas. O juiz (e, sem dúvida, um ou dois de seus subordinados) tem de ser subornado. Se você não tem como “molhar a mão” de alguém, seu caso nunca chegará a um tribunal. Nossos juízes não recebem subornos (nós provavelmente negligenciamos essa bênção, mas ela não permanecerá conosco automaticamente). Não devemos, portanto, nos surpreender ao notar como os salmos e os profetas ansiavam pelo julgamento divino e consideravam uma boa notícia o anúncio de que tal “juízo” estava chegando. Centenas e milhares de pessoas que perderam tudo o que possuíam e que tinham o direito inteiramente ao seu lado seriam, por fim, ouvidas. É claro que elas não temiam o juízo. Sabiam que seu caso era inquestionável – desde que conseguissem ser ouvidas. Quando Deus viesse, sua causa, por fim, seria julgada.

Dezenas de passagens deixam isso claro. No Salmo 9, lemos que Deus julgará “o mundo com justiça” (v. 8) porque “ele não ignora o clamor dos oprimidos” (v. 12). Ele é “defensor [da causa] das viúvas” (68.5). O rei bom em Salmos 72.2 julgará os povos

com justiça, ou seja, ele defenderá os pobres. Quando Deus se levantar para julgar, ele o fará “para salvar todos os oprimidos da terra” (76.9), todas as pessoas temerosas e indefesas cujas injustiças nunca foram corrigidas. Quando Deus acusa juízes terrenos de julgamento injusto, logo em seguida diz a eles que entendam que os pobres têm “direitos” (82.2-3).

Sendo assim, o juiz justo é principalmente aquele que corrige uma injustiça em uma causa civil. Ele também julgaria com justiça, sem dúvida, um caso criminal, mas dificilmente era nisso que os salmistas estavam pensando. Os cristãos clamam a Deus por misericórdia, em vez de justiça; os judeus daquela época clamavam a Deus por justiça para corrigir a injustiça. O Juiz Divino é o defensor, o resgatador. Estudiosos me dizem que, no livro de Juízes, a palavra que assim traduzimos poderia quase ser traduzida como “defensores”, pois embora esses “juízes” às vezes desempenhassem funções que deveríamos classificar como jurídicas, muitos estavam bem mais interessados em resgatar, com a força de seus braços, os israelitas da opressão dos filisteus e de outros povos. Eles são mais parecidos com Jack, o matador de gigantes,* do que com um juiz moderno, que usa peruca branca. Nos romances de gênero, os cavaleiros que cuidam de resgatar donzelas angustiadas e viúvas, de gigantes e de tiranos agem quase como “juízes” no sentido hebraico antigo: assim é o procurador (e tenho conhecido gente assim) que faz um trabalho gratuito para clientes pobres para corrigir injustiças das quais essas pessoas são vítimas.

Acho que há razões muito boas para considerar a imagem cristã do juízo de Deus como muito mais profunda e muito mais segura para nossas almas do que a judaica. Mas isso não significa que a concepção judaica deva ser simplesmente descartada. Eu, pelo menos, acredito que ainda posso alimentar-me bem dela.

* Personagem de uma fábula. (N.E.)

Ela complementa a imagem cristã de uma forma muito importante, pois o que nos amedronta na imagem cristã é a pureza infinita do padrão a partir do qual nossas ações serão julgadas. Sabemos, porém, que nenhum de nós jamais se aproximará desse padrão. Estamos todos no mesmo barco. Devemos todos concentrar as nossas esperanças na misericórdia de Deus e na obra de Cristo, não em nossa bondade. A imagem judaica de uma ação civil, por sua vez, nos lembra claramente que talvez estejamos em falta não somente em relação aos padrões divinos (o que é óbvio), mas também a um padrão absolutamente humano que todas as pessoas lógicas reconhecem e que nós, em geral, desejamos impor sobre os outros. É quase certo que haja demandas não satisfeitas, demandas humanas, contra cada um de nós; afinal, quem seria capaz de acreditar que, em meio a tantas relações entre empregadores e empregados, marido e mulher, pais e filhos, entre querelas e colaborações, tenha sempre agido (excluindo-se os atos de caridade ou generosidade) com absoluta honestidade e justiça? É claro que esquecemos a maioria das injustiças que cometemos. As partes injustiçadas, no entanto, não esquecem, mesmo quando perdoam. E Deus não esquece. E mesmo o pouco que conseguimos lembrar é terrível o bastante. Poucos de nós temos, em plena medida, dado a nossos alunos, pacientes ou clientes (ou como quer que chamemos nossos "consumidores") aquilo que recebemos. Nem sempre cumprimos com a justa parte que nos cabe em algum trabalho cansativo quando encontramos um colega ou parceiro que possa ser enganado a fim de carregar todo o fardo.

Nossas disputas servem como um ótimo exemplo do modo como as concepções judaica e cristã diferem, embora ambas devam ser consideradas. Como cristãos, devemos, é claro, demonstrar arrependimento de toda ira, malícia e obstinação que permitiram que uma discussão se transformasse, de nossa

parte, em uma rixa. Mas a questão também pode ser analisada a partir de um nível bem inferior: “A partir do momento que a disputa existe (trataremos disso mais adiante), será que ‘jogamos limpo?’”. Ou será que, mesmo sem percebermos, deturpamos todo o problema? Será que fingimos ter raiva de alguma coisa mesmo sabendo que essa raiva escondia uma causa diferente e muito menos nobre? Será que fingimos estar “magoados” em nossos sentimentos mais delicados (pessoas de natureza tão requintada quanto a nossa é muito vulnerável) quando, na verdade, nosso problema era uma questão de inveja, de vaidade insaciável ou de vontade contrariada? Tais táticas quase sempre são bem-sucedidas. A outra parte cede. E cede não porque não saiba, de fato, o que há de errado conosco, mas por saber disso muito bem e há muito tempo; se ela colocar em perigo o relacionamento que mantém conosco, a fera adormecida pode ser despertada, esse esqueleto pode ser tirado do armário. É preciso se submeter a uma cirurgia que, a outra parte sabe, nós nunca vamos aceitar. E é, assim, enganando, que ganhamos a disputa. Mas a injustiça não deixa de ser profundamente sentida. Na verdade, o que costuma ser chamado “melindre” é a mais poderosa máquina de tirania doméstica, às vezes uma tirania vitalícia. Como devemos lidar com isso em relação aos outros, não sei ao certo, mas deveríamos ser rigorosos diante de suas primeiras manifestações em nós mesmos.

Os protestos constantes nos salmos contra os que oprimem “os pobres” podem parecer, à primeira vista, ter menos aplicação à nossa sociedade do que à maioria das outras. Mas é possível que seja um conceito superficial; talvez o que muda não seja a opressão, mas apenas a identidade do “pobre”. É muito comum acontecer de algum conhecido meu receber uma notificação do Imposto de Renda e questioná-la. Isso, por vezes, representa uma redução em torno de até 50% sobre o valor inicialmente cobrado. Um homem que conheci, que era procurador, foi ao

escritório e perguntou o que representava a notificação original. A criatura atrás do balcão deu uma risadinha e disse: “Bem, não custa nada tentar cobrar alguma coisa”. Agora, quando o engano é cometido contra homens do mundo que sabem como se defender, nenhum grande dano é gerado. Às vezes, perde-se tempo e nós, em certa medida, compartilhamos a desgraça de pertencer a uma comunidade onde tais práticas são toleradas, mas isso é tudo. Quando, porém, esse tipo de cobrador de impostos envia uma notificação igualmente desonesta a uma pobre viúva, que já passa fome por viver com uma renda cheia de descontos por um trabalho que, em tese, não prestou (na verdade, recebida como resultado de anos de autonegação por parte do marido) e que a inflação reduziu a quase nada, observa-se um resultado provavelmente muito diferente. Ela não tem como pagar por auxílio jurídico, não entende nada do assunto; está assustada e paga, reduzindo, assim, seus gastos com comida e gás, que já eram insuficientes. O cobrador de impostos que “tentou” cobrar alguma coisa daquela mulher – e conseguiu – é precisamente o ímpio que, “em sua arrogância [...] persegue o pobre” (10.2). Ele faz isso, certamente, não como o cobrador de impostos antigo, para receber de pronto a sua comissão, mas somente para progredir em seu trabalho ou para agradar os seus superiores. Isso faz diferença. Quão importante é essa diferença aos olhos daquele que vinga os órfãos e as viúvas, eu não sei. O cobrador de impostos talvez leve o assunto em consideração na hora de sua morte e aprenda a responder por ela no dia do “juízo”. (Mas quem sabe eu posso estar cometendo uma injustiça com os cobradores de impostos? Eles talvez considerem seu trabalho um esporte e apenas sigam as regras do jogo; e como outros esportistas que não “chutam cachorro morto”, assim talvez reservem suas cobranças ilegais para os que são capazes de se defender e contra-atacar, e nunca sonhem em “tentar” algo contra os desamparados. Se assim for, só me

resta pedir desculpas por meu equívoco. Se o que eu disse não se justifica enquanto repreensão ao que eles são, talvez ainda seja útil como advertência pelo que eles ainda podem vir a ser. A falsidade é um vício.)

Percebe-se, porém, que faço uso da concepção judaica de um juízo civil em meu benefício como cristão ao descrever-me na condição de réu, não de reclamante. Os autores dos salmos não fazem isso. Eles aguardam ansiosamente pelo “juízo” porque pensam que foram injustiçados e esperam ver essa injustiça corrigida. Há, de fato, algumas passagens nas quais os salmistas aproximam-se da humildade cristã e sabiamente abrem mão de sua autoconfiança. Assim, no Salmo 50 (um dos mais belos), Deus é o acusador (v. 6-21); em Salmos 143.2, temos as palavras que a maioria dos cristãos frequentemente repete: “Mas não leves o teu servo a julgamento, pois ninguém é justo diante de ti”. Mas isso não é o comum. Quase sempre os salmistas são os reclamantes indignados.

Aparentemente, ele está totalmente certo de que suas mãos estão limpas. Ele nunca fez aos outros as coisas horrendas que estão fazendo com ele. “Senhor, meu Deus, se assim procedi...” – se tenho me comportado como essa ou aquela pessoa, então permita que essa ou aquela pessoa “me pisoteie e aniquile a minha vida, lançando a minha honra no pó” (7.3-5). Mas é claro que não tenho. Não é como se os meus inimigos estivessem me pagando por qualquer desserviço que eu lhes tenha prestado. Pelo contrário, eles têm retribuído “o bem com o mal”. Mesmo depois disso, continuei exercendo extrema caridade para com eles. Quando todos estavam doentes, orei e jejei em seu favor (35.12-14).

Tudo isso, é claro, tem seu perigo espiritual. Leva a uma prisão tipicamente judaica de farisaísmo que nosso Senhor repreendia com frequência e de maneira intensa. Analisaremos essa questão daqui a pouco. Por ora, no entanto, penso que

seja importante fazer uma distinção entre a certeza de que alguém tem razão e a convicção de que alguém é "justo", ou seja, um homem bom. Considerando que nenhum de nós é justo, a segunda convicção é sempre uma ilusão. No entanto, qualquer pessoa pode ter a certeza – e provavelmente todos, em um ou outro momento da vida, têm – de estar com a razão a respeito de determinado assunto. Além disso, é possível que o pior homem do mundo esteja certo quando confrontado com o melhor homem do mundo. Seu caráter geral não tem nada a ver com isso. A pergunta sobre quem é o dono do lápis, Tommy ou Charles, é totalmente diferente da pergunta sobre qual dos dois é o garotinho mais gentil, e se os pais permitirem que um dos meninos influencie sua decisão em relação ao outro estarão sendo muito injustos. (Seria bem pior se eles dissessem a Tommy que deveria deixar que Charles ficasse com o lápis, quer pertencesse a ele ou não, porque isso mostraria como ele tinha um bom caráter. Mesmo que isso fosse verdade, seria uma verdade inoportuna. A recusa em se fazer justiça não deve ser justificada por meio de uma exortação à caridade. Isso seria, provavelmente, o mesmo que dar a Tommy uma certeza perpétua de que a caridade é uma fuga hipócrita para perdoar o roubo e o favoritismo de fachada.) Sendo assim, não podemos, de forma alguma, supor que os salmistas estivessem enganados ou mentindo quando afirmavam estar completamente certos ao confrontar seus inimigos particulares em determinados momentos específicos. É possível que as vozes desses salmistas nos soem agressivas, levando-nos a acreditar que eram pessoas repulsivas. Mas essa é outra questão. E, em geral, ser injustiçado não torna as pessoas amigáveis.

No entanto, é claro que a confusão fatal entre estar certo e ser justo logo recai sobre eles. No Salmo 7, que já citei, observamos a transição de uma coisa para a outra. Nos versículos 3 a 5, o poeta está absolutamente certo; no versículo 8, ele está dizendo:

“Julga-me, Senhor, conforme a minha justiça, conforme a minha integridade”. Há também, em muitos dos salmos, uma confusão ainda mais fatal: aquela entre o desejo de justiça e o desejo de vingança. Esses importantes assuntos devem ser tratados separadamente. Sobre os salmos farisaicos, falaremos somente em um estágio bem posterior; para os salmos de vingança e as maldições, podemos nos voltar imediatamente. São eles que têm feito do Saltério um livro predominantemente fechado para muitos membros da Igreja moderna. Os clérigos, não é de se admirar, têm medo de apresentar às suas congregações poemas tão cheios de paixão, aos quais o ensino de nosso Senhor não abre espaço. No entanto, deve haver alguma forma cristã de se fazer uso deles; isso se, pelo menos, ainda crermos (como eu creio) que toda a Sagrada Escritura é, de algum modo – embora isso não se aplique da mesma maneira a todas as suas partes –, a Palavra de Deus (posteriormente explicarei a maneira como entendo isso).

AS MALDIÇÕES

EM ALGUNS DOS SALMOS, o espírito de ódio com o qual nos defrontamos é como o calor da boca de uma fornalha. Em outros, o mesmo espírito deixa de ser assustador e se torna (para as mentes modernas) quase cômico de tão ingênuo.

Exemplos dos primeiros podem ser encontrados por todo o Saltério, mas talvez o mais forte esteja no Salmo 109. O poeta ora para que um homem ímpio governe sobre seu inimigo e para que “um acusador” esteja ao seu lado direito (“e Satanás esteja à sua direita” – v. 6 – ARC). É provável que isso não signifique o que um leitor cristão naturalmente suporia. “Satanás” é um acusador, talvez um delator. Quando ficar provada a culpa do inimigo, que ele seja condenado e sentenciado “e que até a sua oração seja considerada pecado” (v. 7). Mais uma vez,

não acredito que isso constitua suas orações a Deus, mas suas súplicas a um juiz humano, o que irá piorar ainda mais a situação de quem o prejudicou (dobre a pena, porque ele implorou para que ela fosse reduzida à metade). Que os seus dias sejam poucos; que o resultado de seu trabalho seja entregue a outra pessoa (v. 8). Quando ele morrer, que os seus órfãos cheguem a ponto de mendigar (v. 10). Que procure em vão por alguma pessoa neste mundo que possa ao menos sentir pena dele (v. 12). Que Deus jamais se esqueça dos pecados de seus pais e impute a ele o castigo pela perversidade de seus descendentes (v. 14). Um versículo ainda mais cruel está no Salmo 137 (cujo restante do texto é muito bonito), quando uma bênção é pronunciada em referência a qualquer um que pegar um bebê babilônio e bater com sua cabeça na calçada (v. 9). E há um requinte de maldade em Salmos 69.22: “Que a mesa deles se lhes transforme em laço; torne-se retribuição e armadilha”.

Alguns exemplos que dificilmente conseguiriam produzir um sorriso talvez apareçam de maneira ainda mais perturbadora em alguns salmos que amamos: o 143, após seguir por onze versículos com uma melodia que traz lágrimas aos olhos, no 12º acrescenta uma espécie de lembrança de última hora: “E no teu amor leal, aniquila os meus inimigos”. De modo ainda mais ingênuo, quase infantil, o Salmo 139, em meio ao seu hino de louvor, acrescenta (v. 19): “Quem dera matasses os ímpios, ó Deus!” – como se fosse surpreendente que um remédio assim tão simples para as enfermidades humanas não tivesse passado pela cabeça do Todo-Poderoso. O pior de todos está em “O Senhor é meu pastor” (Sl 23): depois dos pastos verdejantes, das águas tranquilas, da firme confiança no vale da sombra da morte, de repente nos deparamos com o versículo 5: “Preparas um banquete para mim *à vista dos meus inimigos*” – ou, como o doutor Moffatt*

* James Moffat (1870–1944), escocês, tradutor da Bíblia. (N.E.)

traduz essa passagem: “Tu és o anfitrião que oferece-me uma festa *enquanto meus inimigos ficam olhando*”. O prazer do poeta em sua prosperidade momentânea não seria completo, a menos que aqueles inimigos horrendos (que costumavam olhá-lo com desprezo) estivessem assistindo àquilo tudo e odiando. Essa talvez não seja tão diabólica quanto as passagens que citei acima; no entanto, sua mesquinhez e vulgaridade, especialmente no contexto em que está inserida, são difíceis de suportar.

Um modo de lidar com esses salmos terríveis ou (ousemos dizer) chocantes é simplesmente deixando-os de lado. No entanto, infelizmente, as partes ruins não podem “passar em branco”; como pudemos notar, é possível que estejam entrelaçadas às partes mais refinadas. E se ainda acreditarmos que toda a Sagrada Escritura é “útil para o ensino” ou que o uso antigo dos salmos na adoração cristã não é totalmente contrário à vontade de Deus, e se lembrarmos que a mente e a linguagem de nosso Senhor estão profundamente inseridas no Saltério, talvez tenhamos vontade de, se possível, fazer uso deles. Que uso é esse?

Parte da resposta a essa pergunta só pode ser dada a partir do momento em que levamos em consideração o tema dessa alegoria. Por enquanto, eu só posso descrever, se é que isso pode ajudar outras pessoas, o uso não premeditado e gradual que tenho feito deles.

No início tive certeza – e ainda tenho – de que não devemos tentar explicá-los nem nos rendermos sequer por um momento à ideia de que, pelo fato de vir da Bíblia, todo esse ódio vingativo deva ser, de algum modo, bom e piedoso. Devemos encarar ambos os fatos com honestidade. O ódio está presente – supurando, exultando com a desgraça alheia, notória –, e também nós seríamos perversos se, de algum modo, o condenássemos ou aprovássemos; ou (pior ainda) se o usássemos para justificar paixões da mesma natureza em nós

mesmos. Somente depois de admitirmos isso é que poderemos seguir em frente com segurança.

A primeira coisa que me ajudou – isso sempre me acontece – veio de uma perspectiva que não parecia ser, de modo algum, religiosa. Descobri que essas maldições eram, em certo sentido, muito interessantes, pois observamos nelas um sentimento que todos conhecemos muito bem. O ressentimento expressando-se com total liberdade, sem disfarce, sem inibição, sem vergonha – como poucas pessoas, senão talvez as crianças, o expressariam nos dias de hoje. Eu não acho, é claro, que isso aconteceu porque os hebreus antigos não tinham regras ou restrições. As culturas antigas e orientais são, em vários aspectos, mais convencionais, cerimoniosas e educadas do que a nossa. Suas restrições, no entanto, se manifestavam de formas diferentes. Não era preciso disfarçar o ódio em nome do decoro social ou por temor de que alguém o acusasse de alguma neurose. Nós, portanto, o enxergamos em sua forma “selvagem” ou natural.

Era de se esperar que os salmos chamassem imediata e proveitosamente a minha atenção para a mesma coisa acontecendo em meu próprio coração. Essa, sem dúvida, é uma forma muito boa de fazer uso dos salmos que falam de maldições. Certamente esse sentimento de ódio que temos dentro de nós e contra o qual lutamos não tem como objetivo fazer com que nos vingüemos de maneiras tão aterrorizantes. Vivemos – ao menos, ainda em alguns países – em uma época mais branda. Aqueles poetas viveram em um mundo tomado por punições selvagens, por massacre e por violência, com sacrifício de sangue em todos os países e com sacrifício humano em muitos deles. E é claro que também somos muito mais sutis ao disfarçarmos nossa má intenção em relação aos outros e a nós mesmos. “Bem”, dizemos, “ele vai viver o bastante para se arrepender disso”, como se estivéssemos simplesmente profetizando, ainda que nos arrependamos depois. Fazemos isso

sem perceber e, certamente, sem admitir que o que predizemos nos enche de satisfação. Ainda mais quando dito à maneira dos salmistas, que mastigam repetidas vezes os restos de alguma injúria como quem defende uma espécie de autotortura diante de circunstâncias que costumam agravar isso, quando a maioria de nós consegue reconhecer algo que encontramos dentro de nós. Somos, afinal, irmãos de sangue desses homens cruéis, frustrados e bárbaros.

Essa, como eu costumo dizer, é uma boa maneira de interpretar as maldições. Na verdade, porém, outra coisa aconteceu primeiro comigo. Pareceu-me que, ao enxergar nelas um ódio flagrante, eu também enxerguei o que naturalmente acontece quando um ser humano é ferido. O conceito de “naturalmente” aqui é bastante importante porque o que acontece naturalmente pode muito bem ser apagado pela graça, eliminado pela prudência ou pela convenção social e inteiramente disfarçada (o que é perigoso) sob a forma de autoengano. No entanto, da mesma maneira como o ato de se jogar um fósforo aceso em uma pilha de serragem deve naturalmente produzir fogo – embora a umidade ou a intervenção de uma pessoa mais sensível possa impedir que isso aconteça –, o ato de enganar um homem, “reprimi-lo” ou negligenciá-lo deve, naturalmente, gerar ressentimentos; ou seja, expor esse homem à tentação de tornar-se exatamente o que os salmistas foram quando escreveram essas passagens vingativas. Talvez ele consiga resistir à tentação, talvez não. Se fracassar, se morrer espiritualmente por causa do ódio que nutre por mim, como fico eu, que provoquei esse ódio? Além do ferimento original, eu lhe causei outro muito pior. Na melhor das hipóteses, eu trouxe uma nova tentação para a sua vida interior e, na pior, coloquei na vida dele um novo pecado que irá importuná-lo. Se esse pecado vier a corrompê-lo por completo, significa que, em certo sentido, fui eu quem o corrompeu ou seduziu. Fui eu quem o tentei.

Não há sentido em falar como se o perdão fosse algo fácil. Todos nós conhecemos aquela velha piada: “Você parou de fumar uma vez, eu parei doze”. Do mesmo modo, eu poderia dizer a alguém: “Eu o perdoei pelo que fez naquele dia. Eu o perdoei tantas vezes que até perdi a conta” porque sabemos que a obra do perdão tem de ser executada repetidas vezes. Nós perdoamos, nós mortificamos o nosso ressentimento e, uma semana depois, outra corrente de pensamento nos leva de volta à ofensa original e descobrimos o velho ressentimento ressurgindo como se nada tivesse sido feito a respeito dele. Precisamos perdoar nosso irmão setenta vezes sete não por ele nos ter ofendido 490 vezes, mas por tê-lo feito uma única vez. Dessa forma, o homem em quem estou pensando expõe a minha alma uma nova e difícil tentação que o Diabo já tinha tentado expor muitas vezes. E o que ele fez a mim, sem dúvida fez a outras pessoas; eu, que sou excepcionalmente abençoado por ter um modo de vida que, pelo fato de me atribuir pouco poder, me permite poucas oportunidades de oprimir e de amargurar as outras pessoas. Que todos nós, que nunca ocupamos cargos como os de encarregados de escolas, membros das forças armadas, professores, enfermeiros-chefes, carcereiros ou mesmo magistrados, possamos dar muitas graças por isso.

É extremamente raso ler as maldições nos salmos e não ter qualquer sentimento em relação a elas, exceto o de horror diante da falta de compaixão dos poetas. Eles são verdadeiramente maus. Mas também devemos pensar naqueles que fizeram com que eles se tornassem tão maus. Seu ódio é uma reação a algo. Esse ódio é o tipo de sentimento produzido, graças a algum tipo de lei natural, pela crueldade e pela injustiça. Injustiça, entre outras coisas, é isso. Tire de um homem a sua liberdade ou os seus bens e é possível que você também tire dele sua inocência, ou talvez até a sua humanidade. Nem todas as vítimas se enforcam. Algumas vivem para alimentar esse ódio.

Ocorreu-me, então, outro pensamento que me conduziu a uma direção inesperada e, à primeira vista, indesejada. A reação dos salmistas à injúria, embora profundamente natural, é totalmente equivocada. Talvez existam pessoas que aceitem a desculpa de que, pelo fato de eles não serem cristãos, não podiam ter uma reação melhor do que essa. Mas há duas razões para que esse argumento, embora com certo fundamento, não resista por muito tempo.

A primeira é que, dentro do judaísmo, a resposta correta para esse tipo de reação natural já existia. “Não guardem ódio contra o seu irmão no coração [...] Não procurem vingança, nem guardem rancor contra alguém do seu povo, mas ame cada um o seu próximo como a si mesmo”, diz Levítico 19.17-18. Em Êxodo 23.4-5 lemos: “Se você encontrar perdido o boi ou o jumento que pertence ao seu inimigo, leve-o de volta a ele. Se você vir o jumento de alguém que o odeia caído sob o peso de sua carga, não o abandone, procure ajudá-lo”. “Não se alegre quando o seu inimigo cair, nem exulte o seu coração quando ele tropeçar” (Pv 24.17). E eu nunca me esquecerei da surpresa que tive quando descobri que a palavra do apóstolo Paulo – “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer” etc. – é uma citação direta desse mesmo livro (Pv 25.21). Essa é uma das recompensas por ler o Antigo Testamento regularmente. Você sempre descobre, mais e mais, quanto o Novo Testamento é uma colcha de retalhos de citações do Antigo Testamento; como o nosso Senhor constantemente repetiu, reiterou, deu continuidade, refinou e sublimou a ética judaica; quão raramente introduziu uma novidade sequer. Isso foi, de fato, perfeitamente apreendido – tornando-se quase um axioma – por milhões de cristãos iletrados, da mesma forma que a leitura da Bíblia tornou-se habitual. Atualmente, parece algo tão esquecido a ponto de as pessoas acreditarem que, se puderem provar que algum documento pré-cristão (ou o que eles entendem por

pré-cristão), tal como os Manuscritos do mar Morto, “aguardou” de alguma maneira a vinda de Jesus, então elas perderam a crença em nosso Senhor. É como se nós o considerássemos um vendedor de produtos baratos que, como Nietzsche, teria inventado uma nova ética! Todo bom mestre, dentro ou fora do judaísmo, aguardou a vinda de Cristo. Toda boa versão de história religiosa do mundo pré-cristão o prenuncia. Não poderia ser diferente. A Luz que iluminou todos os seres humanos desde o princípio pode brilhar com mais clareza, mas não pode mudar. A origem não pode repentinamente começar a ser, no sentido popular da palavra, “original”.

A segunda razão é mais inquietante. Se justificarmos os poetas dos salmos pelo fato de não serem cristãos, então devemos ter o mesmo tipo de postura em relação aos autores pagãos. Se eu conhecesse um pouco melhor a literatura pagã, talvez fosse capaz de fazer isso. Porém, em função do que eu conheço (um pouco de grego, um pouco de latim e quase nada de alemão antigo), não estou certo de que possa fazê-lo. Posso encontrar nesses autores a sensualidade, uma extrema e brutal insensibilidade, demonstrações frias e evidentes de crueldade, mas não essa fúria ou esse ódio requintado. Estou me referindo, é claro, às situações nas quais os autores falam sobre si; no caso de discursos colocados na boca de personagens furiosos, como em uma peça de teatro, a coisa é diferente. A primeira impressão que tenho é a de que os judeus eram muito mais vingativos e sarcásticos do que os pagãos.

Quem não é cristão rejeitará tudo isso com aquele velho comentário debochado: “É muito estranho que Deus tenha escolhido os judeus”. É impossível para nós crermos que Deus os tenha escolhido como veículo de sua própria encarnação e que tenhamos com Israel uma dívida impagável.

Quando nos vemos diante de uma dificuldade, podemos sempre ter a certeza de que uma descoberta está à nossa espera.

Onde há mistério, é natural que esperemos por diversão. Vale muito a pena explorar o potencial dessa dificuldade específica.

Parece haver, no universo moral, uma regra geral que pode ser formulada da seguinte maneira: “Quanto mais alto se é, mais risco se corre”. O “homem sensual comum”, eventualmente infiel à esposa, que às vezes fica embriagado e é sempre um pouco egoísta, que de vez em quando (mesmo sem desrespeitar a lei) se revela leviano em relação aos seus ideais, certamente é, de acordo com os padrões comuns, um tipo “inferior” se comparado ao homem cuja alma está ocupada com alguma grande causa, à qual ele submeterá seus prazeres, sua riqueza e até mesmo sua segurança. Mas é o segundo homem que pode verdadeiramente fazer algo perverso – um membro da Inquisição ou do Comitê de Segurança Pública. São os grandes homens, os potenciais santos – e não os homenzinhos comuns – que se tornam fanáticos impiedosos. Os que estão mais bem preparados para morrer por uma causa podem facilmente se tornar os que estão mais preparados para matar por ela. Observa-se o mesmo princípio em ação em um campo (comparativamente) tão irrelevante como a crítica literária; a obra mais brutal, o mais irritante entre todos os críticos, odiado por quase todos os autores, talvez seja o mais honesto e desinteressado, o homem que se importa mais apaixonada e abnegadamente com a literatura. Quanto mais alto o risco, maior a tentação de entregar-se ao jogo. Não devemos sobrevalorizar a relativa inocência das pessoas pequenas, sensuais e frívolas. Elas não estão acima, mas abaixo de algumas tentações.

Se eu nunca sou tentado e se eu não consigo sequer me imaginar sendo tentado a participar de um jogo, isso não significa que eu seja melhor do que os que cedem à tentação. A timidez e o pessimismo que me livram dessa tentação me fazem retroceder diante desses riscos e aventuras que os homens, em geral, aceitam. Da mesma maneira, comparativamente, não

podemos ter certeza de que o fato de os pagãos não terem um espírito vingativo seja um bom sintoma de seu comportamento, embora seja, em si, uma coisa positiva. Isso me veio à mente durante uma jornada noturna, no início da Segunda Guerra Mundial, em um compartimento cheio de jovens soldados. A conversa entre eles deixou claro que não acreditavam em tudo o que haviam lido nos jornais sobre as crueldades em massa produzidas pelo regime nazista. Eles chegaram à conclusão, sem sequer discutir, de que todas aquelas coisas não passavam de mentiras, tudo propaganda divulgada por nosso próprio governo para “incentivar” as nossas tropas. E o mais impressionante era que, acreditando nisso, eles não demonstravam sentir a menor raiva. A eles parecia natural que os nossos governantes atribuíssem falsamente os piores crimes a alguns colegas a fim de induzir outros homens a derramar o próprio sangue. Eles não estavam nem mesmo interessados nisso. Não viam nada de errado naquilo. A mim pareceu, no entanto, que os mais violentos entre os salmistas – como, aliás, qualquer criança que choraminga dizendo: “Isso não é justo” – estavam em uma situação mais favorável do que a daqueles jovens. Se tivessem percebido e sentido (como um homem deveria sentir) a perversidade diabólica que acreditavam que nossos governantes cometiam e então os perdoassem, eles teriam sido considerados santos. Não percebê-la e ainda aceitá-la como a coisa mais normal do mundo (sem nem ao menos serem tentados a sentir ressentimento) demonstra uma insensibilidade assustadora. Parece claro que aqueles homens não tinham (ao menos não em relação a esse assunto) qualquer noção de bem e de mal.

Assim, o fato de eles não sentirem raiva, especialmente aquele tipo de raiva a que chamamos “indignação”, pode, em minha opinião, ser um sintoma extremamente alarmante. A indignação pode ser um bem. Mesmo quando essa indignação passa por

um rancor pessoal amargo, ela ainda assim pode ser um bom sintoma, embora em si seja um sentimento ruim. A indignação é pecado, mas ao menos mostra que aqueles que a sentem não se permitem sucumbir a um nível inferior ao da tentação de cometer esse mesmo pecado – assim como acontece com os pecados (na maioria das vezes, assustadoramente terríveis) do grande patriota ou do grande reformador que aponta para algo que nele está acima do próprio “eu”. Se os judeus amaldiçoavam com mais amargura do que o faziam os pagãos, em minha opinião isso era resultado, ao menos em parte, do fato de eles levarem mais a sério a noção de certo e errado. Se observarmos os insultos que eles faziam, descobriremos que sentiam raiva não apenas porque determinadas coisas lhes eram feitas, mas porque eram coisas explicitamente erradas, porque eram coisas detestáveis tanto para Deus quanto para quem fosse vítima delas. O conceito de “Senhor da justiça” – que deve odiar determinadas coisas tanto quanto as pessoas que as fazem e que, portanto, deve com certeza (mas como é terrível o quanto ele demora para fazer isso!) “julgá-las” ou vingar-se delas – está sempre presente, ao menos nos bastidores. Às vezes, toma a frente das coisas, como em Salmos 58.9-10, que descreve que “os justos se alegrarão quando forem vingados [...] Então os homens comentarão [...] ‘com certeza há um Deus que faz justiça na terra’”. Isso é algo bem diferente da raiva pura e simples, sem indignação; é a fúria quase animalesca por descobrir que o inimigo de determinado homem fez a ele exatamente o que esse homem teria feito a seu inimigo se tivesse sido mais forte ou mais rápido.

Esse sintoma é diferente, certamente mais elevado e melhor; ainda assim, leva a um pecado mais terrível, pois encoraja o homem a pensar que suas próprias e piores paixões sejam santas. Ele o encoraja a acrescentar à expressão de suas próprias emoções ou mesmo das suas próprias opiniões, explícita ou implicitamente, a frase “assim diz o Senhor”, como o fazem

tão terrivelmente Carlyle, Kipling e alguns outros políticos, e até mesmo certos críticos modernos, do seu próprio jeito. (É isso, aliás, que queremos dizer com a expressão “tomar o nome de Deus em vão”, mais do que descrever com ela um mero “juramento profano” e sem valor. O homem que diz: “Dane-se essa cadeira!” não deseja, na verdade, que ela seja primeiro provida de uma alma imortal para só então ser enviada à eterna perdição.) Pois também é verdade quando dizemos que, “quanto mais alto se é, mais risco se corre”. Os judeus pecaram, nesse assunto, mais do que os pagãos, não porque estivessem mais longe de Deus, mas porque estavam mais próximos dele. Pois o sobrenatural, quando adentra uma alma humana, faz com que ela se abra para novas possibilidades do bem e do mal. A partir desse ponto, a estrada se divide em duas: um caminho para a santidade, o amor, a humildade, e o outro para o orgulho espiritual, a hipocrisia, o zelo perseguidor. E não há caminho de volta para as virtudes e os vícios triviais de uma alma adormecida. Se o chamado divino não nos tornar melhores, nos tornará muito piores. De todos os homens maus, os homens maus religiosos são os piores. De todos os seres criados, o mais maldoso é aquele que originalmente ficava na presença do próprio Deus. Parece não haver saída para isso. Trata-se de uma nova aplicação das palavras de nosso Senhor sobre “pagar o preço”.

Ainda podemos observar como esses poetas antigos estavam, em certo sentido, perto de Deus, mesmo em meio às suas piores imprecações. Embora terrivelmente distorcido pelo instrumento humano, há algo na voz divina que pode ser ouvido nessas passagens. Não que Deus olhe para os seus inimigos da mesma maneira; nós não acreditamos nisso. Ele não deseja a morte do pecador, mas, sem dúvida, tem para com o pecado desses inimigos a mesma hostilidade implacável expressada pelo poeta. Implacável? Sim, não em relação ao pecador, mas

em relação ao pecado. Quanto ao pecado, ele não será tolerado nem perdoado; nem aliança alguma será estabelecida com ele. Se o homem quiser ser salvo, esse dente tem de ser extraído, essa mão direita tem de ser amputada. Desse modo, a inquietude dos salmistas está muito mais próxima de um lado da verdade do que muitas atitudes modernas, as quais podem ser confundidas com caridade cristã, porque é assim que são sustentadas. Essa inquietude está, por exemplo, obviamente mais próxima de um lado da verdade do que a total indiferença moral dos soldados jovens. Está mais próxima do que a falsa tolerância científica que faz com que toda a maldade do mundo seja vista simplesmente como neurose (embora, é claro, algumas manifestações de maldade possam, de fato, ser classificadas dessa maneira). Essa inquietude carrega até mesmo um quê de sanidade ausente na velha senhora que, ao presidir um tribunal de jovens – ouvi isso pessoalmente –, contou que alguns *hooligans* que haviam sido condenados por roubo (eles já tinham vendido os objetos roubados e alguns tinham acusações anteriores contra si) realmente deveriam desistir daquelas “brincadeiras estúpidas”. Contra todas essas coisas, essas partes cruéis dos salmos servem como um lembrete de que há perversidade no mundo, e que ela (se não os seus perpetradores) é detestável aos olhos de Deus. Nesse sentido, por mais perigosa que seja a distorção da Palavra de Deus promovida pela humanidade, ela também encontra eco por meio dessas passagens.

Mas, além de aprender com esses salmos terríveis, podemos ainda aplicá-los à nossa vida devocional? Eu creio que sim; devemos, porém, discutir esse assunto em um capítulo posterior.

A MORTE NOS SALMOS

SEGUINDO A MINHA POLÍTICA de falar primeiro do que é menos atraente, devo agora prosseguir abordando o assunto “hipocrisia”, presente em muitos dos salmos. No entanto, não podemos tratar adequadamente esse assunto antes de observar algumas outras questões. Primeiramente, gostaria de concentrar-me em um assunto bastante diferente.

Nossos ancestrais parecem ter lido os salmos e todo o restante do Antigo Testamento sob a impressão de que os autores que os escreveram tinham uma compreensão plena da teologia cristã; a principal diferença existente está relacionada à encarnação, que para nós é algo registrado e que, para eles, foi profetizado. Em particular, eles raramente duvidavam de que os autores antigos estivessem preocupados (como nós) com a vida além da morte, que temessem a condenação e esperassem pela alegria eterna.

Em nossa versão do Livro de Orações, e provavelmente em muitas outras, algumas passagens passam tal impressão de uma maneira quase inquestionável. Assim, em Salmos 17.14, lemos sobre os ímpios “cuja recompensa está nesta vida”. O leitor cristão inevitavelmente vê nisso (e Coverdale, o tradutor, também leu assim) o contraste que o nosso Senhor apresenta entre o homem rico, que tinha suas coisas boas nesta terra, e Lázaro, que somente as recebeu na vida futura – o mesmo contraste implícito em Lucas 6.24: “Mas ai de vocês, os ricos, pois já receberam sua consolação”. Os tradutores modernos, no entanto, não conseguem encontrar isso no hebraico contemporâneo. Na realidade, essa passagem é simplesmente uma das maldições sobre as quais estávamos falando no capítulo anterior. Em Salmos 17.13, o poeta ora para que Deus “derrube” (na versão do doutor Moffatt, “esmague”) os ímpios; no versículo 14, há requintes de crueldade. Sim, esmague-os, mas primeiro faça com que eles tenham sua porção nesta vida. Mate-os, mas primeiro imponha sobre eles, enquanto estão vivos, muitas dificuldades.

Novamente, no Salmo 49, lemos: “Homem algum pode redimir seu irmão [...], pois o resgate de uma vida não tem preço. Não há pagamento que o livre para que viva para sempre...” (v. 7-8). Quem não ousaria pensar que isso se refere à obra redentora de Cristo? Nenhum homem pode “salvar” a alma de outro. O preço da salvação só pode ser pago pelo Filho de Deus; como diz um velho hino, não houve nenhum outro ser humano “bom o suficiente para pagar o preço”. O próprio estilo de nossa versão reforça esse efeito pelo uso do verbo “redimir” (conceder indenização a alguém), que hoje é usado somente com sentido teológico, bem como o uso da expressão “não tem preço”. Não “tem preço”, mas “teve”, de uma vez por todas, no Calvário. No entanto, parece que o poeta hebraico quis dizer algo totalmente diferente e muito mais simples. Ele quis dizer apenas que a morte

é inevitável. O doutor Moffatt traduz o trecho assim: “Ninguém pode subornar a si mesmo. Ninguém pode adquirir de Deus, por determinado preço (o resgate de uma alma é por demais precioso), a vida que nunca acabará”.

A essa altura, posso imaginar um antigo admirador dos salmos dizendo: “Ah, não vou perder tempo com estudiosos e tradutores modernos! Não permitirei que eles estraguem a Bíblia inteira. Permita-me fazer, pelo menos, duas perguntas: (1) Não é querer “forçar demais a barra” a tentativa de me convencer de que, não uma, mas duas vezes no mesmo livro, um mero acidente (traduções erradas, manuscritos ruins ou sabe-se lá o quê) teria reproduzido a linguagem do cristianismo com tanto êxito? (2) Quer dizer que antigos significados relacionados a esses versículos, que já foram absorvidos por nós, simplesmente precisam ser descartados?”. Ambas as perguntas serão consideradas em um capítulo posterior. Por ora, me limitarei a dizer que, para a segunda questão, minha resposta pessoal é um seguro “não”. Retorno para o que acredito serem os fatos.

Parece bem claro que, na maior parte do Antigo Testamento, há pouca ou nenhuma crença em uma vida futura; certamente nenhuma crença que tenha qualquer importância religiosa. A palavra traduzida por “alma” em nossa versão dos salmos significa simplesmente “vida”; a palavra traduzida por “inferno” significa apenas “a terra dos mortos”, a condição de todos os mortos, igualmente bons e maus, o Sheol.

É difícil saber o que um judeu antigo pensava do Sheol. Elenão gostava de pensar a respeito disso. Sua religião não o encorajava a fazê-lo. Não faria bem nenhum pensar sobre o Sheol. Só poderia fazer mal. O Sheol era uma condição a partir da qual se acreditava que pessoas muito perversas, como a feiticeira de En-Dor, seriam capazes de invocar um fantasma. O fantasma, no entanto, não dizia nada a você sobre o Sheol, era chamado apenas para falar sobre o nosso mundo. Ou, por outro lado, se você se permitisse

desenvolver um interesse doentio pelo Sheol, talvez fosse atraído a uma das formas próximas de paganismo e comeria “sacrifícios oferecidos a ídolos mortos” (Sl 106.28).

Por trás de tudo isso, podemos discernir uma concepção não especificamente judaica, mas comum a muitas religiões antigas. O Hades grego é o exemplo mais conhecido no mundo de hoje. Não é o céu nem o inferno; é quase nada. Estou falando de crenças populares; é claro que filósofos como Platão tinham uma doutrina vívida e positiva da imortalidade. E é claro que os poetas podem escrever fantasias sobre o mundo dos mortos. Tais fantasias, em geral, têm menos a ver com a verdadeira religião pagã e mais com ideias fantasiosas que podemos escrever sobre outros planetas e a verdadeira Astronomia. Na verdadeira crença pagã, não valia muito a pena fazer comentários sobre o Hades; era um mundo de sombras e de decadência. Homero (provavelmente bem mais próximo das verdadeiras crenças do que os últimos e mais sofisticados poetas) apresenta os fantasmas como entidades insensatas. Eles gaguejam coisas sem sentido até que algum ser humano lhes dê de beber um sacrifício de sangue. No início da *Iliada*, quando ele fala acerca dos homens mortos em batalha, conta que “suas almas” foram para o Hades, mas que “eles mesmos” foram devorados por cães e urubus. Isso demonstra, de maneira espantosa, como os gregos se sentiam a respeito de tudo isso naquela época. O homem, em si, é o corpo, mesmo o corpo inerte; o fantasma é apenas um tipo de reflexo ou de eco. (Por vezes, senti em minha mente o impulso macabro de me perguntar se tudo isso era mesmo verdade; que o destino natural da humanidade, o destino da humanidade não redimida, é apenas este: desintegrar-se na alma como no corpo para ser um sedimento psíquico ridículo. Se é assim, a ideia de Homero de que somente um gole de sacrifício de sangue pode trazer de volta um fantasma à razão seria uma das mais impressionantes entre as muitas expectativas pagãs pela verdade.)

Tal concepção vaga e marginal, mesmo no paganismo, torna-se mais próxima no judaísmo. O Sheol é ainda mais turvo e, no fundo, mais distante do que o Hades. Ele fica a mil milhas do centro da religião judaica; especialmente nos salmos. Eles falam do Sheol (“inferno” ou “poço”) muito mais como um homem fala da “morte” ou da “sepultura” quando não há nenhuma crença em qualquer tipo de estado futuro, qualquer que seja – um homem para quem os mortos estão simplesmente mortos e nada mais há a ser dito.

Em muitas passagens isso está bem claro para todo leitor atencioso, mesmo na nossa tradução. A mais clara de todas essas passagens é o grito dado em Salmos 89.47: “Lembra-te de como é passageira a minha vida. Terás criado em vão todos os homens?”. Todos nós terminamos em nada. Portanto, “o homem não passa de um sopro” (39.5). Sábios e tolos têm o mesmo destino (49.10). Uma vez morto, um homem não adora mais a Deus: “Acaso o pó te louvará?” (30.9). “Entre os mortos, quem te louvará?” (6.5). A morte é a “terra” onde não somente as coisas mundanas, mas todas as coisas são esquecidas (88.12). Quando um homem morre, “naquele mesmo dia acabam-se os seus planos” (146.4). Todo homem “se juntará aos seus antepassados, que nunca mais verão a luz” (49.19); ele vai para uma escuridão que jamais terá fim.

Em outro lugar, eu admito, é como se o poeta estivesse orando pela “salvação de sua alma”, no sentido cristão. É quase certo que não. Em Salmos 30.3 lemos: “... tiraste-me da sepultura”, que significa: “Você me salvou da morte”. “As cordas da morte me envolveram, as angústias do Sheol vieram sobre mim” (116.3) significa: “A morte estava armando laços para mim, eu senti a angústia de um homem moribundo” – como diríamos, “eu estava às portas da morte”.

Como todos nós sabemos a partir das nossas versões do Novo Testamento, na época de nosso Senhor o judaísmo

havia mudado muito em relação a esse assunto. Os saduceus apegavam-se à visão antiga. Os fariseus e aparentemente muitos outros povos acreditavam na vida do mundo por vir. Quando, por quais meios e a partir de que fontes (abaixo de Deus) essa nova crença se infiltrou são questões que não vêm ao caso agora, neste momento. Estou mais interessado em tentar entender a ausência de tal crença em meio a um intenso sentimento religioso durante o período anterior. Para alguns, pode parecer impressionante que Deus, tendo revelado tanto de si àquele povo, não lhes tivesse ensinado sobre essa crença.

Isso não me impressiona agora. Primeiramente, havia nações próximas aos judeus cuja religião estava predominantemente preocupada com a vida após a morte. Ao ler sobre o Egito antigo, tem-se a impressão de uma cultura na qual o principal interesse da vida era tentar assegurar o bem-estar dos mortos. É como se Deus não quisesse que o povo escolhido seguisse aquele exemplo. Talvez perguntemos o motivo disso. Será possível que os homens se sintam sempre preocupados demais com seu destino eterno? Em certo sentido, por mais paradoxo que isso pareça, devo responder que sim.

A verdade parece-me, pois, que a felicidade ou o sofrimento além da morte, por mais simples que esses temas sejam, não podem sequer ser considerados assuntos de cunho religioso. Um homem que acredita neles será, é claro, prudente ao buscar um e evitar o outro. Mas isso não tem mais a ver com a religião do que cuidar da saúde ou guardar dinheiro para a velhice. A única diferença, nesse caso, é que os riscos são muito maiores. E isso significa que, quando se tem uma convicção verdadeira e firme, as esperanças e ansiedades que advêm disso são impressionantes. Não são, porém, as mais religiosas que alguém pode ter. São esperanças de alguém, ansiedades de alguém. Deus não está no centro. Essa crença é importante somente porque envolve algo mais. Na verdade, tal crença pode existir sem que exista

a crença em Deus. Os budistas estão muito preocupados com o que lhes acontecerá após a morte, mas não são, em nenhum sentido, teístas.

Assim sendo, é bem possível que, quando Deus começou a se revelar aos homens, mostrando-lhes que ele (e mais ninguém) é o verdadeiro objetivo e a satisfação de suas necessidades, que deveria ser alvo dos clamores humanos simplesmente por ser quem ele é, independentemente do fato de ter poder para lhes conceder ou negar alguma coisa, talvez fosse absolutamente necessário que esta revelação não começasse com nenhuma alusão à bem-aventurança ou à perdição futura. Não é por esses pontos que se deve começar. Uma crença tão forte nisso, logo de início, talvez torne quase impossível o desenvolvimento (por assim dizer) do apetite por Deus; as esperanças e os temores pessoais, que obviamente também são empolgantes, vêm em primeiro lugar. Mais tarde, quando depois de séculos de treinamento espiritual os homens estão aprendendo a desejar e a adorar a Deus, a suspirar por ele “como suspira a corça”, aí é diferente. Pois então os que amam a Deus desejarão não somente desfrutar dele, mas “desfrutar dele para sempre” e temerão perdê-lo. E é por essa porta que podem entrar a esperança verdadeiramente religiosa do céu e o temor do inferno; como corolários de uma fé já centralizada em Deus, e não como elementos que exerçam algum tipo de influência, seja ela independente ou intrínseca. É até justificável que, no momento em que o “céu” deixa de significar união com Deus e o “inferno”, separação dele, a crença em ambos se transforme em uma superstição maligna; pois então teremos, por um lado, uma crença meramente “compensatória” (uma “sequência” de uma história triste, na qual tudo “ficará bem”) e, por outro, um pesadelo que conduzirá os homens a manicômios ou os transformará em perseguidores.

Felizmente, pela boa providência de Deus, é muito difícil fazer com que os egoístas e sub-religiosos mantenham uma

crença firme e estável, e talvez isso seja possível apenas para os que são levemente neuróticos. A maioria de nós descobre que a nossa crença na vida futura é forte somente quando Deus está no centro dos nossos pensamentos; que se tentarmos usar a esperança do “céu” como forma de compensação (mesmo para o sofrimento mais inocente e natural, o do luto), ela desmorona; essa esperança só pode ser mantida, nesses termos, pelos esforços árduos da imaginação controlada – e sabemos, em nosso coração, que a imaginação é por nossa conta. Quanto ao inferno, impressiono-me constantemente ao ler os “sermões sobre o fogo do inferno”, elaborados pelos nossos clérigos mais antigos, diante dos esforços desesperados que fazem para descrever esses horrores intensos aos seus ouvintes, espantados com o fato de que os homens, com tais horrores pairando sobre eles, possam viver de uma maneira tão negligente quanto vivem. Mas talvez isso não seja, de fato, assustador. Talvez os clérigos estejam apelando para o nível da prudência e do terror egocêntricos, para uma crença que, nesse nível, não pode verdadeiramente ser vista como uma influência permanente sobre a conduta – embora, sem dúvida, possa ser intensificada por alguns poucos minutos agitados, ou mesmo por horas.

Tudo isso é apenas a opinião de um homem. E ela pode ser indevidamente influenciada por minha própria experiência, pois a mim (eu disse isso em outro livro, mas é inevitável repetir) foi permitido, por um ano inteiro, crer em Deus e tentar – de uma maneira resistente – obedecê-lo antes que eu pudesse ter qualquer tipo de crença na vida futura. E esse ano sempre me parece ter sido de grande valia. Portanto, talvez me seja natural suspeitar de algo que tenha sido igualmente valioso nos séculos durante os quais os judeus estiveram na mesma posição em que eu estive. Desta forma, outras ideias são perfeitamente aceitáveis.

É claro que, entre os judeus antigos, como entre nós, havia muitos níveis de interesse. Nem todos demonstraram falta de interesse o tempo todo, e talvez ninguém tenha mostrado desinteresse maior do que o nosso. Assim, o que preencheu neles o lugar que mais tarde seria ocupado pela esperança do céu (muito frequentemente desejada principalmente como uma fuga do inferno, o que é lamentável) foi, é claro, a esperança de paz e de abundância na terra. Isso, em si, não era menos (e, na verdade, nem mais) sub-religioso do que os cuidados preventivos com o mundo por vir. Não foi algo tão pessoal e egocêntrico quanto o nosso desejo por prosperidade terrena. Naqueles tempos antigos, o indivíduo, como tal, parecia menos consciente de si, parecia ser muito menos preparado do que outros, sem ser capaz de reconhecer nitidamente a própria prosperidade em relação à da nação e, em especial, à de seus descendentes. As bênçãos sobre a prosperidade remota de alguém eram bênçãos pessoais. Na verdade, nem sempre é fácil saber se o salmista é um poeta individual ou se é a nação, Israel. Às vezes, suspeito que o poeta pode nunca ter levantado esta questão.

No entanto, podemos nos enganar muito ao supor que essas esperanças terrenas constituíam o único elemento presente no judaísmo. Elas não são seu traço característico, aquilo que o distingue da religião antiga em geral. E note aqui os caminhos singulares pelos quais Deus conduz seu povo. Século após século, por golpes que nos parecem cruéis, pela derrota, pela deportação e pelo massacre, os judeus foram persuadidos de que a prosperidade terrena não é, de fato, a forma mais correta ou mesmo provável de se ver a Deus. Toda a esperança deles foi frustrada. A lição ensinada no livro de Jó é cruelmente ilustrada na prática. Tal experiência teria, por certo, destruído uma religião que não tivesse outro centro senão a esperança na paz e na abundância, com “todo homem sob sua própria vinha e sua própria figueira”. Sabemos que muitas religiões “desapareceram”.

Mas o impressionante é que a religião não é destruída. Em seus melhores representantes, ela cresce em pureza, força e profundidade. Ela está sendo levada mais e mais ao verdadeiro centro de si mesma, através dessa terrível disciplina. Esse será o assunto de nosso próximo capítulo.

“A BONDADE DO SENHOR”

“**AGORA DEIXEMOS** todos esses assuntos de lado e falemos de coisas prazerosas”. Até aqui – não pude evitar – este livro tem sido o que a velha senhora do livro de Scott descreveu como “um frio alarido de moralidade”. Por fim, podemos nos voltar para coisas mais interessantes. Se pensarmos que “felicidade” é uma palavra inadequada para elas, isso pode mostrar o quanto necessitamos de algo que os salmos podem nos dar, talvez melhor do que qualquer outro livro no mundo possa.

Davi, como sabemos, dançou diante da arca. Dançou com tamanha desinibição que uma de suas esposas (presumivelmente uma figura mais moderna, embora em nada melhor que ele) pensou que ele estivesse se expondo ao ridículo. Davi não se importou com o fato de estar ou não fazendo papel de tolo. Ele

estava se alegrando no Senhor. Para começar, isso nos ajuda a lembrar de que o judaísmo, embora pregue a adoração ao único, verdadeiro e eterno Deus, é uma religião antiga. Isso significa que suas aparências e muitas das suas atitudes eram muito mais semelhantes às do paganismo do que a todo aquele conservadorismo – todo aquele esquema de passos dados na ponta dos pés e de falar em voz baixa – que a palavra “religião” sugere, em nossa época, a tanta gente. É claro que, de certo modo, isso cria uma barreira entre nós e ele. Não deveríamos ter nos deleitado com os rituais antigos. Todos os templos do mundo, como o elegante Parthenon, em Atenas, e o santo templo, em Jerusalém, foram matadouros. (Até mesmo os judeus parecem resistir a essa lembrança. Eles não reconstruíram o templo, nem restauraram os sacrifícios.) No entanto, mesmo essa verdade tem dois lados. Se os templos tinham cheiro de sangue, eles cheiravam também a carne assada; tinham, ao mesmo tempo, um caráter festivo e caseiro e outro sagrado.

Quando eu lia a Bíblia, ainda menino, achava que o templo de Jerusalém estava para as sinagogas locais como uma grande catedral está, em um país cristão, para as igrejas paroquiais. Na realidade, esse paralelo não existe. O que acontecia nas sinagogas era bem diferente do que acontecia no templo. As sinagogas eram casas de reunião nas quais se lia a Lei e onde uma mensagem poderia ser transmitida – na maioria das vezes, essa mensagem era dada por um visitante ilustre (como em Lucas 4.20 ou Atos 13.15). O templo era o lugar do sacrifício, o lugar onde se praticava a adoração essencial a Javé. Cada igreja cristã de hoje descende de ambos. Seus sermões e suas lições expõem sua origem na sinagoga. Mas pelo fato de ser nela que se celebram as ordenanças, como a Ceia do Senhor, ela é como o templo: é o lugar onde a adoração à deidade pode ser praticada plenamente. Sem o templo, o judaísmo ficou mutilado, foi desprovido de sua atividade central; qualquer

igreja, celeiro, enfermaria ou campo pode ser considerado um templo cristão.

A coisa mais valiosa que os salmos me trazem é a expressão desse mesmo prazer em Deus que fez Davi dançar. Não estou dizendo que esse prazer seja tão puro ou tão profundo quanto o amor por Deus, demonstrado pelos maiores santos e místicos cristãos. Não, eu não o estou comparando a isso, mas ao ato simplesmente mecânico de "ir à igreja" e "recitar orações" por obrigação, ao qual a maioria de nós – muito frequentemente, embora não constantemente – está limitada. Em contraposição a isso, esse prazer parece algo muito forte, viril e espontâneo; um sentimento que podemos desejar com uma inocente inveja e com a esperança de sermos por ele invadidos à medida que lemos este livro.

Por essa razão é que esse prazer está bastante relacionado ao templo. Os poetas mais simples não faziam distinção entre o amor a Deus naquilo que poderíamos chamar (de uma maneira mais ousada) de "sentido espiritual" e o prazer proporcionado pelas festas no templo. Não devemos interpretar mal esse conceito. Os judeus não eram, como os gregos, um povo analítico e lógico; na verdade, com exceção dos gregos, nenhum dos povos antigos era. Seria impossível para eles fazer o tipo de distinção que nós facilmente fazemos entre os que estão realmente adorando a Deus na igreja e os que apreciam "um belo culto" por causa da música, da tradição ou apenas por motivos sentimentais. Conseguimos nos aproximar um pouco mais da mentalidade daqueles homens quando pensamos em um trabalhador rural piedoso e moderno, que esteja na igreja no dia de Natal ou no dia de Ação de Graças pela colheita. Refiro-me, é claro, a alguém que realmente acredita, que participa da Ceia regularmente, e não a alguém que visite a igreja apenas nessas ocasiões e que seja (não no pior, mas no melhor sentido da palavra) um pagão, alguém que pratica a piedade pagã, curvando-se respeitosamente diante

do desconhecido – que, em outras ocasiões, transformá-se em esquecido – nas grandes festividades anuais. O homem de quem falo é um verdadeiro cristão. Contudo, seria injusto com essa pessoa pedir-lhe que, nessas ocasiões, destacasse algo que fosse exclusivamente religioso e separasse esse elemento de todos os outros presentes em sua mente – do sincero prazer social que ele sente ao participar de um evento coletivo, de sua admiração (bem como a da multidão) pelos hinos, da lembrança que ele tem de outros cultos de sua infância, de sua expectativa totalmente legítima em relação ao que acontecerá depois da colheita, ou do jantar de Natal que se realiza depois do evento na igreja. Na mente dessa pessoa, todas essas coisas são uma só. Isso seria ainda mais verdadeiro em se tratando de um homem da antiguidade e, em especial, de um judeu antigo. O judeu antigo era camponês e muito apegado à terra. Nunca tinha ouvido sobre música, festividades ou agricultura como coisas separadas da religião, nem da religião como algo separado dessas coisas todas. A vida era uma coisa só. E isso, com certeza, fazia dele alguém vulnerável aos perigos espirituais que as pessoas mais sofisticadas sabem como evitar, mas também concedia a ele alguns privilégios que essas mesmas pessoas precisavam receber.

Assim, quando os salmistas falam a respeito de “ver” o Senhor ou de “ansiar por vê-lo”, a maioria deles deseja descrever algo que aconteceu com eles no templo. A maneira mais fatal de interpretar isso seria declarar: “Eles só querem dizer que viram a festividade”. Seria melhor dizer: “Se nós estivéssemos lá, só teríamos assistido às festividades”. Assim, no Salmo 68, o trecho: “Já se vê a tua marcha triunfal, ó Deus [...] adentrando o santuário. À frente estão os cantores, depois os músicos; com eles vão as jovens tocando tamborins” (v. 24-25). É quase como que se o poeta dissesse: “Vejam, lá vem ele”. Se eu lá estivesse, teria visto os músicos e as moças com os tamborins; além disso, eu poderia ou não (como dizemos) “sentir” a presença de Deus.

O adorador antigo estava consciente de que não há dualismo nisso. Do mesmo modo, se um homem moderno desejava “viver na casa do Senhor todos os dias da minha vida para contemplar a bondade do Senhor” (27.4), suponho que ele diria que esperava experimentar muitos momentos de visão espiritual e de amor “sensível” por parte de Deus – não, é claro, sem a mediação das ordenanças e a ajuda de outros “serviços”, mas como algo perceptível a partir deles, e não que surgisse como seu resultado inevitável. Mas eu suspeito que o poeta desse salmo não fez distinção entre “contemplar a beleza do Senhor” e os atos de adoração em si.

Quando a mente se torna mais capaz de abstrair e analisar, essa velha unidade se rompe. E já não é mais possível distinguir com facilidade o que é rito e o que constitui visão de Deus, assim como há o perigo de o rito tornar-se um substituto e um rival do próprio Deus. Uma vez que esse rito possa ser pensado separadamente, ele o será e talvez ganhe vida própria, uma vida rebelde e cancerígena. Há um estágio na vida de uma criança no qual ela não consegue separar a religião do caráter meramente festivo do Natal ou da Páscoa. Contaram-me de um garotinho muito devotado que escutaram murmurando consigo mesmo, em uma manhã de Páscoa, um poema de sua própria composição, que começava assim: “Ovos de chocolate e Jesus ressuscitado”. Para a idade dele, essas coisas podem ser consideradas poesia e piedade admiráveis. Mas é claro que, em breve, virá o tempo em que essa criança não viverá mais essa unidade de modo tão fácil e espontâneo. Ela se tornará capaz de discernir o aspecto espiritual do aspecto ritual e festivo da Páscoa, e os ovos de chocolate deixarão de corresponder a sacramentos. E, uma vez tendo feito essa distinção, ela terá de priorizar uma coisa ou outra. Se colocar o espiritual em primeiro plano, ainda poderá experimentar algo da Páscoa nos ovos de chocolate; se colocar os ovos em primeiro lugar, eles em breve não serão nada mais

do que um doce entre tantos outros. Eles ganharão uma vida independente que em breve perderá seu vigor. De maneira geral, uma situação como essa ocorreu, durante algum tempo, tanto no judaísmo quanto na experiência de alguns judeus. A unidade se desintegrou e os ritos sacrificiais se tornaram distintos do que seria um encontro com Deus. Isso, infelizmente, não quer dizer que eles acabarão ou que se tornarão menos importantes. Pode até ser que se tornem, de várias formas ruins, ainda mais importantes do que eram antes. Talvez sejam valorizados como se fossem um tipo de transação comercial estabelecida com um Deus insaciável, que de algum modo verdadeiramente deseje ou necessite de grandes quantidades de carcaças e cujos favores não possam ser assegurados em nenhum outro termo. Pior ainda, pode ser que esses ritos sacrificiais sejam considerados a única coisa que Deus deseja que você faça, de modo que apenas o cumprimento minucioso do rito seja capaz de satisfazê-lo, não sendo necessário obedecer às suas demandas por misericórdia, “juízo” e verdade. Para os sacerdotes, o sistema como um todo parece importante simplesmente porque se trata de sua arte e de seu meio de vida; todo o seu pedantismo, o seu orgulho e a sua posição econômica estão vinculados a isso. Eles aprimoram sua arte cada vez mais. É claro que há restrições a essas visões de sacrifício no próprio judaísmo. Os profetas faziam críticas frequentes e severas a elas. Mesmo o Saltério, embora em grande parte seja uma coletânea do templo, também faz críticas, como no Salmo 50, no qual Deus diz a seu povo que toda essa adoração no templo, considerada de maneira isolada, não é o que realmente importa. O texto expõe ao ridículo, em particular, a noção genuinamente pagã de que Deus precisa ser alimentado com carne assada. “Se eu tivesse fome, precisaria dizer a você?” (v. 12). Às vezes fico imaginando que poderia, do mesmo modo, fazer a seguinte pergunta a um determinado tipo de clérigo contemporâneo: “Se eu quisesse música – se estivesse fazendo

uma pesquisa sobre os mais obscuros detalhes da história do rito ocidental – *você* realmente acha que essa música seria a fonte na qual eu confiaria?.”

Essa possível degradação do sacrifício e as críticas a ele são, no entanto, tão bem conhecidas por todos que não há qualquer necessidade de destacá-las aqui. Quero ressaltar o que acho que nós (ou, pelo menos, eu) mais necessitamos: a alegria e o prazer em Deus que podemos encontrar nos salmos, não importa se de modo superficial ou íntimo, nesse ou naquele caso, podem ter uma relação direta com o templo. Esse é o centro nevrálgico do judaísmo. Aqueles poetas tinham muito menos razões para amar a Deus do que nós. Não sabiam que Deus lhes ofereceria alegria eterna, muito menos que ele morreria a fim de conquistá-la para eles. No entanto, expressam um anseio por conhecer a pessoa de Deus, por simplesmente estar em sua presença, um anseio que só pode advir dos melhores cristãos ou dos cristãos em seus melhores momentos. Eles desejam viver todos os seus dias no templo para que possam constantemente ver “a bondade do Senhor” (27.4). Seu anseio de subir a Jerusalém e “apresentar-se a Deus” é como a sede fisiológica (42). De Jerusalém, sua presença resplandece em “perfeita beleza” (50.2). Carentes desse encontro com ele, suas almas estão áridas como uma terra seca (63.1). Eles clamam por receber “bênçãos” de sua casa (65.4). Somente ali eles podem se sentir tranquilos como um pássaro no ninho (84.3). Um dia dessas “bênçãos” é melhor do que toda uma vida gasta em qualquer outro lugar (v. 10).

Eu tenho preferido – embora essa expressão talvez pareça dura para alguns – classificar esse sentimento como “apetite por Deus” ao invés de “amor a Deus”. O “amor a Deus” muito facilmente sugere todos esses sentidos negativos ou restritivos que a palavra “espiritual” infelizmente assimilou. Os antigos poetas não pareciam se considerar mercedores ou piedosos por terem tais sentimentos nem acreditavam ser privilegiados

pela graça de sentir-se assim. Eles são, ao mesmo tempo, menos meticulosos em relação a isso do que o pior entre nós e menos humildes – talvez pudéssemos até dizer menos surpresos – que o melhor de nós. Esse apetite tem toda a espontaneidade de um desejo natural e até mesmo físico. Ele é animado e divertido. Eles estão alegres e exultantes (9.2). Seus dedos coçam de desejo por tocar a harpa (43.4), a lira e a harpa – “Acordem, harpa e lira!” (57.8). Façamos uma canção, tragam o tamborim, tragam “a lira e a harpa melodiosa”, vamos cantar com alegria e fazer um barulho animado (81.1-2). Veja bem: barulho. A música pura e simples não é suficiente. Que todos, mesmo os gentios* ignorantes, batam palmas (47.1). Que todos nós toquemos címbalos, não apenas bem afinados, mas *alto*, e (que) dancemos também (150.5). Que mesmo as ilhas remotas (todas as ilhas eram distantes, pois os judeus não eram navegadores) compartilhem o seu júbilo (97.1).

Não estou dizendo que esse entusiasmo – se você preferir, essa barulheira – possa ou deva ser restaurado. Parte disso não pode ser restaurada porque não está morta, mas ainda está em nós. Seria fútil pretender que nós, anglicanos, fôssemos um bom exemplo. Em minha opinião, os católicos romanos, os ortodoxos e o Exército da Salvação, todos eles assimilaram mais esse conceito do que nós. Temos uma preocupação muito grande com o bom gosto. No entanto, ainda assim podemos ficar felizes. A segunda razão é bem mais profunda. Todos os cristãos sabem algo que os judeus não sabiam: qual é “o preço para redimir suas almas”. Nossa vida como cristãos começa quando somos batizados na morte; nossas festas mais alegres começam *com* e centralizam-se *no* corpo partido e no sangue derramado. Há, assim, uma profundidade trágica em nossa

* Não “vocês, todos os povos”, como em nossa versão, mas “vocês, todas as nações” (Goyim).

adoração, uma profundidade que a adoração judaica carecia ter. Nossa alegria tem de ser o tipo de alegria que possa coexistir com essa profundidade, pois há em nós um contraponto no local onde, para eles, havia uma simples melodia. Mas isso não anula, de maneira alguma, a dívida alegre que eu, antes de tudo, sinto que tenho para com os salmos mais exultantes. A despeito da presença de certos elementos que possamos, neste momento, ter dificuldade para considerar religiosos, e apesar da ausência de elementos que alguns julgariam essenciais à religião, consigo enxergar uma experiência totalmente centrada em Deus, que não clama a ele por nenhum outro dom mais urgente que não seja o de sua presença, o dom dele mesmo, jubiloso em seu mais alto grau e inequivocamente real. O que eu vejo (por assim dizer) nos rostos daqueles velhos poetas me diz muito mais sobre o Deus a quem eles e nós adoramos.

Mas esse prazer ou entusiasmo tipicamente hebraico encontra também outra via. Devemos segui-la no próximo capítulo.

“MAIS DOCES DO QUE O MEL”

NA TRAGÉDIA ATÁLIA, de Racine, o coro de meninas judaicas entoava uma ode sobre a entrega original da Lei no monte Sinai, que tem o extraordinário refrão *ô charmante loi* (Ato I, cena IV). É claro que não daria certo – beiraria a comédia – tentar traduzir a expressão “Ó Lei Charmosa”. A palavra “charmosa” tornou-se, em várias línguas, um termo morno e até mesmo vazio; nós o usamos para nos referir a uma bonita casa de campo, a um livro que não seja tão bom ou a uma mulher que não seja tão linda. Como devemos traduzir *charmante*, eu não sei; talvez por “encantadora”, “prazerosa” ou “linda”? Nenhuma dessas palavras se aplica muito bem ao sentido original do termo. É certo, porém, que Racine (um poeta importante e que conhecia muito bem a Bíblia), ao usar esse termo, aproxima-se muito mais do

que qualquer escritor moderno que conheço de um sentimento muito característico de certos salmos. Um sentimento que, a princípio, achei totalmente confuso.

“São mais desejáveis do que o ouro, do que muito ouro puro; são mais doces do que o mel, do que as gotas do favo” (Sl 19.10). Pode-se muito bem entender este versículo como uma referência às misericórdias, às visitas de Deus e a seus atributos. Mas o que o poeta está falando, na verdade, é sobre a lei de Deus, sobre os seus mandamentos – ou suas “decisões”, como o doutor Moffatt bem traduz no versículo 9 (pois “juízos” aqui claramente significa “decisões sobre conduta”). O que está sendo comparado a ouro e a mel são esses “estatutos” (na versão latina, “decretos”), que, segundo vimos, “dão alegria ao coração” (v. 8). Todo o poema faz referência à Lei, e não ao “juízo”, no sentido abordado no capítulo 1.

Isso me pareceu, à primeira vista, muito misterioso. “Não roubarás, não adulterarás” – eu posso muito bem entender que um homem consiga e deva respeitar esses “estatutos”, que tente obedecê-los e os aceite em seu coração. Mas é muito difícil acreditar como poderiam ser algo, por assim dizer, delicioso, como poderiam alegrar alguém. Se em qualquer tempo isso é difícil, torna-se duplamente penoso quando a obediência a eles opõe-se a algum desejo forte e talvez até inocente *em si*. Um homem que perdeu a esposa para um louco ou criminoso que nunca seria capaz de morrer por mulher alguma que amasse de maneira fiel; um homem faminto e abandonado, sem dinheiro, em uma loja cheia do cheiro e da imagem de pão fresco, café torrado ou morangos frescos – essas pessoas podem achar a proibição ao adultério ou ao roubo leis tão doces quanto o mel? Elas talvez obedeam ou mesmo respeitem esse “estatuto”. No entanto, seria mais adequado que essa recomendação fosse comparada à pinça de um dentista ou a uma linha de combate do que a qualquer coisa agradável e doce.

Um ótimo cristão e grande estudioso a quem certa vez fiz essa pergunta disse que achava que os poetas estavam se referindo à satisfação que os homens sentiam por saber que haviam obedecido à Lei – em outras palavras, aos “prazeres de uma boa consciência”. Eles estariam, em sua visão, querendo dizer algo bem semelhante ao que Wordsworth quis dizer quando declarou que não conhecia nada mais belo que o “sorriso” diante do dever – o sorriso que se dá quando suas ordens são cumpridas. É imprudente de minha parte discordar desse homem, e sua visão certamente faz muito sentido. A dificuldade, a meu ver, é que os salmistas parecem nunca dizer algo parecido.

Em Salmos 1.2, lemos que o homem bom tem “sua satisfação [...] na lei do Senhor, e nessa lei medita dia e noite”. “Meditar” nela não significa obedecê-la (embora, sem dúvida, o homem bom também faça isso), mas estudá-la – ou, como diz o doutor Moffatt, “aprofundar-se nela”. É claro que a “Lei” não significa aqui simplesmente os Dez Mandamentos; significa toda uma complexa legislação (religiosa, moral, civil, criminal e até mesmo constitucional) contida em Levítico, Números e Deuteronômio. O homem que “se aprofunda nela” está obedecendo ao mandamento de Josué (Js 1.8): “Não deixe de falar as palavras deste Livro da Lei e de meditar nelas de dia e de noite...” Isso significa, entre outras coisas, que a Lei era um estudo ou, como diríamos, uma “matéria”, uma “disciplina”, uma coisa sobre a qual haveria comentários, palestras e exames. E havia. Assim, parte (religiosamente, a parte menos importante) do que um judeu antigo queria dizer quando declarava que alguém tinha “satisfação [...] na Lei” seria algo bem parecido com o que um de nós diria se declarasse “amar” história, física ou arqueologia. Isso poderia gerar um deleite totalmente inocente – embora, é claro, um deleite apenas natural – em relação a um assunto predileto, ou, por outro lado, os prazeres da arrogância, o orgulho pelo próprio aprendizado e o conseqüente desprezo pelos estranhos que não

compartilham dele, ou até mesmo uma admiração corrompida pelos estudos que asseguram o salário e a posição social.

O perigo desta segunda alternativa é obviamente aumentado dez vezes quando o estudo em questão é, desde o início, rotulado como sagrado, pois acrescenta-se ao simples pedantismo e à arrogância o perigo do orgulho espiritual. Às vezes (não com muita frequência) um homem é feliz por ser um grande teólogo; ele pode facilmente fazer uma confusão entre isso e o fato de ser um bom cristão. As tentações às quais um grande filologista ou um grande químico estão expostos são banais em comparação a isso. Quando se trata do sagrado, os homens mais orgulhosos e inteligentes podem acreditar que os de fora, aqueles que ignoram o assunto, são não apenas inferiores a eles em termos de habilidade, como também menores aos olhos de Deus; como disseram os sacerdotes: “Essa rale que nada entende da lei é maldita” (Jo 7.49). E à medida que esse orgulho aumenta, a “matéria” ou o estudo que lhe confere tal privilégio ficará cada vez mais complicado, e a lista de proibições continuará aumentando até se tornar tão difícil passar um dia sequer sem o suposto pecado quanto dar um passo mais elaborado de dança. E essa rede terrível despertará o farisaísmo em alguns e grande ansiedade em outros. Enquanto isso, as “questões mais pesadas da Lei”, que constituem a justiça em si, se tornarão insignificantes diante desse crescimento vasto e exagerado, de maneira que os legalistas farão estardalhaço por conta de bobagens, ignorando assuntos muito mais sérios.

Assim, a Lei, como o sacrifício, pode assumir a forma de uma vida doentia e conspirar contra aquilo que é a razão de sua existência. Como escreveu Charles Williams: “Quando os meios se tornam autônomos, eles são fatais”. Essa condição mórbida da Lei contribuiu – eu não estou dizendo que isso seja a única ou a principal causa – para o sentimento de alegria de São Paulo em relação a Cristo como o libertador da Lei. É contra essa

mesma condição mórbida que nosso Senhor dirigiu algumas das suas palavras mais severas: ela é o pecado e, ao mesmo tempo, a punição dos escribas e fariseus. Mas não é esse o lado da questão que desejo enfatizar aqui, nem necessita ele de tal ênfase neste momento. Eu prefiro deixar que os salmos me mostrem novamente o bem, do qual esse mal é a corrupção.

Como todos sabem, o salmo especialmente dedicado à Lei é o 119, o mais longo de todo o Saltério. E todos provavelmente já notaram que, do ponto de vista literário ou técnico, ele é o mais formal e elaborado de todos. A técnica consiste em tomar uma série de palavras que são todas, para os fins desse poema, mais ou menos sinônimas ("palavra", "estatutos", "mandamentos", "testemunhos" etc.) e evocar as mudanças nelas por meio de cada um dos trechos de oito versos que correspondem às letras do alfabeto. (Isso talvez soasse a um ouvido antigo como o mesmo tipo de prazer que sentimos quando falamos sobre a métrica italiana chamada sextina, na qual, em lugar de rimas, repetem-se as mesmas palavras finais em ordens variadas e a cada estrofe.) Em outras palavras, esse poema não é nem pretende ser um derramamento repentino do coração como, digamos, o Salmo 18. Trata-se de algo padronizado, uma coisa elaborada como um bordado, ponto a ponto, em longas e silenciosas horas, por amor à profissão e por deleite na atividade artesanal calma e disciplinada.

Isso, em si, parece-me muito importante porque nos permite entrar na mente e no estado de espírito do poeta. Podemos supor, logo de início, que ele sentiu em relação à Lei o mesmo que sentiu em relação a sua poesia: ambas envolviam a conformidade exata e amorosa a um padrão complexo. Isso imediatamente sugere uma atitude a partir da qual a concepção farisaica poderia se desenvolver mais tarde, mas que, em si mesma, é perfeitamente inocente, embora não necessariamente religiosa. Ela passará a ideia de pedantismo ou rigor extremado (ou algo como o

melindre neurótico) para os que não conseguem simpatizar com ela, mas não precisa necessariamente ser nenhuma dessas coisas. Ela talvez seja o deleite em relação à ordem, o prazer em deixar algo “perfeitamente ajustado”, como em um minueto dançante. É claro que o poeta está bastante consciente de que, nesse caso, algo incomparavelmente mais sério do que um minueto está em questão. Ele também tem a consciência de que muito provavelmente não alcançará esta perfeição disciplinar: “Quem dera fossem firmados os meus caminhos na obediência aos teus decretos” (Sl 119.5). No momento, eles não estão, e ele não consegue fazer com que estejam. No entanto, seu esforço em firmá-los não é consequência do medo servil. A ordem da mente divina, incorporada à Lei divina, é bela. O que um homem deveria fazer senão reproduzi-la o máximo possível em sua vida diária? Seu “prazer” está nesses estatutos (v. 16); estudá-los é como encontrar um tesouro (v. 14); eles o influenciam como música, constituem a sua “canção” (v. 54); eles têm gosto de mel (v. 103); eles são melhores do que prata e ouro (v. 72). Quanto mais os olhos se abrem, mais e mais enxergamo-nos neles, e isso desperta encantamento (v. 18). Não se trata de pedantismo nem mesmo severidade; ele é a linguagem de um homem impressionado pela beleza moral. Se não conseguirmos partilhar de sua experiência de jeito nenhum, sairemos perdendo. No entanto, não posso deixar de imaginar que um cristão chinês – alguém cuja própria cultura tradicional tivesse exercido um papel de “tutor” para levá-lo a Cristo – apreciaria mais esse salmo do que a maioria de nós, pois essa cultura é dona de uma concepção antiga segundo a qual a vida deve estar ordenada acima de todas as coisas e sua ordem deve reproduzir a ordem divina.

Mas o nosso propósito nesse poema da sepultura vai mais além. Em três ocasiões, o poeta afirma que a Lei é “digna de confiança” ou “a verdade” (v. 86, 138, 142). Encontramos a

mesma afirmação em Salmos 111.7: "Todos os seus preceitos merecem confiança". (Eu entendo que a palavra também poderia ser traduzida por "fiel" ou por "sadia"; em hebraico, "digno de confiança" é o que "detém água", "que não abre caminho nem desmorona".) Um pensador contemporâneo diria que a Lei é um mandamento e que classificar um mandamento como "verdadeiro" não faz sentido – "A porta está fechada" talvez seja verdadeiro ou falso, mas "feche a porta" pode não ser. No entanto, acho que todos nós conseguimos muito bem compreender o que os salmistas querem dizer. Eles querem dizer que na Lei você encontra bem fundamentadas as orientações "verdadeiras", "corretas" e estáveis segundo as quais se deve viver. A Lei responde à pergunta: "Como pode o jovem manter pura a sua conduta?" (119.9). Ela é como uma lâmpada, um guia (v. 105). Há muitas direções opostas na vida, como mostram as culturas pagãs ao nosso redor. Quando os poetas chamam as orientações ou "instruções" de Javé "verdadeiras", estão expressando a garantia de que essas orientações divinas – e não as outras – são as "verdadeiras", "válidas" ou inquestionáveis, baseadas na natureza das coisas e na natureza de Deus.

Por conta dessa garantia é que eles se colocam, implicitamente, no lado certo de uma controvérsia que surgiu muito mais tarde entre os cristãos. No século 18, houve teólogos terríveis, que sustentavam que "Deus não ordenou certas coisas porque elas são certas, mas determinadas coisas estão certas porque Deus as ordenou". Para deixar bastante claro qual era a sua posição, um deles chegou a dizer que, embora Deus nos tenha, de fato, ordenado que o amássemos e amássemos uns aos outros, ele poderia muito bem, e da mesma maneira, ordenar que o odiássemos e também uns aos outros; o ódio, então, se justificaria. Aparentemente, seria um sorteio cujo resultado ele decidiria. Tal visão, com efeito, transforma Deus em um mero tirano arbitrário. Seria melhor e menos ateu não crer

em deus algum e não ter qualquer ética do que ter uma ética e uma teologia como essa. Os judeus, é claro, nunca a discutem em termos abstratos e filosóficos. No entanto, eles assumem, logo de início e de maneira integral, a visão correta, julgando-a melhor do que o que eles sabem. Eles sabem que o Senhor (e não apenas a obediência ao Senhor) é “justo” e ordena a “justiça” porque ele a ama (Sl 11.7). Ele aprecia o que é bom porque isso é bom, porque ele é bom. Portanto, suas leis têm *emeth*, “verdade”, validade intrínseca, realidade fundamental, estando enraizadas em sua própria natureza e, por conseguinte, são tão sólidas quanto a natureza que ele criou. Os salmistas, no entanto, dizem isso de uma maneira ainda melhor: “A tua justiça é firme como as altas montanhas; as tuas decisões insondáveis como o grande mar” (Sl 36.6).^{*} Seu prazer na Lei se estabelece sobre uma base sólida, assim como o prazer do caminhante ao sentir a estrada firme sob seus pés depois de enveredar por terrenos lamacentos por muito tempo ao tomar um falso atalho.

Mas havia outras estradas que careciam de “verdade”. Os judeus tinham pagãos da pior espécie, como vizinhos, próximos tanto em termos geográficos quanto de disputa; tratava-se de pagãos cuja religião era marcada pela ausência daquela beleza ou, eventualmente, até da sabedoria que encontramos entre os gregos. Esse pano de fundo tornava mais visíveis a “beleza” ou “doçura” da Lei, não porque esses pagãos próximos fossem uma constante tentação para o judeu, mas porque talvez, em algumas de suas manifestações exteriores, não tenham sido diferentes de sua própria religião. Em tempos de terror, a tentação natural era a de que eles se voltassem para esses terríveis ritos – nos momentos em que, por exemplo, os assírios estavam marchando em sua direção. Nós, que não faz muito tempo passamos dias e dias à espera da invasão de inimigos como os assírios, habilidosos e

^{*} Veja apêndice, p. 147.

constantes em sua sistemática crueldade, sabemos muito bem como eles devem ter se sentido. Eles foram tentados, uma vez que o Senhor parecia não os escutar, a experimentar como seria a relação com essas deidades aterradoras que exigiam muito e que talvez pudessem lhes devolver ainda mais. No entanto, quando um judeu que estivesse passando por um momento mais feliz ou se sentindo melhor, mesmo em momentos difíceis, olhava para adorações dessa natureza – quando pensava na prostituição e na sodomia sagradas e nas crianças lançadas ao fogo por Moloque –, a exuberância de sua própria “Lei” resplandecia diante dele de maneira extraordinária. Mais doce do que o mel – se essa metáfora não servir para nós, que não temos um apetite assim tão desenvolvido para coisas doces como tinham os povos antigos (o que, em parte, é explicado pelo fato de termos açúcar suficiente para as nossas necessidades), usemos a figura da água fresca da montanha, do ar fresco depois de nos livrarmos do cárcere, da sanidade readquirida após um pesadelo. Mais uma vez, no entanto, a melhor imagem para descrever isso é oferecida por um salmo, o de número 19.*

Eu o considero o maior de todos os poemas do Saltério e um dos melhores poemas líricos do mundo. A maioria dos leitores vai se lembrar de sua estrutura – seis versículos sobre a natureza, cinco sobre a Lei e quatro de oração pessoal. As palavras propriamente ditas não estabelecem qualquer relação entre o primeiro e o segundo movimentos. Desse modo, sua técnica se assemelha à da poesia pós-moderna. Um poeta contemporâneo passaria de um tema ao outro também sem estabelecer qualquer relação entre eles e deixaria por conta do leitor a descoberta do elo que existe entre eles. E ele o faria possivelmente de um modo deliberado, podendo, inclusive, estabelecer (embora preferisse esconder) um elo perfeitamente claro e consciente

* Veja apêndice, p. 146.

em sua própria mente, elo que poderia expor a você em prosa lógica, caso assim o desejasse. Duvido que um poeta antigo agisse assim. Penso que ele sentiu, sem fazer qualquer esforço e sem refletir a respeito, que havia uma conexão tão próxima, uma identidade tamanha (maior do que ele poderia imaginar) entre o primeiro e o segundo temas que passou de um para outro sem perceber como havia feito uma transição. Primeiro, ele pensa no firmamento; em como, dia após dia, o esplendor que enxergamos no céu nos expõe a glória de seu Criador. Ele, então, pensa no sol, na alegria nupcial de seu nascimento, na velocidade inimaginável de sua viagem diária de leste a oeste. Por fim, pensa no calor que ele nos oferece, e não, é claro, no aquecimento do nosso clima, mas nos raios diretos, ofuscantes e poderosos que batem nas colinas, penetrando por todas as suas fendas. A frase-chave que estabelece a relação de dependência entre todos os versos é: “Nada escapa ao seu calor”, que penetra em toda parte com seu ardor forte e puro. Então, logo a seguir, no versículo 7, ele já está falando de outra coisa, que na verdade não parece ser outra coisa por ser muito parecida com a luz do sol que em tudo penetra, que tudo detecta. A Lei é “perfeita”; a Lei ilumina, é clara e eterna, é “doce”. Ninguém pode melhorá-la; não existe nada mais adequado para fazer brotar em nós o antigo sentimento judaico sobre a Lei, luminosa, rígida, purificadora, exultante. É quase desnecessário acrescentar que esse poeta está totalmente livre da hipocrisia e que a última parte do poema está interessada em seus “erros desconhecidos”. Assim como ele sentiu o sol, talvez no deserto, buscando-o em cada canto de sombra onde tentou se esconder, assim também sente a Lei vasculhando todos os esconderijos de sua alma.

À medida que essa ideia sobre a beleza, a doçura e a preciosidade da Lei contrasta com os costumes pagãos próximos, temos condições de, em pouco tempo, encontrar situações em que ela pode ser recuperada. Os cristãos cada vez mais vivem em

uma ilha espiritual; estilos de vida novos e opostos cercam essa ilha em todas as direções, e suas marés sobem cada vez mais, atingindo a praia. Mesmo assim, porém, nenhum desses novos caminhos é tão imundo ou cruel quanto alguns dos caminhos do paganismo semítico. Mas muitos desses caminhos ignoram todos os direitos individuais e já são bastante cruéis. Alguns dão todo um novo significado à moralidade, um significado que não podemos aceitar – alguns negam até mesmo a sua possibilidade. Talvez todos venhamos a aprender, a duras penas, a valorizar o ar puro e a “doce racionalidade” da ética cristã que, em uma época mais cristã, consideramos superficial. Mas, é claro, se agirmos assim, seremos então expostos ao perigo do pedantismo. Talvez venhamos a “agradecer a Deus por não sermos como os outros homens”. Isso traz à tona a maior de todas as dificuldades que os salmos despertaram em minha mente.

CONIVÊNCIA

TUDO LEITOR ATENTO DOS SALMOS já deve ter notado que eles falam a nós de modo severo, e não apenas sobre fazermos o mal, mas a respeito de algo mais. Em Salmos 26.4, o homem bom não apenas está livre da falsidade (“vaidade”); ele nem mesmo “se associa” ou “anda” com os que são “hipócritas”. Ele os detesta (v. 5). Assim, em 31.6, ele “odeia” os idólatras. Em 50.18, Deus repreende um homem não por ser um ladrão, mas por se tornar “seu cúmplice” (na tradução do doutor Moffatt temos: “Você é amigo de todo ladrão que vê”). Em 141.4-6, onde nossa tradução parece estar bem incorreta, aparece um sentido geral que expressa a mesma atitude. Quase que de maneira humorada, o salmista do Salmo 139 pergunta: “Acaso não odeio os que te odeiam, Senhor? [...] Considero-os inimigos meus!” (v. 21-22).

Agora, é claro que tudo isso – assumir o ódio por aqueles que se acredita serem inimigos de Deus, evitar se associar àqueles considerados ímpios, julgar nossos vizinhos, acreditar ser “bom demais” para alguns deles (não no sentido arrogante, o que comparativamente seria um pecado até simples, mas no significado mais profundo da expressão “bom demais”) – é um jogo extremamente perigoso, quase fatal. Ele leva direto ao “farisaísmo” no sentido que o ensino de nosso Senhor deu a essa palavra. Leva não apenas à impiedade, mas ao contrassenso dos que, em tempos posteriores, vieram a ser chamados “rigidamente justos”. É isso em que creio de antemão, e penso que, mesmo nos salmos, esse mal já está em movimento. No entanto, não devemos ser farisaicos, mesmo com os fariseus. É uma tolice ler essas passagens sem perceber um problema muito genuíno nelas implícito. E eu não acredito que haja solução para ele.

Ouvimos repetidas vezes que o editor de determinado jornal é um vilão, que certo político é um mentiroso, que um funcionário público é uma autoridade insolente, tirana e até mesmo desonesta, que alguém tratou a esposa de maneira abominável, que alguma celebridade (estrela de cinema, autor etc.) leva uma vida depravada e destrutiva. E a regra geral na sociedade moderna é que ninguém se recusa a tratar essas pessoas de maneira amigável e cordial quando se encontra com alguma delas. Pelo contrário, podem chegar ao ponto de desviar-se de seu trajeto para encontrá-las. Não deixarão de comprar o jornal de baixa categoria, pagando ao proprietário pelas mentiras, as intrusões detestáveis na vida e na tragédia privadas, as blasfêmias e a pornografia que elas professam condenar.

Eu disse que há um problema aqui, mas na verdade existem dois: Um é social e o outro é quase político. Talvez pudéssemos nos perguntar se essa condição da sociedade, na qual a desonestidade não é punida, seja saudável; se não, deveríamos ser um país mais feliz se certas pessoas importantes fossem párias,

como o carrasco antigamente era – rejeitadas em todos os clubes, abandonadas por todos os conhecidos e sujeitas a carregar marcas de chicote ou de um tapa no rosto, supondo-se que seriam corajosas o bastante para dirigir-se a uma mulher respeitável. Isso leva a uma questão mais abrangente: se o grande mal de nossa vida civil não é o fato de que, neste momento, parece não haver meio-termo entre a submissão sem esperanças e a revolta total. O motim já não existe mais, ao menos não o motim do tipo moderado. Pode-se argumentar que, se as pessoas quebrassem as janelas de vários ministérios e jornais com mais frequência, se certas figuras fossem mais frequentemente colocadas sob bombas hidráulicas (suavemente, é claro – sob bombas de lama, não de pedras) e arremessadas nas ruas, conseguiríamos chegar a um acordo melhor. Não é de todo desejável que um homem se permita, ao mesmo tempo, os prazeres de um tirano ou de um criminoso e também os de um homem livre e honesto, vivendo entre os seus iguais. Para essa questão, eu não sei a resposta. Os perigos de uma mudança na direção que eu esbocei são muito grandes; do mesmo modo, é assim que acontece com os males do nosso atual estágio de domesticação.

Estou preocupado aqui apenas com o problema que diz respeito a nossa vida individual e particular. Como devemos nos comportar na presença de pessoas muito perversas? Vamos limitar esse contexto, trocando a expressão “pessoas muito perversas” para “pessoas muito perversas que são poderosas, prósperas e impenitentes”. Se elas são párias, pobres e miseráveis, cujas maldades obviamente não foram “pagas”, então todo cristão sabe qual é a resposta. Os exemplos que temos são Cristo falando com a samaritana à beira do poço, Cristo com a mulher apanhada em adultério, Cristo jantando com publicanos. Quero dizer, é claro, que sua humildade, seu amor, sua total indiferença em relação à desonra e à crítica social infundada que ele poderia sofrer são, para nós, como exemplos; isso

não significa – e o céu sabe disso – que qualquer um de nós, desqualificados que somos para fazê-lo pelo sacerdócio, pela idade, por relações antigas ou pela solicitação séria dos próprios pecadores, pudesse sem insolência e presunção adotar o menor vestígio de sua autoridade para repreender e perdoar. (É preciso ser muito cuidadoso a fim de que o desejo de tratar as pessoas com paternalismo e que o impulso de agir como bisbilhoteiro vistam-se com o disfarce da vocação para ajudar os “caídos” ou escondam a nossa própria consciência de que nós – talvez muito mais aos olhos de Deus – somos caídos.) Mas podemos estar certos de que havia outros que igualmente associaram-se a “publicanos e pecadores”, e cujos motivos foram muito diferentes dos de nosso Senhor.

Os publicanos eram os membros mais inferiores do que pode ser chamado “movimento Vichy”, ou colaboracionista, na Palestina: homens que espoliavam seus compatriotas, obtendo dinheiro para o poder usurpador em troca de um gordo porcentual do produto do roubo. Como tais, eles eram como o carrasco, aleijado de todo relacionamento social decente. Alguns deles, no entanto, eram muito bem-sucedidos financeiramente e, sem dúvida, a maioria desfrutava, até certo ponto, da proteção e dos favores desdenhosos do governo romano. Supõe-se que alguns se associavam a eles por razões muito ruins – para ficar com uma parte das verbas “surrupiadadas”, para manterem boas relações com vizinhos tão perigosos. Além de nosso Senhor, talvez houvesse entre seus convidados alguns bajuladores e aqueles que queriam muito estar “na panelinha”: pessoas como um jovem que certa vez conheci.

Em Oxford, ele se declarava um socialista convicto. Tudo tinha de funcionar conforme o seu desejo; iniciativas privadas e profissões independentes para ele eram muito nocivas. Então saiu e se tornou professor. Depois de aproximadamente dez anos, veio me visitar. Disse que suas posições políticas estavam

totalmente mudadas. Você nunca deve ter ouvido falar de alguém que tenha feito uma renúncia tão plena. Ele agora via a interferência do Estado como algo fatal. O que o fez mudar de ideia foi uma vaga como professor do Ministério da Educação – um grupo de pessoas que, na opinião dele, eram intrometidas e ignorantes, dotadas de poderes insuportáveis para incomodar, atrapalhar e interromper o trabalho de professores sinceros e dedicados, que conheciam as matérias que ensinavam, conheciam os alunos, os pais deles e todas as condições que envolviam os trabalhos por eles realizados. Não fazia diferença, a essa altura da história, concordar ou não com a visão que ele tinha a respeito do Ministério; o importante é saber que essa era a opinião dele. E o real motivo pelo qual ele me contou sua história e da visita que veio me fazer quase tirou meu fôlego. Mesmo pensando desse modo, ele viera visitar-me para saber se eu tinha alguma influência que pudesse ajudá-lo a conseguir um trabalho no Ministério da Educação.

Eis o perfeito oportunista. Imediatamente depois de expressar a opinião de que se tratava “de uma tirania revoltante”, segue-se a pergunta: “Como posso, o mais rápido possível, deixar de ser uma das vítimas e tornar-me um dos tiranos?” Se eu conseguisse apresentar o jovem a alguém no Ministério, penso que poderíamos estar certos de que os seus modos para com as pessoas “intrometidas” e odiosas teriam sido cordiais e amigáveis ao extremo. Assim, alguém que anteriormente o tivesse ouvido lançar uma injúria contra a bisbilhotice daquelas pessoas e, depois disso, testemunhado o comportamento que ele tem hoje em relação aos intrusos, talvez concluísse (pois o amor “tudo crê”) que aquele jovem estava cheio do mais puro cristianismo e que amava as pessoas que considerava pecadoras, embora odiasse as características que, na opinião dele, constituíam o seu pecado.

É claro que esse é um exemplo de oportunismo tão grosseiro e descarado quanto ridículo. Talvez muitos de nós

não o cometêssemos. Mas há formas mais sutis, mais sociais ou intelectuais de oportunismo que talvez nos enganem. Muitas pessoas têm um desejo muito forte de conhecer, por curiosidade ou por vaidade, celebridades ou pessoas “importantes”, incluindo-se aquelas a quem desaprovam. Isso lhes dá uma oportunidade de ter sobre o que falar ou até mesmo de escrever a respeito (qualquer um pode escrever um livro de memórias). É como se uma distinção lhes fosse conferida no caso de essa pessoa importante, mesmo que desprezível, reconhecesse-as na rua. E onde existem motivações dessa natureza é ainda melhor conhecer muito bem essa pessoa importante, ser íntimo dela. Seria prazeroso se ela dissesse “olá!” ao vê-lo descendo a rua acompanhada de um primo do interior, que ficaria boquiaberto. Não sei se o desejo em si é um defeito muito grave. Mas estou inclinado a pensar que seria muito sábio, da parte de um cristão, se ele evitasse, sempre que possível, qualquer encontro com pessoas que sejam intimidadoras, lascivas, cruéis, desonestas, vingativas e assim por diante.

Não porque sejamos “bons demais” para elas. Em certo sentido, é até mesmo porque não somos bons o bastante. Não somos bons o suficiente para lidar com todas as tentações, nem inteligentes o bastante para lidar com todos os problemas que uma noite em uma sociedade como essa produz. A tentação é a de que sejamos tolerantes e coniventes; a tentação é a de “consentirmos”, com nossas palavras, nosso semblante e sorriso. A tentação nunca foi tão grande quanto neste momento da história em que estamos todos (e muito merecidamente) por demais preocupados com nossos modos ou com nossa “presunção”. E, é claro, mesmo que não procuremos isso, estaremos constantemente na companhia de pessoas assim, quer desejemos, quer não. Essa é a dificuldade, real e inevitável, que se nos impõe.

Ouviremos essas pessoas nos contarem histórias desprezíveis, como se elas fossem engraçadas; não que sejam simplesmente

histórias imorais, mas (e isso, para mim, é muito mais sério e difícil de perceber) por serem histórias que essas pessoas não deveriam estar contando, a menos que estivessem traindo a confiança de alguém. Ouviremos maledicências infames serem ditas sobre alguém que não está presente, na maioria das vezes sob o disfarce de um discurso que parece ser de piedade ou em uma fala carregada de humor. Coisas que consideramos sagradas serão ridicularizadas. A crueldade será maliciosamente defendida sob a justificativa de que se trata apenas de posição contrária ao “sentimentalismo”. As próprias pressuposições a respeito de uma possível vida positiva não serão explicitamente negadas (pois até seria possível falar sobre esse assunto a partir dessa perspectiva), mas assumidas como sendo pressuposições ilusórias, tolas e cridas somente por crianças.

O que fazer? Por um lado, e muito certamente, nós, de certa forma, participamos de uma maneira submissa nessa conversa, o que é muito ruim. É como se estivéssemos fortalecendo o inimigo. Nós o estamos encorajando a crer que “aqueles cristãos”, desde que sejam pegos desarmados e ao redor de uma mesa de jantar, realmente pensam e sentem exatamente como ele pensa e sente. Por consequência, estamos negando o nosso Mestre e nos comportando como se “não conhecêssemos o Homem”. Por outro lado, será que existe nessa conversa alguém disposto a mostrar, como a rainha Vitória, que isso não está sendo “divertido”? Será que há alguém para brigar, para interromper a todo instante o fluxo da conversa com um “não concordo, não concordo”? Ou que simplesmente esteja pronto para se levantar e sair? Por meio das nossas posturas, no entanto, também podemos confirmar algumas das piores suspeitas levantadas sobre “aqueles cristãos”. Comportamo-nos justamente como o tipo de detalhistas grosseiros que eles sempre disseram que somos.

O silêncio é uma boa saída. As pessoas vão perceber nossa posição quase tão facilmente quanto nós temos a tendência

de fazer suposições. E (melhor ainda) poucos dentre nós demonstraríamos apreço por essas pessoas, mesmo que pudéssemos, sob o risco de sermos associados a métodos mais violentos. O nosso desacordo em relação ao que as outras pessoas dizem, em minha opinião, pode eventualmente ser expresso sem que sejamos pedantes, se o fizermos com base em argumentos, e não de uma maneira autocrática; o apoio virá quase sempre de quem menos se espera, ou de mais de uma pessoa, até que seja possível descobrir que aqueles que mais divergiam de tudo, em silêncio, constituíam, de fato, a maioria. Depois disso, talvez seja possível ter uma discussão sobre o real interesse no assunto. É claro, em uma discussão, o lado correto pode ser vencido. Na verdade, isso é muito menos importante do que eu pensava que fosse. O próprio homem que, naquele momento, impôs a você determinados argumentos pode, anos depois, reconhecer-se influenciado pelo que você disse.

No entanto, há um tipo de mal contra o qual é preciso sempre protestar, por menor que seja a chance de sucesso. Há acordos cordiais, feitos com cinismo ou com brutalidade, que precisam, inequivocadamente, ser estabelecidos. E se não for possível fazer isso sem parecer pedante, então devemos parecer pedantes, pois o que incomoda realmente não é parecer, mas ser pedante.

Se, de fato, nos desagrada fazer um protesto, se nos sentimos fortemente tentados a não fazê-lo, provavelmente, ao fazê-lo, não seremos pedantes de fato. Quem efetivamente aprecia o que se entende por “testemunhar” está em uma posição diferente e muito mais perigosa. Quanto a simplesmente “parecer” – bem, é mesmo muito ruim ser pedante, mas há contextos sociais tão impróprios que é alarmante pensar que alguém não tenha sido considerado pedante. Do mesmo modo, embora o pedantismo seja um vício estúpido e arrogante, há determinados círculos, no entanto, nos quais somente um homem indiferente aos detalhes escapará de ser considerado pedante, e há outros nos quais os

modos são tão grosseiros, espalhafatosos e indiscretos que um homem (seja qual for a sua posição social) com o mínimo de bom gosto natural será chamado “esnobe”.

O que torna esse contato com as pessoas ímpias tão difícil é que lidar com a situação de maneira bem-sucedida requer não apenas boas intenções e uma boa dose de humildade e coragem, mas talvez exija que usemos os talentos sociais e até mesmo intelectuais que Deus nos tem concedido. Portanto, não é preciso lançar mão da hipocrisia, mas é preciso prudência para evitá-la quando pudermos. Os salmistas não estavam nem um pouco errados quando descreviam o homem bom como aquele que evitava “assentar-se com os escarnecedores” e que evitava aliar-se com os maus para não correr o risco de “comer [rir de, admirar, aprovar, justificar?] tais coisas como lhes agradassem”. Como sempre, em suas atitudes, mesmo a despeito de todos os riscos, há uma boa dose de bom senso. “Não nos deixes cair em tentação” quase sempre significa, entre outras coisas: “Nega-me aqueles convites agradáveis, aqueles contatos altamente interessantes, aquela participação nos grandes movimentos de nosso tempo que, em geral e sob tal risco, eu desejo”.

Intimamente conectados com essas advertências contra o que chamo de “conivência” estão os protestos do Saltério* contra outros pecados da língua. Sinto que, quando comecei a lê-los, eles me surpreenderam um pouco; eu, de certa forma, esperava que, em uma época mais simples e mais violenta, em que se usava a faca, o grande cajado e o tição para fazer o mal, as palavras não fossem tão mordazes. No entanto, na realidade, os salmistas não mencionam nenhum outro tipo de mal mais frequentemente que este, um mal que a maioria das sociedades

* Alguns deles provavelmente envolvem ideias arcaicas, e até mesmo mágicas, de um poder intrínseco nas palavras em si, de modo que todas as bênçãos e maldições sejam eficazes.

civilizadas compartilha. “Suas gargantas são um túmulo aberto; com suas línguas enganam sutilmente” (Sl 5.9); “Violência e maldade [ou “perjúrio”, na tradução do doutor Moffatt] estão em sua língua” (10.7); “lábios bajuladores” (12.3); “línguas acusadoras” (31.20); “palavras [...] maldosas e traiçoeiras” (36.3); o cochicho dos homens maus (41.7); mentiras cruéis que cortam “como navalha” (52.2); conversa que soam “mais suaves que o óleo, mas [...] afiadas como punhais” (55.21); zombaria impiedosa (102.8). O Saltério está repleto disso. É quase possível ouvir o sussurro, a fofoca, a mentira, a repreensão, a bajulação e a circulação de rumores incessantes. Não é preciso fazer aqui nenhum reajuste histórico; estamos em um mundo que conhecemos bem. Detectamos, nesses coros murmurantes e bajuladores, vozes que são até mesmo familiares. Pode ser até que achemos alguma delas familiar demais.

A NATUREZA

DOIS FATORES são determinantes na abordagem da natureza pelos salmistas. O primeiro eles compartilham com a vasta maioria dos escritores antigos; o segundo foi, na época deles, se não o único, pelo menos muito raro.

(I) Eles pertencem a uma nação formada, em sua maioria, por camponeses. Para nós, o próprio nome “judeu” está associado a finanças, comércio, empréstimo financeiro e coisas semelhantes. Isso, no entanto, data da Idade Média, quando os judeus não tinham permissão para possuir terras e eram levados a ocupar porções distantes do solo fértil. Quaisquer que sejam as características que o judeu moderno tenha adquirido milênios depois dessas ocupações, elas já não podem ser as mesmas características de seus velhos ancestrais, que eram camponeses

ou lavradores. Quando até mesmo um rei cobiça um pedaço da propriedade de seu vizinho, esse pedaço é uma vinha; ele é visto mais como um proprietário de terras perverso do que como um rei perverso. Naquela época, todos estavam próximos da terra, todos compreendiam muito bem o seu nível de dependência em relação aos solos e ao clima. Foi assim, até muito tempo depois, com os gregos e os romanos. Portanto, é possível que parte do que talvez devamos chamar hoje em dia “apreciação da natureza” nem mesmo existisse àquela época – toda essa parte que, no “campo”, é considerada verdadeiro deleite, em contraste com a cidade. Em lugares onde as cidades são poucas e muito pequenas e onde quase todos estão perto da terra não há consciência de que o “campo” seja algo especial. Por conseguinte, no mundo antigo nunca existiu a tal “poética da natureza” até o momento em que surgissem cidades realmente grandes, como Alexandria, que depois da queda da civilização antiga nunca voltariam a existir até o século 18. Em outros períodos, o que chamamos “campo” equivaleria simplesmente ao mundo, ou ao que a água é para um peixe. No entanto, a apreciação em relação à natureza pode existir e ser vista como um deleite que é tanto utilitário quanto poético. Homero pôde apreciar uma paisagem, mas o que ele quer dizer quando classifica uma paisagem como bela é que ela é útil – com solo bom e profundo, com muita água fresca, pastos que irão, de fato, engordar as vacas e madeira de ótima qualidade. Como um homem do mar, o que o povo judeu não era, ele acrescenta a esses atributos possuir um bom porto. Os salmistas, que estão escrevendo poemas líricos, e não romances, naturalmente nos oferecem poucas referências de paisagem. O que eles de fato nos apresentam, de uma forma muito mais sensível e agradável do que qualquer coisa que eu tenha visto na literatura grega, é a própria sensibilidade em relação ao clima – este, visto com os olhos de um homem do campo, apreciado da maneira pela qual supostamente uma hortaliça deveria apreciá-lo. “Cuidas da

terra e a regas [...] Encharcas os seus sulcos [...] tu a amoleces com chuvas [...] os vales se cobrem de trigo; eles exultam e cantam de alegria!” (65.9-14). Em Salmos 104.16 (melhor na tradução do doutor Moffatt do que no *Livro de Oração Comum*), “as árvores do Senhor são bem regadas”.

(II) Os judeus, como todos sabemos, acreditavam em um único Deus, criador do céu e da terra. A natureza e Deus eram coisas distintas; um havia criado a outra; um governava e a outra obedecia. Eu sei que isso todos nós sabemos. No entanto, por várias razões, a real importância disso pode facilmente escapar à compreensão do leitor moderno se os seus estudos não o conduzirem em determinadas direções.

Em primeiro lugar, a natureza, para nós, é uma superficialidade. Não damos a ela o devido valor. Na verdade, acho que muitas pessoas pensam em alguma doutrina clara da criação como fundamento de todas as religiões; no paganismo, geralmente, foram os deuses (ou um deles) que criaram o mundo; em geral, até mesmo essas religiões começam respondendo à pergunta: “Quem fez o mundo?”. Na realidade, a doutrina da criação, em qualquer sentido, parece ser uma doutrina surpreendentemente rara, e quando se conta histórias sobre ela no paganismo, na maioria das vezes são relatos irrelevantes a partir do ponto de vista religioso; são questões que não ocupam um lugar central nas religiões em que tais histórias são contadas. Elas estão em um limiar no qual o conceito de religião se enfraquece, e que, naquele tempo, talvez fizesse com que fossem encaradas mais como contos de fadas. Em uma história egípcia, um deus chamado Atum saiu da água e, pelo fato de aparentemente ser um hermafrodita, gerou e deu à luz os dois deuses seguintes; depois disso, as coisas continuaram. Em outra história, conta-se que todo o parlamento de deuses surgiu de Nun, o Profundo. De acordo com um mito babilônico, antes que o céu e a terra fossem criados, um ser chamado Apsu gerou e um ser chamado

Tiamat deu à luz Lahmu e Lahamu, que por sua vez trouxeram à vida Anshar e Kishar. Lemos em todos os lugares que esses seres eram maiores que os seus pais, de modo que a história é mais um mito de evolução do que de criação. No mito escandinavo, tudo começou a partir do gelo e do fogo – na verdade, a partir de um norte e de um sul, em meio aos quais, de algum modo, um gigante veio à vida e deu à luz (a partir de suas axilas) um filho e uma filha. A mitologia grega começa quando o céu e a terra já existiam.

Não estou mencionando esses mitos para permitir-me maldosamente rir deles diante de sua vulgaridade. Toda a nossa linguagem ao nos referirmos a tais coisas, a do teólogo e a da criança, é igualmente vulgar. A verdade é que os mitos, mesmo considerando a peculiaridade das palavras em que são descritos, não conseguem, de modo algum, expressar a ideia da criação no sentido que a atribuímos. As histórias “nascem de algum lugar” ou “são criadas” por alguém. Se as histórias pudessem, em algum momento, ser consideradas verdadeiras, ainda assim seriam histórias sobre eventos muito primitivos dentro de um processo de desenvolvimento, dentro da história do mundo, história que já estava em andamento. Quando a cortina se ergue e expõe esses mitos, sempre há no palco algumas “coisas” e algum tipo de drama se desenrolando. Você pode argumentar que elas respondem à pergunta: “Como a peça começou?” Essa, no entanto, é uma pergunta ambígua. Se feita ao homem, que chegou dez minutos depois do início, ela seria adequadamente respondida, digamos, com as palavras: “Bem, primeiro três feiticeiras entraram e então houve uma cena entre um velho rei e um soldado ferido”. É a esse tipo de pergunta que os mitos estão, na verdade, respondendo. Mas há outra pergunta, muito diferente, que raramente é feita ou respondida: como uma peça se origina? Ela se autoescreve? Os atores a criam enquanto ela acontece? Ou há alguém – não no palco, não como as pessoas

que estão no palco –, alguém que não enxergamos, que inventou isso tudo e fez com que todas essas coisas acontecessem?

Encontramos em Platão, sabidamente, uma teologia da criação, no sentido judaico e cristão, bastante clara: o universo inteiro – e as próprias condições de tempo e de espaço sob as quais ele existe – é produzido pela vontade de um Deus perfeito, eterno e absoluto, que está acima e fora de tudo o que ele cria. Mas esse passo foi um passo incrível, dado (embora não sem a ajuda do Pai das luzes) por um impressionante gênio da teologia; não é uma teologia da criação da religião pagã comum.

Agora, é claro, todos entendemos a importância dessa peculiaridade do pensamento judaico a partir de um ponto de vista estrito e obviamente religioso. No entanto, talvez não sejamos capazes de compreender todas as consequências decorrentes desse ponto de vista e os caminhos pelos quais ele altera o pensamento e a imaginação de um homem.

Dizer que Deus criou a natureza, ao mesmo tempo, estabelece uma relação entre Deus e a natureza e também os separa. Quem cria e quem é criado devem constituir dois, e não um. Assim, a doutrina da criação, em certo sentido, esvazia a natureza de divindade. Hoje percebemos facilmente como foi difícil, no passado, tornar esse conceito algo passível de ser percebido. Há uma passagem de Jó (com sua poesia selvagem característica) que pode nos ajudar: “Se contemplei o sol em seu fulgor e a lua a mover-se esplêndida, e em segredo o meu coração foi seduzido e a minha mão lhes ofereceu beijos de veneração, esses também seriam pecados merecedores de condenação” (Jó 31.26-28). Nessa passagem não há possibilidade de o narrador voltar-se, em um momento de desesperada necessidade, para os deuses malévolos. É óbvio que ele está se referindo a um impulso absolutamente espontâneo, algo que você talvez também fizesse, quase que de improviso. Prestar reverência ao sol ou à lua, de alguma maneira, é aparentemente muito natural,

aparentemente muito inocente. E talvez em certas épocas e lugares fosse realmente inocente. Eu, de bom grado, acreditaria que o gesto de deferência oferecido à lua fosse eventualmente aceito por seu criador naqueles tempos de ignorância que Deus “não levou em conta” (At 17.30). O autor de Jó, no entanto, não era tão ignorante. Se tivesse reverenciado a lua, isso teria sido iniquidade. O impulso era uma tentação; uma tentação que nenhum europeu sentiu nos últimos mil anos.

No entanto, por outro lado, a mesma doutrina que diz que a natureza não é dotada de divindade também a transforma em um indicativo, um símbolo e uma manifestação do divino. Devo recordar duas passagens citadas em um capítulo anterior. Uma é do Salmo 19, na qual o sol penetrante e purificador se torna uma imagem da Lei, penetrante e purificadora. A outra é do Salmo 36: “O teu amor, Senhor, chega até os céus; a tua fidelidade até as nuvens. A tua justiça é firme como as altas montanhas; as tuas decisões insondáveis como o grande mar” (v. 5-6). É justamente pelo fato de os objetos naturais não serem mais considerados divinos que eles podem agora ser magníficos símbolos da divindade. Não há propósito em comparar o deus-sol ou Netuno ao grande mar, mas faz muito sentido comparar a Lei com o sol ou dizer que os juízos de Deus são um abismo e um mistério, assim como o mar.

Mas, é claro, a doutrina da criação deixa a natureza repleta de manifestações que demonstram a presença de Deus e as energias criadas que o servem. A luz é o seu manto, o objeto através do qual o vemos parcialmente (Sl 104.2); o trovão pode ser a sua voz (29.3-5). Ele habita na escuridão da nuvem que tropeja (18.11); a erupção do vulcão ocorre em resposta ao seu toque (104.32). O mundo está cheio de emissários e executores. Ele faz dos ventos seus mensageiros e das labaredas, seus servos (104.4); monta sobre um querubim (18.10), comanda o exército de anjos.

De certo modo, tudo isso é claramente muito próximo do paganismo. Thor e Zeus também falavam como o trovão; Hermes ou Íris era o mensageiro dos deuses. No entanto, embora sutil, é significativa a diferença entre ouvir no trovão a voz de Deus ou a voz de um deus. Como vimos, mesmo nos mitos de criação, os deuses têm uma origem. A maioria deles tinha pais e mães, e nós frequentemente sabemos quais foram seus locais de nascimento. Não é uma questão de autoexistência ou de eternidade. A existência lhes é imposta, como a nós, por causas precedentes. Eles são, como nós, criaturas ou produtos, embora sejam mais afortunados que nós por serem mais fortes, mais belos e imortais. Como nós, eles são os atores do drama cósmico, e não seus autores. Platão compreendeu isso plenamente. Seu Deus cria os deuses e os preserva da morte por seu poder, então a imortalidade não é inerente a eles. Em outras palavras, a diferença entre acreditar em Deus e em muitos deuses não é uma questão puramente aritmética. Como já foi dito por alguém, a palavra “deuses” não é efetivamente o plural de Deus, pois Deus não tem plural. Assim, quando ouvimos a voz de um deus no trovão, assustamo-nos, pois a voz de um deus não é, em verdade, uma voz do além-mundo, do incriado. Vamos ainda mais longe quando abstraímos a voz desse deus – ou quando imaginamos esse deus como um anjo, como um servo do outro Deus. O trovão torna-se não menos, e sim mais divino. Ao esvaziar a natureza de um teor de divindade – ou, melhor ainda, das divindades – nós a associamos à deidade e ela passa a ser, então, a portadora das mensagens. Há um sentido no qual a adoração à natureza a silencia – como se uma criança ou um selvagem ficassem tão impressionados com o uniforme do carteiro que deixassem de receber as cartas.

Outra consequência da crença na criação é enxergar a natureza não como algo simples, mas como uma realização. Alguns dos salmistas contentam-se simplesmente com sua solidez e

permanência. Deus tem concedido o próprio caráter de *emeth* às suas obras, e elas são irrefutáveis, fiéis, confiáveis, de modo algum vagas ou fantasmagóricas. “Pois a palavra do Senhor é verdadeira; ele é fiel em tudo o que faz [...] Pois ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo surgiu” (Sl 33.4,9). Por seu poder (na versão do doutor Moffatt), “as montanhas foram firmadas e fortemente estabelecidas” (65.6). Deus lançou as bases da terra com perfeito esmero (104.5). Ele dotou todas as coisas com firmeza e permanência e estabeleceu limites que orientam a atuação de cada coisa (148.6). Note como no Salmo 136 o poeta passa da natureza, criação de Deus, para a libertação de Israel do Egito: Ambas são igualmente apresentadas como grandes feitos, grandes vitórias.

O resultado mais surpreendente, no entanto, ainda vou mencionar. Eu disse que os judeus, como quase todos os povos antigos, eram agricultores e lidavam com a natureza com o interesse de um jardineiro e de um lavrador, preocupados com a chuva, com a grama “a serviço do homem”, com o vinho para alegrar o homem e o azeite para fazer sua face resplandecer – para fazer com que parecesse, como Homero diz em dado momento, uma cebola descascada (Sl 104.14-15). Mas nós sabemos que eles foram muito além disso. Seu entusiasmo, e mesmo sua gratidão, abraçam coisas que não têm nenhuma utilidade para o homem. No grande salmo especialmente dedicado à natureza, citado por mim (104),* temos não apenas o gado útil, o vinho que dá alegria e o trigo que alimenta. Temos fontes onde jumentos selvagens matam sua sede (v. 11), pinheiros para os pássaros (v. 17), montes elevados para os bodes selvagens e “coelhos” (ou marmotas, v. 18) e, finalmente, até leões (v. 21). E até mesmo ao lançar um olhar ligeiro sobre o mar distante, onde nenhum judeu foi de maneira deliberada, vemos as grandes baleias brincando e se divertindo (v. 26).

* Veja apêndice, p. 151.

É claro que essa apreciação *por* – e quase simpatia *com* – criaturas inúteis, nocivas ou totalmente irrelevantes para o homem não equivale à nossa atual “bondade para com os animais”. É uma virtude praticada com muita facilidade por aqueles que nunca, nem quando estão cansados ou famintos, tiveram de trabalhar com animais para sobreviver e que habitam um país onde todas as feras perigosas e selvagens foram exterminadas.* O sentimento judaico, no entanto, é vívido, fresco e imparcial. Nas histórias escandinavas, a criatura pernicioso, tal como um dragão, tende a ser concebida como o inimigo não somente pelos homens, mas também pelos deuses. Nas histórias clássicas, de modo ainda mais inquietante, ela tende a ser enviada por um deus para promover a destruição de homens em relação aos quais ele guarda algum ressentimento. A visão objetiva e clara do salmista – ao perceber os leões e baleias lado a lado com homens e gado – é pouco comum. E eu acho que ela certamente foi concebida a partir da ideia de Deus como Criador e mantenedor de tudo. Em Salmos 104.21, o argumento sobre os leões é o de que eles, como nós, buscam “de Deus o alimento”. Todas essas criaturas, como nós, “esperam” o tempo certo de Deus (v. 27). O mesmo se observa em Salmos 147.9: Embora o corvo fosse um animal impuro para os judeus, Deus “dá alimento aos animais, e aos filhotes dos corvos quando gritam de fome”. O pensamento que garante a essas criaturas um lugar no sentimento que o salmista nutre pela natureza é, certamente, óbvio. Elas são dependentes, como nós. Todos, incluindo leões, cegonhas, corvos e baleias, vivemos, como diziam os nossos pais, “à custa de Deus”, e a menção de todos igualmente alimenta o seu louvor.

* Deus me livre, no entanto, de interpretarem que a esteja menosprezando. Só quero dizer que, para os que têm contato apenas com animais de estimação, ela não é uma virtude cara. Talvez sejamos devidamente criticados se carecermos dela, mas ninguém nos elogiará por tê-la. Quando um pastor ou um carroceiro que trabalha duro permanece bondoso com os animais, deve também ser elogiado, não nós.

Uma pequena e curiosa evidência fortalece a minha crença de que há uma relação entre esse tipo de poesia da natureza e a doutrina da criação. E ela também é, por si, tão interessante que acredito valer a pena, aqui, uma digressão. Tenho dito que o paganismo em geral falha em extrair da natureza algo que os judeus extraíram. Há um antigo poema gentílico que fornece um paralelo bem próximo do Salmo 104 e que, aparentemente, é um exemplo do contrário. Mas quando passamos a examiná-lo, descobrimos que esse poema não é de modo algum pagão, no sentido politeísta. Ele é dirigido a um Deus monoteísta e o saúda como o Criador de toda a terra. Não é, portanto, uma exceção à minha generalização. Da mesma maneira que a literatura gentílica antiga (em certa medida) renunciou a poesia judaica da natureza, ela também (em certa medida) renunciou a sua teologia. E isso, do meu ponto de vista, era o que nós poderíamos esperar que acontecesse.

O poema em questão é o *Hino ao Sol* – poema egípcio datado do século 14 antes de Cristo. Seu autor é o faraó cujo nome verdadeiro era Amenófis IV, mas que se autointitulava Akhenaton. Muitos dos meus leitores já conhecem a história desse homem. Ele foi um revolucionário espiritual. Rompeu com o politeísmo de seus antepassados e quase rasgou o Egito em pedaços em seu esforço de estabelecer, à força, a adoração a um Deus único. Aos olhos do sacerdócio estabelecido, cuja propriedade ele transferiu ao serviço de uma nova religião, ele deve ter parecido um monstro, um tipo de Henrique VIII, que saqueava as abadias. Seu monoteísmo parece ter sido de um tipo extremamente puro e conceitual. Como era de se esperar que um homem daquele tempo fizesse, ele não identificou Deus com o sol. O disco visível era apenas uma manifestação desse Deus. Foi um passo impressionante, de certa maneira mais impressionante que o passo dado por Platão e, da mesma forma, um passo que contrastou extremamente com o paganismo comum.

O que, até onde sabemos, foi um fracasso total. A religião de Akhenaton morreu com ele. Aparentemente nada restou de seu empreendimento.

A menos, é claro, e pode ser que tenha sido isso o que aconteceu, que o próprio judaísmo tenha surgido dele. É perfeitamente aceitável que ideias derivadas do sistema formado por Akhenaton tenham gerado parte daquela “sabedoria” egípcia com base na qual Moisés foi criado. E não há nada de preocupante com essa possibilidade. O que quer que tenha sido verdadeiro no credo de Akhenaton, isso de alguma maneira chegou até ele, da mesma forma que toda verdade chega a todos os homens: por intermédio de Deus. Não há razão para que as tradições originárias de Akhenaton não estivessem entre os instrumentos que Deus usou para fazer com que Moisés o conhecesse. Mas não temos nenhuma evidência de que tenha sido isso o que realmente aconteceu. Nem sabemos em que nível o akhenatonismo serviu como instrumento para esse propósito. Suas características interiores, sua espiritualidade, a qualidade de vida a partir da qual ele brotou e que encorajou, tudo isso escapa ao nosso entendimento. O próprio Akhenaton ainda tem o poder, depois de 34 séculos, de provocar as reações mais violentas e contraditórias em relação a ele. Na opinião de um estudioso contemporâneo, ele é o “primeiro indivíduo”, no sentido de postura individualista, que a história registra; para outro, ele é um cretino excêntrico, modista e meio insano. Bem que poderíamos esperar que ele fosse aceito e abençoado por Deus; fica muito claro, no entanto, que a sua religião, historicamente, não foi tão abençoada nem tão aceita. Talvez a semente até fosse boa, mas caiu em chão rochoso. Ou talvez não fosse, no fim das contas, exatamente o tipo certo de semente. Para nós, contemporâneos, não há dúvida de que um monoteísmo assim tão simples, iluminado e sábio tem uma semelhança muito maior com a boa semente dos primeiros

documentos do judaísmo, nos quais Javé mais parece uma pequena divindade tribal. Pode ser que estejamos errados. Talvez, se o ser humano for capaz de reconhecer o fundamento incorpóreo, eterno e transcendente de todo o universo não como uma simples abstração filosófica, mas como o Senhor que, a despeito dessa transcendência, “não está longe de nenhum de nós”, como um ser completamente concreto (muito mais concreto do que nós) a quem o homem possa temer, amar, dirigir-se e “experimental”, esse monoteísmo deva começar muito mais humildemente e muito mais próximo de casa, no altar local, na festa tradicional e nas lembranças cultivadas dos juízos, promessas e misericórdias de Deus. É bastante possível que uma iluminação como essa possa surgir rápida e facilmente. Nesse estágio inicial, talvez não seja recomendável classificar Deus como algo muito remoto, neutro, internacional e (aparentemente) interdenominacional, uniforme demais, como o disco solar. Uma vez que, no fim, devemos mesmo chegar ao batismo e à Ceia, ao estábulo em Belém, ao monte do Calvário e ao túmulo vazio, talvez seja melhor começar com a circuncisão, a Páscoa, a Arca e o Templo. Pois “o mais elevado não fica sem o inferior”. Não fica, não permanece, antes se ergue e se expande até finalmente se perder no espaço infinito, pois a entrada é baixa: devemos nos agachar até a altura das crianças a fim de passarmos por esse espaço.

Seria, portanto, precipitado supor que o monoteísmo de Akhenaton fosse, do modo que é religiosamente mais importante, uma antecipação exata do monoteísmo judaico, de forma que, se os sacerdotes e o povo do Egito o tivessem aceitado, Deus poderia ter prescindido totalmente de Israel e se revelado a nós através de uma longa linhagem de profetas egípcios. O que nos interessa no momento, porém, é simplesmente notar que a religião de Akhenaton, que certamente é, em muitos aspectos, semelhante à dos judeus, o deixa livre para escrever uma poesia

da natureza bastante parecida, de certa forma, com a deles. O grau de semelhança pode ser enorme. O *Hino ao Sol* continua diferente dos salmos. Ele é majestoso como o Salmo 139 (v. 13-16) no ponto em que louva a Deus por fazer o embrião crescer no corpo da mãe, de modo que Deus é “nosso enfermeiro mesmo no útero”: ou por ensinar o pintinho a quebrar a casca do ovo e sair “piando o mais alto que puder”, Akhenaton prenuncia até mesmo o Novo Testamento: “Porque criaste todas as coisas, e por tua vontade elas existem e foram criadas” (Ap 4.11). Mas ele não consegue ver os leões como amigos que trabalham em nosso benefício. É claro que ele os insere no texto, mas da seguinte maneira: “Quando tu te pões, o mundo fica na escuridão, como morto. Os leões saem: todas as serpentes mordem”. Assim, unidos à morte e às serpentes venenosas, eles são claramente vistos como inimigos. Soa quase como se a própria noite fosse um inimigo, fora do alcance de Deus. Há apenas um traço de dualismo. Mas se há uma diferença, também existe uma semelhança. E é a semelhança o que há de relevante para o tema sobre o qual estamos tratando neste capítulo. Em Akhenaton, assim como nos salmos, determinado tipo de poesia parece combinar com determinado tipo de teologia. Mas a forma como ambas são plena e continuamente desenvolvidas é tipicamente judaica.

(Enquanto isso, que coração nobre poderia encerrar este capítulo sem uma oração para que aquele rei antigo e solitário, que foi também excêntrico e doutrinário, tenha há muito descoberto a verdade e agora desfrute dela, verdade que de longe transcende o mero vislumbre que ele dela pudesse ter?)

UMA PALAVRA SOBRE LOUVOR

É POSSÍVEL (e eu até espero que seja assim) que este capítulo seja desnecessário para a maioria das pessoas. Quem nunca foi sensível o bastante para enfrentar as dificuldades das quais ele trata talvez até o ache engraçado. Se alguma dessas pessoas rir, eu não me incomodarei com isso; uma dose de comicidade, em qualquer discussão, não faz mal, por mais sério que seja o assunto. (Em minha própria experiência, as coisas mais engraçadas aconteceram durante as conversas mais sérias e sinceras).

Quando comecei a me aproximar da crença em Deus, e mesmo depois de ter sido totalmente convertido a ela, encontrei uma dificuldade no fato de que as pessoas religiosas, todas elas, costumam exigir, muito abertamente, que “louvemos” a Deus, inclusive sugerindo que o próprio Deus exige que seja assim.

Todos nós costumamos desprezar aqueles que fazem questão de continuamente afirmar a própria virtude, inteligência ou prazer; costumamos desprezar com mais intensidade as multidões que se reúnem ao redor de todo ditador, de todo milionário, de toda celebridade que satisfaça essa exigência. Por isso, começou a surgir em minha mente um retrato ao mesmo tempo ridículo e horrível tanto de Deus quanto de seus adoradores. Nesse sentido, os salmos eram particularmente incômodos: “Louve ao Senhor”; “Ó louvai ao Senhor comigo”; “Louvai-o”. (E por que cargas d’água louvar a Deus consiste, frequentemente, em dizer às outras pessoas que o louvem? Por que até mesmo dizer às baleias, tempestades de neve etc. que continuem fazendo o que certamente fariam, quer disséssemos a elas ou não?) Pior ainda foi a declaração colocada na boca do próprio Deus: “Quem me oferece sua gratidão como sacrifício, honra-me” (Sl 50.23). Foi tão medonho quanto dizer: “O que mais quero ouvir é que sou bom e grande”. O pior de tudo foi a sugestão da mais tola barganha pagã, a do selvagem que faz ofertas ao seu ídolo quando a pesca é boa e que bate nele quando não pesca nada. Por mais de uma vez, os salmistas parecem estar dizendo: “Você gosta de elogios. Faça isso para mim e receberá alguma coisa em troca”. Assim, no Salmo 54 o poeta começa dizendo: “Salva-me”(v. 1) e, no versículo 6, acrescenta uma persuasão: “Eu te oferecerei um sacrifício voluntário; louvarei o teu nome, ó Senhor”. Repetidas vezes, o narrador pede para ser salvo da morte com base no fato de que, se Deus permitir que seus suplicantes morram, ele não receberá mais louvor deles, pois os fantasmas no Sheol não podem louvar (30.9; 88.10; 119.175). E até mesmo a quantidade de louvor parecia ser importante: “Sete vezes por dia eu te louvo” (119.164). Era extremamente angustiante. Fazia com que as pessoas pensassem naquilo em que elas menos queriam pensar. Eu até poderia compreender a gratidão, a reverência e a obediência a Deus, mas não entendia

esse elogio perpétuo. E houve um autor contemporâneo que em nada ajudou a apaziguar os nossos ânimos ao falar sobre o “direito” de Deus de ser louvado.

Eu ainda considero “direito” uma palavra ruim para expressar essa ideia, mas acredito que agora entendo o que o autor quis dizer. Talvez seja mais fácil começar com objetos inanimados, que não têm direitos. O que queremos dizer quando afirmamos que um quadro é “admirável”? Certamente não queremos dizer que ele é admirado (e talvez seja), pois uma obra ruim é admirada por milhares e uma obra boa pode ser ignorada. Nem que ele “mereça” admiração no mesmo sentido que um candidato “merece” que notas altas lhe sejam atribuídas pela banca de examinadores – ou seja, que um ser humano sofrerá uma injustiça se não for recompensado. O sentido no qual o quadro “merece” ou “exige” admiração é o seguinte: a admiração é a resposta correta, adequada ou apropriada a ele, e essa admiração, se satisfeita, não será “jogada fora”; por outro lado, se não o admirarmos, seremos estúpidos, insensíveis e grandes derrotados, pois teremos perdido algo. Desse modo, muitos objetos que conhecemos, tanto na natureza quanto no mundo da arte, podem merecer, ser dignos *de* ou exigir admiração. Foi a partir desse raciocínio, que para alguns pode até parecer irreverente, que achei melhor abordar a ideia de que Deus “exige” o louvor. Ele é aquele objeto a ser admirado (ou, se você preferir, apreciado), o que significa simplesmente despertá-lo, trazê-lo para o mundo real. Por outro lado, não apreciá-lo significa perder a maior das experiências e, no fim, perder tudo. As vidas incompletas e mutiladas dos que estão fora do tom, que nunca se apaixonaram, nunca conheceram a verdadeira amizade, nunca se envolveram com um bom livro, nunca desfrutaram do sentimento do ar da manhã em seus rostos, nunca (e eu sou um desses) apreciaram futebol, são imagens débeis disso.

Mas, é claro, isso não é tudo. Deus não “exige” louvor somente como o objeto supremamente belo e totalmente satisfatório a ser louvado. Ele aparentemente o ordena como legislador que é. Os judeus foram orientados a oferecer sacrifícios. Nós sentimos que temos o dever de ir à igreja. Mas, por outro lado, isso foi uma dificuldade pelo simples fato de eu não entender nada do que tentei dizer anteriormente, no capítulo 5. Não enxergava que é no processo de ser adorado que Deus comunica sua presença aos homens. E o louvor não é, de fato, o único modo de adorar a Deus. No entanto, para muitas pessoas, em muitas épocas, a “beleza do Senhor” é revelada principalmente ou somente enquanto nós o adoramos juntos. Mesmo no judaísmo, a essência do sacrifício não era, em verdade, o fato de os homens oferecerem bois e bodes a Deus, mas o fato de que, ao fazê-lo, Deus se apresentaria aos homens. No ato central de nossa própria adoração, é claro, isso se torna bem mais evidente: De uma forma patente e até física, existe, por um lado, o Deus que concede e, por outro, nós, os que recebemos. A infeliz ideia de que Deus deveria, de um jeito ou de outro, precisar da nossa adoração ou desejá-la da mesma forma como uma mulher vaidosa deseja receber elogios, ou um autor vaidoso oferece seus novos livros a pessoas que nunca o conheceram ou ouviram falar dele, é implicitamente respondida com as seguintes palavras: “Se eu tivesse fome, precisaria dizer a você?” (Sl 50.12). Mesmo se fosse possível conceber tal ideia absurda, ela dificilmente viria a nós, as mais inferiores das criaturas racionais, para satisfazer seu apetite. Eu não quero que o meu cachorro lata em sinal de aprovação aos meus livros. E agora que parei para pensar nisso, existem algumas pessoas cuja crítica, por mais favorável que seja, não me seria tão gratificante.

No entanto, o mais óbvio sobre o louvor – quer dirigido a Deus ou a qualquer outra coisa – eu estranhamente não consegui compreender. Pensei nele como se fosse um elogio,

aprovação ou honraria. Nunca havia notado que toda apreciação transborda espontaneamente em forma de louvor quando (e às vezes até mesmo se) a timidez ou o medo de incomodar os outros são deliberadamente admitidos e analisados. O mundo está cercado de louvor: amantes elogiam seus amados e suas amadas; os leitores elogiam seu poeta preferido; os caminhantes elogiam o campo; os jogadores elogiam seus jogos favoritos; há o louvor ao clima, aos vinhos, às louças, aos atores, aos carros, aos cavalos, às faculdades, aos países, a personagens históricos, a crianças, flores, montanhas, selos e insetos raros e, às vezes, até mesmo a políticos e estudiosos. Eu não havia notado como as mentes mais humildes e, ao mesmo tempo, mais equilibradas e capazes prestavam mais louvores, enquanto as excêntricas, desajustadas e descontentes elogiavam menos. Os bons críticos encontraram algo para elogiar em muitas obras imperfeitas; os maus continuamente limitavam-se à lista de livros que tínhamos a permissão de ler. O homem saudável e sincero, mesmo se educado no luxo e com bastante experiência em boa gastronomia, seria capaz de elogiar uma refeição muito modesta; os que sofrem de indigestão e que são arrogantes, por sua vez, acham defeito em tudo. Exceto onde as circunstâncias intoleravelmente adversas interferem, o louvor parece quase ser uma manifestação de saúde interior. E isso também acontece nos casos em que, por conta da falta de habilidade, as formas pelas quais o louvor se expressa são muito grosseiras ou mesmo ridículas. Deus sabe como muitos poemas de louvor dirigidos a um ser amado e terreno são tão ruins quanto os nossos piores hinos, e que uma antologia de poemas de amor que pudessem ser lidos por todos e por toda a eternidade seria provavelmente um teste tão doloroso ao gosto literário quanto os *Hinos Antigos e Modernos*. Eu não havia notado que, assim como os homens espontaneamente elogiam as coisas todas que valorizam, eles também espontaneamente nos conclamam a juntar-se a eles

nesse louvor: “Ela não é adorável? Aquilo não foi glorioso? Você não acha que isso é maravilhoso?”. Ao conclamar todas as pessoas a louvar a Deus, os salmistas estão fazendo o que todos os homens fazem quando falam sobre as coisas com as quais se importam. Toda a minha dificuldade, a mais ampla dificuldade sobre o louvor a Deus, baseava-se em minha absurda resistência – no que diz respeito àquele que é o que há de mais valioso – ao que temos prazer em fazer, ao que não conseguimos deixar de fazer e em relação a tudo o mais que valorizamos.

Penso que temos prazer em louvar o que apreciamos porque o louvor não somente expressa como também complementa a apreciação; ele é a própria consumação dessa apreciação. Quando amantes continuamente dizem um ao outro o quão belo ele (ou ela) é, não o fazem apenas por dever; o prazer é incompleto até que seja expresso. É frustrante descobrir um novo autor e não poder dizer a ninguém quão bom ele é; chegar de repente em uma curva de uma estrada que corta um vale encravado na montanha, contemplar uma paisagem de esplendor inesperado e então ter de manter silêncio porque as pessoas que estão com você não dão a mínima para aquele cenário; ouvir uma boa piada e não encontrar ninguém para compartilhá-la (o ouvinte perfeito morreu um ano antes). Isso acontece quando as formas pelas quais nos expressamos são inadequadas, como elas efetivamente são na maioria das vezes. Mas se uma pessoa encontrasse a maneira adequada de louvar a essas coisas com perfeição, de modo pleno e sincero, transformando em poesia, música ou pintura o sentimento de admiração que quase explode dentro dela? Assim, o objeto seria, de fato, plenamente apreciado e o nosso prazer teria chegado ao auge de sua perfeição. Quanto mais digno o objeto, mais intenso seria esse prazer. Se fosse possível a uma alma criada (eu quero dizer, na máxima medida concebível para um ser finito) “apreciar” plenamente, ou seja, amar e ter prazer no mais digno de todos os objetos

existentes e, ao mesmo tempo, em todos os momentos expressar perfeitamente esse prazer, então essa alma estaria em suprema bem-aventurança. É ao longo destas linhas que descubro a maneira mais fácil de entender a doutrina cristã de que o “céu” é um estado no qual os anjos agora – e os homens no futuro – estão perpetuamente empenhados em louvar a Deus. Isso não significa que, como se pode tão tristemente sugerir, seja como “estar na igreja”, pois nossos “cultos”, tanto em sua conduta quanto em nossa capacidade de participação, são meras tentativas de adorar, tentativas nunca plenamente bem-sucedidas, constituindo, na maioria das vezes, 99,9% de fracasso e, outras vezes, fracasso total. Não somos cavaleiros, mas aprendizes na escola de montaria, pois boa parte das nossas quedas e escoriações, bem como os músculos doloridos e a severidade do exercício, em muito superam aqueles poucos momentos nos quais estivemos, para nosso espanto, verdadeiramente galopando, sem temor e sem desastres. Para absorver o real significado da doutrina, devemos supor estar em perfeito amor com Deus – inebriados, inundados, dissolvidos por esse prazer que, longe de permanecermos presos e incomunicáveis em nós mesmos, nos torna imersos em uma felicidade quase intolerável que flui incessantemente de dentro de nós por meio de uma expressão natural e perfeita, fazendo com que a nossa alegria não mais se separe do louvor no qual ela se libera e se expressa, assim como o brilho que um espelho recebe não se separa do brilho que reflete. O catecismo escocês diz que o fim supremo do homem é “glorificar a Deus e desfrutá-lo para sempre”. Mas então saberemos que essas coisas são a mesma coisa. Desfrutar plenamente é glorificar. Ao ordenar que o glorifiquemos, Deus está nos convidando a desfrutarmos dele.

Enquanto isso, é claro, estamos simplesmente, como Donne diz, afinando os nossos instrumentos. A afinação da orquestra pode ser prazerosa, mas somente para os que, em certa medida, embora pequena, conhecem a sinfonia e a absorvem.

Os sacrifícios judaicos e mesmo os nossos próprios ritos mais sagrados, à medida que ocorrem na experiência humana, são, como o processo de afinação, uma promessa, não um desempenho. Assim sendo, como na afinação, eles podem ter em si muita responsabilidade e pouco prazer ou nenhum prazer. Mas a responsabilidade existe para o prazer. Quando cumprimos nossas “responsabilidades religiosas”, somos como pessoas que abrem canais em uma terra seca a fim de que, quando a água finalmente brotar, possam estar prontas para tirar proveito dela. Ou, ao menos, parcialmente. Mesmo agora, há momentos felizes quando uma corrente desliza pelos berços secos; assim como são felizes as almas nas quais isso acontece com frequência.

Quanto ao elemento de barganha proposto nos salmos (“faça isso e eu o louvarei”), esse arroubo tolo de paganismo certamente existiu. A chama não sobe pura do altar. As impurezas, no entanto, não são a sua essência. E não estamos todos em posição de desprezar mesmo os salmistas mais brutos no que diz respeito a esse quesito. É claro que não cometeríamos gafes em nossas palavras como eles cometem. Mas há, para o bem e para o mal, uma oração que dispensa palavras. Por muitas vezes, e de joelhos, fico chocado ao descobrir os tipos de pensamento que, em alguns momentos, dirijo a Deus – que ofertas infantis lhe fiz de fato, que pedidos realmente apresentei ou mesmo os acordos ou comprometimentos absurdos que eu propus, alguns deles conscientemente. Há, em algum lugar dentro de mim, um coração pagão e selvagem, pois, infelizmente, a perspicácia ao mesmo tempo idiota e tola do paganismo parece ter muito mais poder de sobrevivência do que os seus elementos inocentes e até mesmo belos. Uma vez que você tenha poder, é fácil silenciar os instrumentos, calar as danças, desfigurar as estátuas e esquecer as histórias; mas não é fácil matar a criatura selvagem, insaciável e assustada que se contorce e grita em nossa alma – a criatura a quem Deus pode muito bem perguntar: “Você pensa que eu sou como você?” (Sl 50.21).

Mas tudo isso, como eu disse, é algo que ficará claro para apenas alguns dos meus leitores. Em outros, uma comédia de erros como essa e uma jornada assim tão tortuosa em busca do óbvio se traduzirão em uma ocasião perfeita para que se dê generosos risos.

OUTROS SIGNIFICADOS

DEVO AGORA VOLTAR-ME para algo muito mais difícil. Até aqui, estivemos tentando ler os salmos como achamos – ou como eu acho – que os seus poetas gostariam que eles fossem lidos. Mas esse, com certeza, não é o modo como eles foram interpretados, principalmente pelos cristãos. Acredita-se que eles carreguem um segundo significado, oculto, um sentido “alegórico” relacionado às verdades centrais do cristianismo, como a encarnação, a paixão, a ressurreição, a ascensão e a redenção do homem. Todo o Antigo Testamento tem sido tratado da mesma maneira. Segundo esse ponto de vista, o pleno significado do que os escritores estão dizendo só pode ser aparente à luz dos eventos que aconteceram depois da morte dos salmistas.

Tal doutrina, não sem razão, desperta na mente contemporânea uma suspeita bastante profunda. Porque, como sabemos, é possível depreender o que se quer a partir da leitura de qualquer livro, desde que a pessoa esteja suficientemente determinada a isso. Para quem escreve literatura fantástica, isso é bastante claro. Sempre haverá críticas favoráveis e hostis de pessoas que encontram em suas narrativas todo tipo de significado alegórico que o próprio autor nunca quis comunicar. (Algumas das alegorias assim atribuídas aos meus próprios livros têm sido tão inocentes e interessantes que eu costumo lamentar por não tê-las criado de fato.) Aparentemente, é impossível para o homem inteligente desenvolver uma narrativa na qual a inteligência de outro homem não consiga, com certo grau de credibilidade, encontrar um sentido oculto.

Uma vez que aceitemos tais métodos de interpretação, torna-se, portanto, muito fácil cair no equívoco do autoengano. No entanto, a despeito disso, penso ser impossível – por uma razão que pretendo expor mais adiante – abandonar o método por completo quando lidamos, como cristãos, com a Bíblia. Temos, por consequência, uma montanha íngreme diante de nós. Não vou tentar subir os penhascos. Prefiro tomar um caminho alternativo que, a princípio, parecerá impossível que nos leve até o topo.

Começo em um contexto bem distante das Escrituras e até mesmo do cristianismo, com exemplos de coisas que foram ditas ou escritas e que ganharam um novo significado à luz de eventos posteriores.

Um dos historiadores romanos nos fala a respeito de um incêndio em uma província, que se supõe que tenha começado nas casas de banho públicas. O que alimentou certa desconfiança de que o incêndio tenha sido proposital foi o fato de que, no início daquele dia, um senhor havia reclamado que a água na banheira quente estava apenas morna e recebera de um criado

a resposta: “Logo ela estará quente de novo”. Agora, é claro que, se tivesse sido arquitetado um plano e o criado estivesse envolvido nele e fosse tolo o bastante para se arriscar ser descoberto por meio dessa ameaça velada, então não teríamos interesse algum pela história. Suponhamos, porém, que o fogo tenha sido acidental (isto é, que não tenha sido provocado por ninguém). Nesse caso, o criado teria dito algo mais verdadeiro, ou uma verdade mais importante do que ele mesmo poderia supor. É claro que não deve haver nada nessa história além de uma simples coincidência. A resposta do criado é plenamente justificada pela reclamação do cliente, e é apenas o que qualquer encarregado do local diria. Poderíamos dizer que a importância mais profunda que suas palavras passaram a ter durante as horas que se seguiram foi, como diríamos, acidental.

Agora vejamos um exemplo, de certo modo, mais difícil. (O leitor não afeito ao clássico precisa saber que, para um romano, a “era” ou “reino” de Saturno significava a perda da época da inocência e da paz. Ou seja, ela correspondia, em linhas gerais, ao jardim do Éden antes da queda; embora ele não pudesse nunca ser comparado, exceto entre os estoicos, a qualquer outra coisa.) Virgílio, escrevendo não muito antes do nascimento de Cristo, inicia um poema assim: “O grande cortejo das eras começa outra vez. Agora a virgem retorna, o reino de Saturno retorna e a nova criança está sendo enviada dos altos céus”. Ele prossegue descrevendo a era paradisiaca que será trazida por esta natividade. E é claro que, durante a Idade Média, entendeu-se que Virgílio tivera acesso a algum conhecimento profético indistinto acerca do nascimento de Cristo, provavelmente através dos Livros Sibílinos. Virgílio foi classificado como um profeta pagão. Acho que os estudiosos modernos até ririam dessa ideia. Eles poderiam divergir quanto a qual casal nobre ou imperial estava sendo tão extravagantemente elogiado por um poeta da corte quando do nascimento de um

filho; mas a semelhança com o nascimento de Cristo seria, mais uma vez, vista como um acidente. No entanto, para dizermos o mínimo, trata-se de uma coincidência muito mais evidente do que as palavras ditas por aquele criado da casa de banho ao homem. Se isso é sorte, trata-se de uma sorte extraordinária. Um fanático oponente do cristianismo seria tentado a dizer, em um momento de distração, que o criado foi diabolicamente afortunado.

Volto-me agora para os dois exemplos que penso serem diferentes. Neles, como nos outros que têm sido considerados por nós, as pessoas dizem algo mais verdadeiro e importante do que elas imaginam ser; no entanto, não me parece possível que essas pessoas tenham dito isso por acaso. Apresso-me em acrescentar que o que tenho em mente como alternativa para o acaso não é a ideia de “profecia” no sentido de uma previsão clara e miraculosamente conferida. Nem tenho, é claro, a menor intenção de usar os exemplos que irei citar como evidências da verdade do cristianismo. Não estamos, aqui, falando de evidências. Estamos simplesmente pensando sobre como deveríamos considerar esses significados alternativos que as coisas ditas ou escritas às vezes adquirem à luz de um conhecimento mais pleno do que aquele que o seu autor possuía quando as registrou. O que eu estou querendo dizer é que diferentes exemplos pedem que pensemos neles de maneiras distintas. Às vezes podemos considerar uma pista como o resultado de uma simples coincidência, não importa o quão evidente ela seja. Mas há outros casos nos quais a verdade posteriormente apresentada (e que o narrador não conhecia) estava intimamente relacionada à verdade que ele já conhecia; desse modo, ao encontrar essa nova verdade, ele entrava em contato com a mesma realidade na qual a verdade mais plena estava enraizada. Lendo suas palavras à luz dessa verdade mais plena e ouvindo-a nas mesmas palavras, dessa vez como um significado alternativo ou implícito, não estamos impingindo sobre as palavras algo estranho à mente

de quem as diz ou pensa, como uma nova ideia, arbitrária. Estamos estendendo o seu significado para uma direção análoga. A verdade básica por trás das palavras e por trás da verdade plena é única e a mesma.

O *status* que reivindico para essas coisas, portanto, não é nem de coincidência, por um lado, nem de previsão, por outro. Tentarei ilustrá-lo por meio de três casos imaginários. Consideremos que (I) uma pessoa santa, que afirma explicitamente profetizar pelo Espírito Santo nos diz que há no universo tal e tal criatura. Mais tarde aprendemos (que Deus nos livre!) a viajar no espaço e a distribuir em outros mundos o vômito da nossa própria corrupção e que, como era de se esperar, encontramos a tal criatura de que falamos em um planeta remoto de alguma estrela distante. Isso seria uma profecia no sentido mais estrito da palavra, uma evidência do dom miraculoso do profeta e uma evidência provável da verdade implícita em qualquer outra coisa que ele tivesse dito. Em outro caso, (II) um escritor que somente escreve ficção, sem qualquer fundamento científico, idealiza uma criatura por razões puramente artísticas. Mais tarde encontramos uma criatura muito parecida com a que ele criou. Isso seria apenas sorte do escritor. Mesmo um homem que não entende nada de corridas talvez consiga ser, uma vez em sua vida, um vencedor. E pensemos no caso de (III) um grande biólogo que, ao ilustrar a relação entre os organismos animais e o seu ambiente, inventa um animal hipotético e o adapta a um ambiente também hipotético. Mais tarde encontramos uma criatura muito semelhante a essa (e, é claro, vivendo em um ambiente muito semelhante ao que ele havia proposto). Tal semelhança não é nem um pouco acidental. Foram a percepção e o conhecimento, não a sorte, que o levaram à sua invenção. A verdadeira natureza da vida explica por que tal criatura existe no universo e também por que havia tal criatura em suas aulas. Se, enquanto relemos as aulas, pensamos nessa realidade, não

estamos criando fantasias arbitrárias próprias para servir como apoio ao texto. Esse segundo significado é análogo a ele. Os exemplos que tenho em mente correspondem a esse terceiro caso, embora, como veremos, haja outro elemento, mais sensível e pessoal que o conhecimento científico, envolvido nisso: o que o autor ou narrador era, e não somente o que ele sabia.

Platão, em sua obra *A República*, argumenta que a justiça costuma ser reconhecida pelas recompensas que proporciona – honra, popularidade e coisas do gênero –, mas para enxergá-la em sua verdadeira natureza devemos separá-la de tudo; devemos desnudá-la. Ele nos pede, portanto, que imaginemos um homem perfeitamente justo, mas que é tratado por todos que estão ao seu redor como um monstro de maldade. Devemos imaginá-lo ainda perfeito à medida que é amarrado, espancado e, por fim, empalado (o tratamento persa equivalente à crucificação). Nessa passagem, um leitor cristão começa a duvidar do que está lendo. O que está acontecendo? De novo outra dessas coincidências? Nesse momento, porém, ele enxerga que alguma coisa está acontecendo e que isso não pode, de modo algum, ser considerado um golpe do acaso.

No poema que citei, é possível que Virgílio estivesse (e o criado na casa de banho quase com certeza estava) “falando sobre algo mais”, falando sobre algum outro assunto a respeito do qual suas palavras poderiam ser consideradas verdadeiras e essa verdade tivesse uma importância ainda maior. Platão está falando, e ele sabe disso, sobre o destino da bondade em um mundo ímpio e ignorante. Mas isso não é outra coisa senão a Paixão de Cristo. É exatamente a mesma ideia que a paixão ilustra de uma maneira suprema. Se, em certa medida, Platão fosse instigado a escrevê-la por conta da morte recente de seu mestre, Sócrates – que talvez possa ser descrita como quase um martírio –, então novamente se trata, nada mais, nada menos, da descrição da Paixão de Cristo. A bondade de

Sócrates (imperfeita, ainda que venerável) levou-o à morte fácil por cicuta, e a perfeita bondade de Cristo levou-o à morte na cruz não por acaso, mas pela mesma razão: porque a bondade é o que é e porque o mundo caído é o que é. Se Platão, partindo de um exemplo e de sua percepção da natureza da bondade e da natureza do mundo, foi levado a enxergar a possibilidade de um exemplo perfeito e, em seguida, a descrever algo exatamente como a Paixão de Cristo, isso não aconteceu porque ele teve sorte, mas porque era um sábio. Se um homem que conhecesse somente a Inglaterra e observasse que, no início da primavera, quanto mais alta a montanha, mais tempo a neve ficava retida, fosse levado a pensar em uma montanha tão alta que pudesse reter a neve o ano todo, então a semelhança entre a sua montanha imaginária e os verdadeiros Alpes não seria simplesmente um golpe de sorte. Ele talvez não soubesse da existência, de fato, de montanhas assim; da mesma maneira, Platão provavelmente não sabia que o exemplo perfeito e ideal de bondade crucificada que ele havia descrito viria a se tornar real e histórico. Mas se aquele homem visse os Alpes, talvez não dissesse: “Que coincidência curiosa!” Seria mais provável que ele comentasse: “Veja ali! Lembra daquilo que eu disse?”

E o que dissermos daqueles deuses, em várias mitologias pagãs, que são mortos e ressuscitam e que, por meio disso, renovam ou transformam a vida de seus adoradores ou da natureza? O estranho é saber que, nesse caso, até mesmo aqueles antropólogos que em geral são mais hostis à nossa fé concordariam com muitos cristãos, dizendo que “a semelhança não é por acaso”. É claro que as duas partes diriam isso por razões diferentes. Os antropólogos o fariam com a intenção de dizer: “Todas essas superstições têm uma fonte comum na mente e experimentam especialmente a vivência agrícola do homem primitivo. Seu mito de Cristo é como o mito de Balder porque tem a mesma origem. A semelhança é pelo fato de pertencerem

à mesma família”. Os cristãos tinham duas escolas de pensamento. Os pais da fé primitivos (ou alguns deles), que acreditavam que o paganismo não era outra coisa senão o trabalho direto do Diabo, dizendo:

O Diabo desde o princípio tem tentado desviar a humanidade com mentiras. Como todos os mentirosos perfeitos fazem, ele torna suas mentiras tão verdadeiras quanto possível; ainda que elas desviem o homem de seu tema principal, quanto mais intimamente imitam a verdade, mais eficientes serão; é por isso que nós o consideramos “macaco de imitação de Deus”: ele está sempre imitando a Deus. A semelhança de Adonis com Cristo não é, portanto, de modo algum acidental; ela é a semelhança que esperamos encontrar entre uma farsa e algo verdadeiro; entre a imitação e o original; entre pérolas falsificadas e pérolas verdadeiras.

Outros cristãos que pensam, como eu, que na mitologia divina e diabólica e nos elementos humanos (no desejo por uma boa história) todos têm o seu papel, diriam:

Não é acidental. Na sequência de dia e noite, na morte e no renascimento anual dos grãos, nos mitos que esses processos suscitam, no sentimento estranho, parcialmente articulado (e incorporado em muitos “mistérios” pagãos) de que o homem por si mesmo deveria passar por algum tipo de morte se tentasse verdadeiramente viver, já há uma semelhança permitida por Deus para essa verdade da qual tudo depende. A semelhança entre esses mitos e a verdade cristã não é mais acidental do que a semelhança entre o sol e o seu reflexo em um lago; ou entre um fato histórico e a sua versão de certo modo deturpada que vive nas narrativas populares; ou entre árvores e montes do mundo real e árvores e montes de nossos sonhos.

Assim, todas essas três visões igualmente consideravam os “cristãos pagãos” e o verdadeiro Cristo como coisas verdadeiramente relacionadas e achavam significativa a semelhança entre elas.

Em outras palavras, quando analisamos coisas que são ditas e assumem, à luz do conhecimento posterior, um significado que não poderia lhes ter sido outorgado por quem as disse, elas se transformam em coisas diferentes. Sem dúvida, qualquer que seja o significado que elas venham a adquirir, podemos quase sempre lê-las com algum proveito, tendo em mente esse outro significado. Talvez seja bastante lógico eu pensar (é incrível como não consigo deixar de pensar) sobre o nascimento de Cristo no momento em que leio aquele poema de Virgílio, ou talvez eu possa até lê-lo como um capítulo comum da minha leitura cristã. Mas a semelhança que torna tal leitura possível talvez seja, afinal, uma mera coincidência (embora eu não esteja certo de que seja mesmo). Eu talvez esteja lendo em Virgílio algo que seja totalmente irrelevante se comparado a tudo o que ele foi, fez e teve intenção de fazer; irrelevante como o significado ambíguo que as palavras do criado da casa de banho da história romana passaram a ter a partir dos acontecimentos posteriores e talvez irrelevantes quando comparadas a qualquer coisa que aquele criado foi ou teve a intenção de ser. Mas, quando penso na Paixão, no momento em que leio a descrição de Platão sobre o Justo ou quando penso na ressurreição, no momento em que leio sobre Adonis ou Balder, a situação se altera. Há uma conexão verdadeira entre aquilo que Platão e os criadores de mitos eram e tinham a intenção de ser e o que eu acredito ser a verdade. Eu conheço essa conexão, mas eles não a conheciam. No entanto, ela está realmente presente. Não se trata de uma fantasia arbitrária de minha própria observação sobre palavras antigas. É possível imaginar, sem que isso pareça um absurdo, Platão ou os criadores de mitos, caso conhecessem a verdade, dizendo: “Entendo... então era sobre isso que eu estava falando. É claro. Eis o que minhas palavras realmente queriam dizer e eu nunca soube”. Se o criado de banhos fosse inocente, ao ouvir o outro significado dado às suas palavras, sem dúvida teria dito:

“Então me ajude, pois eu nunca quis dizer tal coisa. Isso nunca me passou pela cabeça”. Eu não tenho ideia do que Virgílio teria dito se soubesse da verdade. (Ou será que podemos falar mais generosamente não daquilo que Platão, Virgílio ou os criadores de mitos “teriam dito”, mas do que disseram? Pois hoje podemos orar com a esperança de que eles há muito receberam a verdade, com prazer. “Muitos virão do leste e do oeste e se assentarão no reino.”)

Assim, muito antes de chegarmos aos salmos ou à Bíblia, há boas razões para não jogarmos todos os outros significados no lixo. Klebe disse acerca dos poetas pagãos: “Aqueles dignos poetas receberam pensamentos além de seus pensamentos”. Mas voltemo-nos agora para as próprias Escrituras.

AS ESCRITURAS

SE ATÉ MESMO os discursos pagãos podem carregar em si um significado alternativo, não por acaso, mas porque, no sentido que sugeri, isso é inerente a eles, esperamos que nas Escrituras isso aconteça com mais grandiosidade e uma frequência ainda maior. Se somos cristãos, temos dois motivos para acreditar nisso.

(I) Para nós, esses escritos são “santos”, “inspirados”, ou, como diz o apóstolo Paulo, “os oráculos de Deus”. Isso, no entanto, tem sido entendido de diferentes maneiras; vou tentar explicar como eu entendo, a menos no que diz respeito ao Antigo Testamento. As pessoas têm suspeitado que sou o que elas têm o costume de chamar “fundamentalista”. Isso porque nunca considero uma narrativa como sendo de caráter não histórico apenas pelo fato

de nela estar contido o elemento “milagre”. Algumas pessoas têm tanta dificuldade em crer em milagres que não conseguem imaginar nenhuma outra razão para eu aceitá-los, senão uma crença prévia de que todas as declarações do Antigo Testamento são histórica e cientificamente verdadeiras. Eu, no entanto, não penso assim, do mesmo modo que fez São Jerônimo quando disse que Moisés descrevera a criação “como um poeta popular” (como diríamos, “miticamente”); ou como Calvino quando colocou em dúvida se a história de Jó seria história ou ficção. O livro de Jó me parece não histórico porque começa falando de um homem totalmente desconectado de toda a história ou mesmo da lenda, sem genealogia, vivendo em um país do qual a Bíblia praticamente não fala em outras partes e porque, em verdade, o autor muito obviamente escreve como um contador de histórias, e não como um cronista.

Eu, portanto, não tenho dificuldade de aceitar, digamos, a visão desses estudiosos que nos dizem que a narrativa da criação em Gênesis é originária de histórias semíticas anteriores, que eram pagãs e míticas. Devemos, é claro, deixar bem claro o significado de “originária”. Histórias não reproduzem sua espécie, como os ratos. Elas são contadas por homens. Cada um dos que a recontam repete exatamente o que seu predecessor lhe havia contado ou então a muda. É possível que ele a mude inconsciente ou deliberadamente. Se a muda deliberadamente, pensa em tudo: em sua invenção, seu sentido de forma, sua ética, suas ideias do que se encaixa ou é edificante ou simplesmente seu conceito do que é interessante. Se a altera involuntariamente, então o faz com o seu inconsciente (que é, em grande parte, o responsável pelos nossos esquecimentos). Por essa razão, o homem, tudo o que ele é e todas as suas atitudes estão envolvidos em cada passo daquilo que é chamado (um pouco equivocadamente) “evolução” de uma história. E nenhuma boa obra é realizada em lugar algum sem a ajuda do Pai das luzes.

Quando uma sequência dessas recontagens transforma uma história da criação que, a princípio, não tinha quase nenhuma importância religiosa ou metafísica em uma história que chega à ideia da verdadeira criação e de um Criador transcendente (como Gênesis faz), então nada me faz crer que alguns dos recontadores, ou ao menos um deles, não tenha sido orientado por Deus.

Assim, algo original e simplesmente genuíno – o tipo de mito que se encontra na maioria das nações – terá sido criado pelo próprio Deus, chancelado e induzido por ele para servir a propósitos que, por si mesmos, não teriam sido atendidos. Portanto, de maneira geral, suponho que o Antigo Testamento inteiro seja constituído pelo mesmo tipo de material do qual é constituída qualquer outra literatura – crônica (parte dela obviamente bastante acurada), poemas, crítica moral e política, romances etc. É claro que nem todas do mesmo modo, em minha opinião. Há profetas que escrevem com a mais clara consciência de que a força divina está agindo sobre eles. Há cronistas cuja intenção talvez tenha sido a de simplesmente registrar os fatos. Há poetas, como os do Cântico dos Cânticos, que provavelmente nunca tiveram outro objetivo senão o de criar uma composição secular e natural com suas particularidades. Há ainda (e isso não é menos importante) o trabalho, primeiro dos judeus e depois da Igreja Cristã, de preservar e canonizar justamente esses livros. Há o trabalho dos redatores e editores de modificá-los. Em tudo isso eu suponho que haja uma indução divina, da qual nem todas as pessoas tiveram consciência.

As qualidades humanas contidas no material bruto são claras. Não foram removidos delas o erro, a ingenuidade, a contradição e até mesmo (nos salmos de maldição) a perversidade. O resultado completo não é a “Palavra de Deus” no sentido de que todas as passagens, em si mesmas, apresentam a ciência ou a história de modo impecável. Os textos carregam a Palavra

de Deus, e nós (obedientes à graça, atentos à tradição e aos intérpretes mais sábios que nós, e fazendo uso da inteligência deles, e aprendendo como podemos com a experiência que adquiriram) recebemos essa Palavra, usando-a não como uma enciclopédia ou uma encíclica, mas apreendendo sua mensagem geral, adaptando-nos a seu tom ou clima.

Para uma mente humana, essa atividade (em certo sentido, imperfeita), essa sublimação (incompleta) de material humano parece, sem dúvida, algo desconexo ou pouco estruturado. Talvez esperássemos (ou mesmo preferíssemos) que houvesse uma luz direta que nos mostrasse a verdade suprema de forma sistemática – algo que pudéssemos ter tabulado, memorizado, e no qual acreditássemos como sendo uma coisa verdadeira, como na tabuada. É possível respeitar e, em certos momentos, até invejar tanto a visão fundamentalista quanto a visão católico-romana de igreja. Mas há um argumento que deveríamos usar com cuidado em ambos os casos: Deus deve ter feito o que é melhor. Isso é o melhor, portanto Deus fez isso, pois somos mortais e não sabemos o que é melhor para nós; é perigoso prescrever o que Deus deveria ter feito – especialmente quando não podemos, sob nenhuma circunstância, enxergar o que ele fez afinal de contas.

Podemos observar que não há nenhuma imperfeição no ensino que nos é concedido por nosso Senhor, e que esse ensino não nos é oferecido de um modo padronizado, sistemático e à prova de defeitos, como talvez esperássemos ou desejássemos. Ele não escreveu nenhum livro. Só temos registradas as falas, a maioria delas expressada como respostas a perguntas, moldadas em certa medida pelo contexto a que se referiam. E quando as selecionamos todas, não podemos reduzi-las a um sistema. Deus prega, mas não dá uma palestra. Usa o paradoxo, provérbios, hipérboles, parábolas, ironias e até mesmo a “piada” (não estou sendo irônico ao dizer isso). Ele se vale de máximas que, como

os provérbios populares, se levadas ao pé da letra, podem aparentemente contradizer uma à outra. O que ele ensina, portanto, não pode ser compreendido apenas com o intelecto, não pode ser “assimilado” como se fosse uma “disciplina”. Se tentarmos fazer isso, encontraremos nele o mais enganador de todos os mestres. Ele dificilmente oferece uma resposta direta a uma pergunta direta. Ele não pode ser, como queremos, “enquadrado”. Seria (novamente é importante esclarecer que não estou sendo irônico) como tentar engarrafar um raio solar.

Indo ainda mais fundo, encontramos uma dificuldade de algum modo semelhante à encontrada pelo apóstolo Paulo. Acho que não sou o único leitor que tem se perguntado por que Deus, tendo concedido a Paulo tantos dons, não lhe brindou com o dom da clareza e a capacidade de fazer exposições de uma maneira metódica (o que nos parece uma necessidade bastante óbvia do primeiro teólogo cristão).

Assim, em três níveis, em seus respectivos graus, encontramos a mesma recusa do que talvez pensássemos que fosse o melhor para nós – na própria Palavra, no apóstolo dos gentios, nas Escrituras como um todo. Tendo sido isso o que Deus fez, devemos concluir que foi o melhor. Pode ser que, ao receber aquilo que apreciávamos, tal coisa nos fosse fatal. Talvez seja indispensável que o ensino do nosso Senhor, por meio desse subterfúgio (a partir do ponto de vista do nosso intelecto sistematizado), exigindo uma resposta do homem como um todo, deixe absolutamente claro que não se trata de aprendermos uma disciplina, mas de penetrarmos por inteiro em sua personalidade, de adquirirmos uma nova visão e um novo temperamento, de respirarmos uma nova atmosfera, de sofrer com ele e à maneira dele para, assim, reconstruir em nós sua própria imagem, ainda que de maneira imperfeita. Do mesmo modo acontece com Paulo. Talvez o tipo de obra que eu desejaria que ele tivesse escrito fosse inútil. A irritação dele, a aparente inconseqüência ou

mesmo dúvida, a mistura complexa de detalhes insignificantes, a reclamação pessoal, o conselho prático, o arrebatamento lírico, tudo levou finalmente àquilo que importa mais que as ideias – a uma vida cristã vivida na prática – ou, melhor dizendo, o próprio Cristo operando na vida de um homem. E, do mesmo modo, o valor do Antigo Testamento talvez se apresente exatamente pelo que, nele, parece ser sua imperfeição. Talvez ele se oponha a um determinado uso a fim de que possamos ser induzidos a usá-lo de outra maneira: para encontrarmos a Palavra nele, não sem proceder a uma leitura repetida e vagarosa nem deixando de fazer discriminações a partir de nossa consciência e de nossas faculdades críticas, para experimentarmos de novo, enquanto lemos, toda a experiência judaica da autorrevelação de Deus, gradual e qualificada, para sentirmos as muitas disputas entre a Palavra e o material humano através do qual ela trabalha. Pois aqui, mais uma vez, é nossa resposta total que se espera.

Com certeza, parece-me que, por ter de identificar o que pode ser considerado a voz de Deus nos salmos de maldição por meio de todas aquelas distorções horríveis provocadas pelo agente humano, consegui algo que não poderia ter conquistado a partir de uma exposição completa e ética à leitura dos salmos. As sombras têm me mostrado (ao menos ao meu coração) algo mais sobre a luz. Neste momento, nem eu (de bom grado) pouparia, na minha Bíblia, algo em si tão antirreligioso quanto o niilismo de Eclesiastes. Nele, há uma imagem clara e fria da vida do homem sem Deus. E essa declaração é, em si mesma, parte da Palavra de Deus. Precisamos ouvi-la. Assimilar Eclesiastes, mesmo sem ter assimilado nenhum outro livro na Bíblia, significaria avançar mais na direção da verdade do que alguns homens avançam.

Todos hão de concordar que essas conjecturas quanto ao motivo pelo qual Deus faz o que faz provavelmente não têm tanto valor quanto o que se passa na cabeça do meu cachorro

sobre quais são as minhas intenções quando me sento para ler. No entanto, embora possamos nada mais do que supor quais sejam essas razões, podemos ao menos observar a consistência dos caminhos divinos. Lemos em Gênesis 2.7 que Deus formou o homem do pó da terra e que soprou vida nele. Considerando todo o conhecimento de que o primeiro autor dispunha, essa passagem talvez ilustre apenas a sobrevivência, até mesmo em uma história verdadeiramente criacional, da inabilidade pagã de conceber a verdadeira criação – a tendência selvagem, pictórica de imaginar Deus fazendo coisas “a partir de” outra coisa. Ele é um animal, porém um animal chamado para ser, ou criado para ser, ou (se você preferir) destinado a ser algo mais do que um animal. Na visão biológica comum (as dificuldades que tenho em relação à teoria da evolução não são religiosas), um dos primatas é transformado para se tornar um homem, mas continua sendo um primata e um animal. Ele é levado a uma nova vida sem abdicar da antiga. Do mesmo modo, toda a vida orgânica assume e incorpora processos simplesmente químicos. Mas podemos seguir o princípio mais elevado ou o inferior, pois somos ensinados que a encarnação ocorreu “não pela conversão da deidade à carne, mas pela humanidade que foi assumida pela divindade”; nela a vida humana se torna o veículo da vida divina. Se as Escrituras se revelam não como a conversão da palavra de Deus em literatura, mas com a leitura sendo assumida como veículo da palavra de Deus, isso não é um desvio.

É claro que em quase todos os níveis esse método parece-nos precário ou, como eu disse, mal resolvido. Nenhuma dessas melhorias é, como desejaríamos que fossem, evidente, porque a natureza interior, ao ser incorporada, carregada com um novo fardo e promovida a uma nova condição, se for mantida, se não for aniquilada, sempre que possível ignorará a evolução e não enxergará nada a não ser as coisas inferiores. Assim, os homens podem interpretar a vida do nosso Senhor (porque, afinal, ela

é uma vida humana) como nada além da vida humana. Muitas das filosofias modernas, talvez a maioria delas, veem a vida humana simplesmente como uma vida animal, embora uma vida bastante complexa e incomum. Os cartesianos enxergam a vida animal como um mecanismo. Do mesmo modo, as Escrituras podem ser lidas como uma literatura meramente humana. Nenhuma nova descoberta, nenhum novo método dará a vitória final a qualquer das interpretações, pois o que se exige, em todos esses níveis e de igual modo, não é simplesmente conhecimento, mas uma determinada percepção; é necessário que o foco seja ajustado. Os que conseguirem enxergar cada um desses exemplos, somente o mínimo que puderem enxergar, serão sempre considerados razoáveis. Alguém que, diante de uma plateia analfabeta, afirmasse que um poema não é nada além de marcas em preto sobre um papel em branco não seria, de maneira alguma, questionado. Examine o papel através das lentes de microscópios, analise a tinta da impressora e o papel, estude-o (por esse método) ao máximo que quiser: você nunca encontrará algo além e acima de todos os produtos de que eles são compostos, algo a partir do qual se possa dizer: “Isto é um poema”. Os que sabem ler, no entanto, continuarão a dizer que o poema existe.

Se o Antigo Testamento é uma literatura assim “tomada”, transformada em algo mais que humano, dificilmente seremos capazes de estabelecer qualquer limite ao peso ou à multiplicidade de significados que podem ter sido atribuídos a ele como literatura. Se qualquer escritor disser mais do que sabe e quiser dizer mais do que quis dizer, então esses autores provavelmente estarão especialmente propensos a fazê-lo. E não é por acaso.

(II) A segunda razão para aceitar o Antigo Testamento dessa forma pode ser apresentada de uma maneira ainda mais simples e é, claro, muito mais contundente. Estamos comprometidos com o Antigo Testamento, por definição, por causa do nosso

Senhor. Naquela famosa jornada para Emaús ele criticou os dois discípulos por não crerem no que os profetas haviam falado. Eles deveriam saber, a partir de suas Bíblias, que o ungido, quando viesse, entraria em sua glória por meio do sofrimento. Foi então que ele explicou, a partir de “Moisés” (isto é, do Pentateuco), tudo “o que constava a respeito dele” no Antigo Testamento (Lc 24.25-27). Ele claramente se identificou com a figura frequentemente mencionada nas Escrituras; apropriou-se de muitas passagens nas quais um estudioso contemporâneo não identificaria tal referência. Nas predições de sua própria Paixão, que previamente já apresentara aos seus discípulos, ele obviamente estava fazendo a mesma coisa. E aceitou ser – na verdade, afirmou ser – esse segundo sentido das Escrituras.

Não sabemos (ou eu, pelo menos, não sei) quais eram todas essas passagens. Mas podemos estar bem certos em relação a uma delas. O eunuco etíope que encontrou Filipe (At 8.27-38) estava lendo Isaías 53. Ele não sabia se nessa passagem o profeta estava falando sobre si mesmo ou sobre outra pessoa. Filipe, ao responder à pergunta, “anunciou-lhe as boas novas de Jesus”. A resposta, de fato, foi: “Isaías está falando de Jesus”. Não precisamos ter nenhuma dúvida de que a referência de autoridade foi o nosso Senhor para que Filipe interpretasse aquela passagem. (Nossos ancestrais teriam imaginado que Isaías anteviu conscientemente os sofrimentos de Cristo da mesma forma como as pessoas enxergam o futuro em sonhos como os registrados pelo senhor Dunne.* Estudiosos modernos diriam que, em nível consciente, ele estava se referindo a Israel, a nação como um todo, personificada. Não acho que faça diferença adotarmos uma ou outra versão.) Podemos mais uma

* John Willian Dunne (1875-1949), engenheiro e escritor irlandês, autor de uma teoria sobre o tempo segundo a qual, durante os sonhos, passado, presente e futuro seriam percebidos como simultâneos. (N.E.)

vez ter a convicção de que, a partir das palavras ditas na cruz (Mc 15.34), nosso Senhor identificou-se com o sofrimento no Salmo 22. Ou quando ele perguntou (Mc 12.35-36) como Cristo poderia ser, ao mesmo tempo, filho de Davi e filho do Senhor, claramente identificou Cristo (e, portanto, a si mesmo) com o “meu Senhor” do Salmo 110; ele estava, na verdade, abordando o mistério da encarnação ao apontar uma dificuldade que somente ele poderia resolver. Em Mateus 4.6, as palavras de Salmos 91.11-12 – “Porque a seus anjos ele dará ordens a seu respeito [...] para que você não tropece em alguma pedra” – são aplicadas a ele, e podemos ter a certeza disso, uma vez que somente ele poderia ser a fonte da história da tentação. Em Marcos 12.10 ele se apropria implicitamente das palavras de Salmos 118.22 sobre a pedra que os construtores rejeitaram. O versículo: “[] Porque tu não me abandonarás no sepulcro, nem permitirás que o teu santo sofra decomposição” (Sl 16.10) é tratado como uma profecia de sua ressurreição em Atos 2.27, e foi, sem dúvida, assumido por ele, uma vez que o encontramos bastante incorporado à tradição cristã primitiva – ou seja, nas pessoas mais propensas a estar próximas do espírito e da letra de suas palavras do que qualquer erudito (não digo qualquer “santidade”) conseguiria levar uma pessoa de hoje em dia a estar. No entanto, talvez não haja qualquer sentido em falar aqui de espírito e de letra. Quase não há “letra” alguma nas palavras de Jesus. Se for tomado como um literalista, ele sempre se revelará como o mais ilusório dos mestres. Os sistemas não conseguem acompanhar essa luz tão veloz. Nenhuma rede que não seja vasta como o coração inteiro de um homem nem mais delicada que o amor será capaz de capturar o peixe sagrado.

SIGNIFICADOS ALTERNATIVOS NOS SALMOS

EM CERTO SENTIDO, a interpretação que o nosso Senhor fez dos salmos foi comum a ele e a seus oponentes. A questão que mencionamos momentos atrás, de como Davi pode se referir a Cristo como “meu Senhor” (Mc 12.35-37), deixaria de ser importante, a menos que fosse endereçada aos que pressupunham tacitamente que o “meu Senhor” mencionado no Salmo 110 era o Messias, o libertador régio e o ungido que sujeitaria o mundo a Israel. Essa pressuposição foi aceita por todos. As “Escrituras” todas tinham um sentido “espiritual” ou um sentido alternativo. Mesmo um gentio “temente a Deus”*

* Os “tementes a Deus” (sebomenoi ou metuentes) constituíam uma classe reconhecida de gentios que adoravam Jeová sem, no entanto, submeter-se à circuncisão e a outras obrigações cerimoniais dadas pela Lei. Cf. Salmo 118 (v. 2, lacato judaico; v. 3, sacerdotes judeus; v. 4, tementes a Deus) e Atos 10.2.

como o eunuco etíope (At 8.27-38) sabia que os livros sagrados de Israel não poderiam ser entendidos sem um orientador versado na tradição judaica que pudesse desvendar seus significados ocultos. Provavelmente todos os judeus instruídos do primeiro século encontravam referências ao Messias na maioria daqueles trechos nas quais o nosso Senhor as enxergava; o mais polêmico era a identificação do rei messiânico com outra figura do Antigo Testamento e de ambas com ele mesmo.

Duas figuras são encontradas nos salmos: a do sofredor e a do rei conquistador e libertador. Nos Salmos 13, 28, 55 ou 102, temos o sofredor; no 2 ou no 72, o rei. O sofredor, em minha opinião, era identificado, à época, com a nação como um todo, Israel (e talvez fosse, às vezes, originalmente assim concebido); eles teriam dito “ele mesmo”. O rei era o sucessor de Davi, o Messias prometido. Nosso Senhor se identificava com ambos os personagens.

Assim sendo, em princípio, a maneira alegórica de ler os salmos pode reivindicar a mais elevada autoridade possível. Mas é claro que isso não significa que todas as incontáveis aplicações dessa ideia sejam proveitosas, legítimas ou até mesmo racionais. O que vemos quando pensamos estar olhando para as profundezas das Escrituras pode, às vezes, ser apenas o reflexo de nosso semblante tão tolo. Muitas interpretações alegóricas, antigamente bastante populares, a mim me parecem, como talvez à maioria dos contemporâneos, artificiais, arbitrarias e ridículas. Penso que podemos até mesmo ter a convicção de que algumas delas realmente o são; no entanto, acho que não há como ter certeza de que sabemos quais delas o são. O que parece artificial (um simples triunfo da ingenuidade perversa) para as pessoas de determinada faixa etária parece claro e óbvio para outras, de modo que nossos ancestrais quase sempre se perguntavam como poderíamos deixar de perceber certas coisas que, ao mesmo tempo, fazem-nos questionar

como eles conseguiram descobrir com tanta facilidade. E por mais diferentes que sejam as épocas, nunca houve sobre a terra um julgamento imparcial, pois todos fazem parte do processo histórico; é claro que ninguém está completamente preso a ele, como os que consideram nossa própria era não como mais uma época, mas como um estágio final e permanente, a partir do qual podemos objetivamente enxergar todas as outras épocas.

Interpretações que já foram estabelecidas no Novo Testamento atraem, naturalmente, muito mais a nossa atenção. Descobrimos em nosso *Livro de Oração Comum* que o Salmo 110* é um dos mais indicados para o dia de Natal. A princípio, podemos nos surpreender com isso. Não há nada nele que faça referência à paz e à boa vontade, nada que faça referência, ainda que remotamente, ao estábulo em Belém. Ele parece ter sido originalmente concebido como uma ode à coroação de um novo rei, prometendo conquistas e a criação de um império, ou como um poema dirigido a algum rei às vésperas de uma guerra, prometendo-lhe vitória. Ele está repleto de ameaças. O “cetro” do poder do rei se estende desde Jerusalém; os reis estrangeiros devem ser feridos e os campos de batalha, cobertos de matança; as cabeças, esmagadas. O recado não é o da “paz e boa vontade”, e sim: “Cuidado. Ele está chegando”. Duas coisas fazem com que ele seja atraído para Cristo com muito mais autoridade do que no *Livro de Oração Comum*. A primeira, é claro (já mencionada por mim), é a que o próprio Deus estabeleceu: ele é o “Senhor” a quem “Davi” chama “meu Senhor”. A segunda é a referência a Melquisedeque (v. 4). A identificação dessa pessoa muito misteriosa como um símbolo ou profecia de Cristo se faz em Hebreus, capítulo 7. A forma exata do comentário no capítulo 14 de Gênesis é, sem dúvida, estranha para nós, mas eu acho que os princípios básicos são todos mantidos na nossa língua. Com certeza, não deveríamos

* Veja apêndice, p. 153.

discutir seu conteúdo a partir do fracasso de Gênesis em atribuir a Melquisedeque qualquer genealogia ou até mesmo país, porque ele não tem começo nem fim (lembremo-nos, se necessário, que Jó também não apresenta nenhuma genealogia); mas devemos nos manter bem conscientes de que a sua aparição sem parentesco, inexplicável, estranhamente o coloca em uma posição à parte da estrutura da narrativa. Ele vem de lugar nenhum, abençoa em nome do “Deus altíssimo, dono do céu e da terra” e desaparece completamente. Isso lhe proporciona a característica de pertencer, se não ao próprio outro mundo, a *outro* mundo, seja lá qual for; um outro mundo que não o da história geral de Abraão. Ele assume sem controvérsia, como observou o autor de Hebreus, uma superioridade sobre Abraão, superioridade essa que Abraão aceita. Ele é uma figura augusta, “sublime”. Eu não sei o que o narrador ou o último relator de Gênesis teria dito se lhe perguntássemos por que motivo mencionou esse episódio ou de onde o ouviu. Como expliquei, acredito que haja certa pressão da parte de Deus colocada sobre essas narrativas sucessivas. E o efeito que o episódio de Melquisedeque deveria provocar é muito claro. Ele apresenta, com inesquecível grandeza, a ideia do sacerdócio – não o sacerdócio pagão, mas o sacerdócio a um único Deus, muito antes do sacerdócio judaico que descende de Aarão, independente do chamado de Abraão e, de algum modo, superior à vocação de Abraão. E esse sacerdote mais antigo, pré-judaico, está unido à realeza; Melquisedeque é um rei-sacerdote. Em algumas comunidades, os reis-sacerdotes eram comuns, mas não em Israel. Por essa razão, assume-se o fato de que Melquisedeque represente o próprio Cristo (em seu modo peculiar, ele é o único personagem do Antigo Testamento que o representa). Pois Cristo, como Melquisedeque, afirma ser sacerdote (embora não pertença a uma tribo sacerdotal), e rei. Melquisedeque, de fato, remete a Ele; e o primeiro, é claro, representa o herói do Salmo 110, que é um rei, mas que também tem o mesmo tipo de sacerdócio.

Para um judeu convertido ao cristianismo isso era extremamente importante e eliminava certa dificuldade. Esse judeu poderia, por conta de sua conversão, passar a ver Cristo como sucessor de Davi; no entanto, era impossível dizer que ele fosse, em sentido semelhante, o sucessor de Aarão. A ideia de seu sacerdócio, portanto, envolvia o reconhecimento de um sacerdócio independente *de* e superior *ao* de Aarão. Melquisedeque estava ali para oferecer seu conceito da ratificação das Escrituras. Para nós, gentios cristãos, é exatamente o oposto. Somos mais propensos a partir do caráter sacerdotal, sacrificial e intercessório de Cristo e minimizarmos o seu caráter de rei e conquistador. O Salmo 110, com três outros salmos cristãos, corrige isso. No Salmo 45, aparece novamente o tom quase ameaçador: “Prende a espada à cintura, ó poderoso! [...] que a tua mão direita realize feitos gloriosos [...] Tuas flechas afiadas...” (v. 3-6). No Salmo 89, temos as promessas a Davi (que certamente representava todos ou parte dos sucessores de Davi, assim como “Jacó” pode significar todos os seus descendentes). Os inimigos serão derrubados perante a sua face (v. 23); “Davi” se refere a Deus como “Pai”, e Deus diz: “Também o nomearei meu primogênito...” (v. 27-28), ou seja: “Farei dele meu filho mais velho, meu herdeiro, e lhe darei o mundo inteiro.” No Salmo 132, temos “Davi” novamente, e Deus diz: “Vestirei de vergonha os seus inimigos, mas nele brilhará a sua coroa” (v. 18). Tudo isso enfatiza um aspecto da natividade ao qual nosso sentimento posterior sobre o Natal (excelente em si mesmo) não faz a devida justiça. Para os que, em um primeiro momento, leram esses salmos como poemas que falam sobre o nascimento de Cristo, esse nascimento anteriormente significava algo de caráter mais bélico: o herói, o “juiz”, o campeão ou o matador de gigantes que tinha de lutar e derrotar a morte, o inferno e os demônios havia enfim chegado, e a evidência sugere que o nosso Senhor também pensou em si nesses termos. (O poema de Milton sobre a natividade resgata muito bem esse lado do Natal.)

A relação do Salmo 68* com o Pentecoste tem algumas razões óbvias, mesmo à primeira leitura. O versículo 8 – “... a terra tremeu, o céu derramou chuva diante de Deus, o Deus do Sinai...” – foi, sem dúvida, para o autor original, uma referência aos milagres mencionados no Êxodo; desse modo, ele prenuncia aquela descida inusitada de Deus, que chegou com línguas de fogo. O versículo 11 é um belo exemplo do modo pelo qual os textos antigos são quase inevitavelmente carregados pelo novo peso de seu significado. A versão do *Livro de Oração Comum* diz: “O Senhor deu a palavra, grande foi a companhia de pregadores”. A “palavra” seria a ordem para a batalha e seus “pregadores” (em um sentido bastante implacável), os guerreiros judeus triunfantes. Essa tradução, no entanto, parece errada. O versículo, na verdade, quer dizer que havia muitas pessoas para espalhar a “palavra” (isto é, as notícias) da vitória. Isso se encaixará muito bem no Pentecoste. Mas acho que a verdadeira autoridade do Novo Testamento para relacionar esse salmo com o Pentecoste aparece no versículo 18 (no *Livro de Oração Comum*: “Tu subiste ao alto, levaste cativo o cativo e recebeste dádivas para os homens.”) De acordo com os estudiosos do texto hebraico, Deus, com os exércitos de Israel como seus agentes, havia tomado grande massa de prisioneiros e recebido “presentes” (pilhagens ou impostos) dos homens. Em Efésios 4.8, porém, o apóstolo Paulo fala de uma interpretação diferente: “Quando ele subiu em triunfo às alturas, levou cativos muitos prisioneiros, e deu dons aos homens”. Essa deve ser a passagem que pela primeira vez associou o salmo com a vinda do Espírito Santo, pois, no texto, Paulo está falando dos dons do Espírito (v. 4-7) e enfatizando o fato de que eles chegam após a ascensão. Depois de subir, como resultado dessa ascensão, Cristo concede esses dons aos homens, ou recebe esses dons (note como a versão do

* Veja apêndice, p. 149.

Livro de Oração Comum agora será eficiente) de seu Pai “para os homens”, para o uso dos homens, a fim de transmiti-los aos homens. E essa relação entre a Ascensão e a vinda do Espírito está, é claro, perfeitamente de acordo com as palavras de nosso Senhor: “Mas eu lhes afirmo que é para o bem de vocês que eu vou. Se eu não for, o Conselheiro não virá para vocês” (Jo 16.7), como se uma coisa fosse impossível sem a outra; como se a ascensão, o afastamento do Deus encarnado em relação ao tempo e ao espaço nos quais nossos sentidos atuais operam, fosse a condição necessária à presença de Deus de outra maneira. Nesse ponto, há um mistério que não vou sequer tentar abordar.

Esse salmo tem nos levado a algumas situações complicadas; aqueles salmos nos quais Cristo aparece como o sofredor são muito mais fáceis. E é aqui também que o segundo sentido se revela mais inevitável. Se Cristo “provou a morte por todos os homens” e tornou-se o sofredor arquetípico, então as expressões de todos os que sofreram no mundo estão, a partir da própria natureza das coisas, relacionadas aos sofrimentos dele. Aqui (para falar em termos ridiculamente humanos) sentimos que não foi necessária nenhuma orientação divina para atribuir aos textos antigos seu significado alternativo, antes, porém, seria necessário um milagre especial para excluí-lo. No Salmo 22, o terrível poema que Cristo citou em sua tortura final, não é “perfuraram minhas mãos e meus pés” (v. 16) a expressão que realmente importa, por mais impressionante que essa expectativa sempre deva ser, e sim a união entre a privação total e a adesão plena a Deus, a um Deus que não oferece resposta, simplesmente por causa do que Deus é: “Tu, porém, és o Santo” (v. 3). Todos os sofrimentos do justo são expressos nele. Em Salmos 40.12, no entanto, todos os sofrimentos do culpado também são expressos: “As minhas culpas me alcançaram e já não consigo ver”. Mas essa é também, para nós, a voz de Cristo, pois temos aprendido que ele, que não tem pecado, tornou-se

pecado por nossa causa; mergulhou nas profundezas do pior dos sofrimentos destinados aos homens maus que, pelo menos, conhecem sua própria maldade. Note como isso (no sentido original ou literal) tem pouca coerência com os versículos 8 e 9, e que contraponto de verdade essa contradição aparente assume, uma vez que se entende ser Cristo o seu narrador.

No entanto, dizer mais sobre esses salmos de sofrimento seria redundante. O que eu, de qualquer modo, demorei mais para enxergar foi a enorme riqueza daquele salmo de Natal que já mencionamos, o Salmo 45,^{*} que nos mostra muitos aspectos da natividade que nunca conseguiríamos perceber nas cantigas natalinas ou até mesmo (facilmente) nos evangelhos. Em sua intenção original, ele foi obviamente uma ode nacional a um casamento real. (Nós, na atualidade, ficamos surpresos ao descobrir que uma peça assim oficial, feita “sob encomenda” por um poeta da corte para uma ocasião especial, fosse boa poesia. Mas durante os períodos em que as artes tiveram seu auge, ninguém teria entendido nossa surpresa. Todos os grandes poetas, pintores e músicos do passado podiam produzir arte de grande qualidade “sob encomenda”. Quem não conseguisse fazê-lo seria visto como um trapaceiro tão grande quanto um capitão que navegasse ou um lavrador que arasse a terra somente quando tivesse vontade.) E vista simplesmente como uma ode nupcial – o que os gregos chamam *Epithalamium* –, ela é magnífica. No entanto, é muito mais valiosa pela luz que lança sobre a encarnação.

Poucas coisas, em outros momentos, me pareceram mais frias e ilógicas do que essas interpretações, quer desse salmo, quer do Cântico dos Cânticos, que identificam o noivo com Cristo e a noiva com a Igreja. Na verdade, ao lermos a poesia erótica explícita do cântico e a compararmos com os títulos

* Veja apêndice, p. 147.

edificantes de nossas Bíblias, é fácil ser levado a rir, mesmo que seja um riso cínico, como se os intérpretes piedosos estivessem fingindo existir uma inocência absurda. Eu ainda acho muito difícil crer que qualquer coisa com o sentido “espiritual” fosse remotamente concebida pelos autores originais. Mas hoje ninguém (eu imagino) que aceite esse sentido alternativo ou espiritual estará negando ou dizendo qualquer coisa contra o sentido muito claro que os escritores originalmente conceberam. O salmo permanece um *Epithalamium* rico, festivo; o Cântico continua sendo uma delicada poesia de amor, às vezes até mesmo picante, e isso não é, de modo algum, apagado pelo peso do novo significado que lhe é atribuído. (O homem ainda é um dos animais primatas, e um poema ainda é um conjunto de marcas pretas sobre uma folha branca.) E mais tarde comecei a enxergar que o novo significado não é arbitrário; ele brota de profundezas das quais eu nem mesmo suspeitava. Primeiro, a linguagem de praticamente todos os grandes místicos, independentemente de pertencerem a uma tradição comum – alguns deles pagãos, outros islâmicos e a maioria, cristãos – confronta-nos com a evidência de que a imagem do casamento, da união sexual, não é apenas profundamente natural, mas quase que inevitavelmente um meio de expressar a união desejada entre Deus e o homem. A própria palavra “união” já suscitou tal ideia. Segundo, o deus como noivo e o seu “santo matrimônio” com a deusa constituem um tema e um ritual recorrente em muitas formas de paganismo – paganismo não na forma que deveríamos classificar como sendo o seu estágio mais puro ou mais iluminado, mas talvez em um sentido mais religioso, sério e convicto. E se Cristo (como eu acredito), ao transcender e, assim, satisfizer tanto o paganismo quanto o judaísmo, então podemos esperar que ele também satisfaça esse outro aspecto. Esse, como todos os demais, deve “resumir-se” nele. Terceiro, a ideia surge de uma forma ligeiramente diferente dentro do

judaísmo. Para os místicos, Deus é o noivo da alma individual. Para os pagãos, o deus é o noivo da deusa-mãe, a terra, mas sua união com ela também torna fértil toda a tribo e seus animais, de modo que, em certo sentido, ele é noivo de todas essas coisas também. O conceito judaico está, de certa forma, mais próximo do paganismo do que o dos místicos, pois nele a noiva de Deus é a nação inteira, Israel. Isso é trabalhado em um dos mais emocionantes e imaginativos capítulos de todo o Antigo Testamento (Ez 6). Por fim, no Apocalipse, isso é transferido do antigo para o novo Israel e a noiva se torna a Igreja, “toda a abençoada assembleia de fiéis”. Como a noiva indigna de Ezequiel, ela é quem foi resgatada, lavada, vestida e unida em matrimônio por Deus – um casamento como o da lenda do rei Cophetua com a pedinte. Assim, a alegoria que, a princípio, parecia tão arbitrária – a ingenuidade de algum comentarista afetado que estivesse determinado a forçar avaliações positivas sobre os textos menos promissores – acabou por revelar, quando analisada de maneira mais séria e profunda, raízes em toda a história da religião por ser carregada de poesia, por produzir percepções. Rejeitá-la porque ela não tem um apelo imediato à cultura de nossa época é agir de maneira provinciana, é demonstrar a cegueira autocomplacente de quem não sai de casa.

Lido nesse sentido, o salmo restaura o Natal à sua própria complexidade. O nascimento de Cristo é a chegada do grande guerreiro e do grande rei. Também significa a chegada do amante, do noivo, cuja beleza supera a do homem. Mas não apenas o noivo como amante, desejado; o noivo também como aquele que dá frutos, o pai de crianças ainda por serem geradas e nascidas. (Certamente a imagem de uma criança em uma manjedoura de modo algum nos sugere um rei, um matador de gigantes, um noivo e um pai. Mas também não sugeriria a Palavra eterna – se não soubéssemos. Todos esses são, em igual medida, aspectos do mesmo paradoxo central.) O poeta então

se volta para a noiva com a exortação: “Esqueça o seu povo e a casa paterna” (Sl 45.10). Esta frase tem um sentido simples e doloroso para nós quando lemos o salmo como o poeta provavelmente gostaria que o lêssemos. Pensa-se na saudade do lar, em uma garota (provavelmente uma menina) chorando secretamente em um harém estranho, em todas as dores que possam sustentar qualquer casamento dinástico, especialmente um casamento oriental. O poeta (que, é claro, conhecia tudo sobre isso, e provavelmente tinha ele mesmo uma filha) a consola: “Não se preocupe. Você perdeu seus pais, mas terá filhos, e esses filhos serão grandes homens”. Tudo isso, porém, também possui sua relevância pungente quando a noiva é a Igreja. Uma vocação é algo terrível. Ser chamado para fora da natureza, à vida sobrenatural, é, a princípio (ou talvez não tão a princípio – a dor da ruptura talvez se sinta mais adiante), uma honra que possui um alto preço. Até mesmo ser chamado de um nível natural a outro é uma perda tanto quanto um ganho. O homem tem dificuldades e aflições que os outros primatas não têm. No entanto, ser chamado a coisas mais elevadas custa ainda mais. “Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai”, disse Deus a Abraão (Gn 12.1). Trata-se de uma ordem terrível; dê as costas a tudo o que você conhece. O consolo (se naquele momento algum consolo pudesse existir) é muito parecido com o que o salmista oferece à noiva: “Farei de ti uma grande nação”. Pode-se dizer que nosso Senhor repete essa ordem, no sentido de “dar as costas”, de modo terrível quando afirma: “Aquele que não rejeitar o pai, a mãe ou mesmo a própria vida...” Ele fala, com muita frequência, de maneira proverbial e paradoxal; o ódio (em prosa fria) não é apreciado; somente a rejeição resoluta, aparentemente implacável a inclinações naturais quando (e se) a terrível escolha chegar a esse ponto. (Mesmo assim, entendo que esse texto seja produtivo somente para os que o lerem com horror. O homem que acha

fácil o bastante odiar seu pai e a mulher cuja vida é uma longa luta para não odiar sua mãe fariam melhor ficando longe desse texto.) O consolo da noiva nessa alegoria não consiste (onde os místicos a colocariam) em estar nos abraços do esposo, mas em sua fecundidade. Se ela não gera frutos, se não é a mãe dos santos e da santidade, talvez esse casamento seja uma ilusão, pois “os abraços de um deus nunca são em vão”.

A escolha do Salmo 8* para o dia da ascensão novamente depende de uma interpretação encontrada no Novo Testamento. Em seu sentido literal, esse poema curto e requintado é a simplicidade em pessoa – uma expressão de assombro diante do homem e de seu lugar na natureza (há um coro de Sófocles não diferente dele) e, portanto, diante do Deus que a constituiu. Deus é maravilhoso, como defensor ou “juiz” e como Criador. Quando alguém olha para o céu e para todas as estrelas, que constituem obra de suas mãos, parece estranho que ele se interesse por coisas como o homem. No entanto, na verdade, embora nos tenha feito inferiores aos seres celestiais, ele nos deu, aqui embaixo na terra, a extraordinária honra: nos fez proprietários de todas as outras criaturas. Mas para o autor de Hebreus (2.6-9), isso sugeriu algo que nós, por nós mesmos, nunca teríamos imaginado. O salmista disse: “Tu o fizeste dominar sobre as obras das tuas mãos; sob os seus pés [do homem] tudo puseste” (Sl 8.6). O autor cristão observa que, no estado atual do universo, isso não é estritamente verdadeiro. O homem é morto com frequência, e ainda mais frequentemente é derrotado por animais ferozes, vegetais venenosos, clima, terremotos etc. Para nós pareceria simplesmente perverso e ardiloso tomar assim uma expressão poética como se ela tivesse objetivos científicos universais. Podemos nos aproximar tanto quanto possível desse ponto de vista se não imaginarmos o comentarista argumentando (como

* Veja apêndice, p. 145.

penso que ele, de fato, argumenta): “Uma vez que isso não é verdade no presente, e uma vez que todas as Escrituras devem ser verdadeiras, a declaração deve realmente referir-se ao futuro”, e sim: “Isso claramente é verdadeiro no sentido poético – e, portanto, para uma pessoa orientada pela lógica, um sentido livre – que o poeta tinha em mente, mas como, se ele era muito mais verdadeiro do que sabíamos?”. Isso nos levará por uma rota mais fácil para os nossos hábitos de mente, em direção ao que ele pensa sobre o novo significado verdadeiro – ou deveria eu dizer “significado suplementar”? – do novo peso colocado sobre as palavras do poeta. Cristo subiu ao céu. Ele, que foi feito (por um tempo) “menor do que os anjos”, virá a se tornar o conquistador e o governante de todas as coisas, incluindo-se a morte e (o patrono da morte) o diabo.

Para a maioria de nós isso parecerá uma alegoria particularizada. Mas é exatamente isso que o apóstolo Paulo obviamente tem em mente em 1 Coríntios 15.20-28. Esse trecho, com a passagem em Hebreus, deixa bem claro que a interpretação foi estabelecida na tradição cristã mais primitiva. Ela talvez tenha sua origem em nosso Senhor. Não havia, afinal de contas, descrição de si mesmo que Jesus mais apreciasse do que “Filho do Homem”; e, é claro, assim como “filha da Babilônia” significa “Babilônia”, “Filho do Homem” significa “Homem”, o Homem arquetípico, de cujo sofrimento, ressurreição e vitórias todos os homens (a menos que se recusem) podem participar.

E eu creio que é disso que os cristãos modernos, em sua maioria, precisam se lembrar. A mim parece raro encontrar qualquer sentido vigoroso ou exultante da humanidade de Cristo continuada e nunca abandonada na glória, na eternidade. Enfatizamos a humanidade quase que exclusivamente no Natal, e a deidade quase que exclusivamente após a ressurreição; como se Cristo outrora tivesse se tornado um homem e então, no presente, passasse a ser simplesmente um Deus. Pensamos na

ressurreição e na ascensão (corretamente) como grandes atos de Deus; com menos frequência, no entanto, como o triunfo do homem. A interpretação antiga do Salmo 8, não importa o que tenha concluído, é uma correção encorajadora. Nem é, prosseguindo com o raciocínio, a analogia entre o lugar da humanidade no universo (sua grandeza e sua pequenez, suas origens humildes e, mesmo em nível natural, seu destino maravilhoso) e a humilhação e as vitórias de Cristo verdadeiramente forçada e improvável. Não é, pelo menos, o que me parece. Como já indiquei, para mim parece haver algo mais do que a analogia entre a promoção da bestialidade no homem e a promoção da humanidade em Deus.

Mas me impressiono para além de mim mesmo. É tempo de concluir com uma breve nota sobre coisas mais simples.

Uma é o aparente (e, na maioria das vezes, sem dúvida, verdadeiro) farisaísmo dos salmos: “Tu me sondas, e nada encontras” (Sl 17.3); “Tenho vivido com integridade” (26.1); “Guarda a minha vida, pois sou fiel a ti” (86.2). Para muitas pessoas, as coisas não melhoram muito se alguém disser, como provavelmente pode mesmo dizer, que às vezes o narrador se refere, em primeiro lugar, a Israel, e não ao indivíduo; e mesmo dentro de Israel, trata-se de uma menção aos fiéis remanescentes. No entanto, isso faz certa diferença: até determinado ponto, esse remanescente era santo e inocente comparado com algumas culturas pagãs instaladas ao redor. Tratava-se quase sempre de um “sofredor inocente” no sentido de que não merecera o que lhe fora infligido nem as mãos dos que lhe infligiram o sofrimento. Mas, é claro, viria um Sofredor que era, de fato, santo e inocente. A situação imaginária de Platão se tornaria real. Todas essas afirmações se tornariam verdadeiras na boca de nosso Senhor. E sendo verdadeiras, era necessário que fossem colocadas em prática. A lição segundo a qual a inocência perfeita, não vingativa e perdoadora pode conduzir, como o

mundo está sendo conduzido, não ao amor, mas às maldições pronunciadas em alto e bom som pela multidão e à morte, é essencial. Nosso Senhor, portanto, torna-se o narrador nessas passagens, quando um cristão as lê; por direito – seria um obscurecimento da verdadeira questão se ele não se tornasse, pois negou todo o pecado de si mesmo. (Isso, em verdade, não é pouco em se tratando de sua deidade, pois ele não causou, mesmo sobre os inimigos do cristianismo, a impressão de arrogância; muitos deles não parecem tão chocados como poderíamos esperar diante da afirmação divina, segundo a qual ele é “manso e humilde de coração”. No entanto, nosso Senhor disse tais coisas como se tivesse, sob todas as hipóteses, exceto uma, a arrogância de um paranoico. É como se, mesmo onde a hipótese é rejeitada, parte da realidade que implica em sua verdade fosse “bem esclarecida”.)

Dos salmos de maldição, suponho que a maioria de nós faça suas próprias alegorias morais – bem consciente de que elas são pessoais e em um nível bem diferente do das altas questões com as quais tenho tentado lidar. Conhecemos o próprio objeto da hostilidade absoluta: maldade, especialmente a nossa própria. Assim, no Salmo 36 – “Há no meu íntimo um oráculo a respeito da maldade do ímpio” –, cada um reflete que seu próprio coração é a amostra daquela maldade que conhece melhor. Depois disso, o mergulho para cima do versículo 5, na misericórdia alta como os céus e na justiça sólida como as montanhas, ganha ainda mais força e beleza. A partir desse ponto de vista, posso usar até mesmo a passagem terrível do Salmo 137 sobre atirar as crianças babilônias contra as pedras. Conheço coisas no mundo interior que são como bebês; os começos infantis de pequenas indulgências, pequenos ressentimentos que podem um dia tornar-se dependência alcoólica ou ódio enraizado, mas que nos cortejam e adulam com apelos especiais e que parecem tão insignificantes e tão indefesos que, ao resisti-los, sentimos

que estamos sendo cruéis para com os animais. Eles começam choramingando: “Não peço muito, mas...”; “Eu ao menos esperava que...”; ou: “Você deve a si mesmo *alguma* consideração”. Contra todos esses lindos bebês (aqueles a quem amamos têm seu jeito todo especial de nos conquistar), o conselho do salmo é o melhor: esmaguem os crânios dos pequenos bastardos. E “feliz” é o que pode, pois é mais fácil falar do que fazer.

Às vezes, sem o estímulo da tradição, um segundo sentido se imporá irresistivelmente sobre o leitor. Quando o poeta do Salmo 84.10 disse: “Melhor é um dia nos teus átrios do que mil noutra lugar”, ele sem dúvida quis dizer que um dia ali era melhor do que mil em qualquer outro lugar. Acho impossível excluir esse pensamento à medida que o leio; até onde sei, o Antigo Testamento nunca o alcança por completo. Ele está lá no Novo Testamento, belamente apresentado não por colocar um novo peso sobre palavras antigas, mas simplesmente por acrescentar a elas. O Salmo 90 (v. 4) declara que mil anos para Deus são como um único dia, o dia de ontem; em 2 Pedro 3.8 – não o primeiro lugar no mundo onde alguém teria procurado por uma teologia tão metafísica – lemos não somente que mil anos são como um dia, mas também que “um dia é como mil anos”. O salmista apenas quis dizer, penso eu, que Deus é eterno, que a sua vida é infinita no tempo. Mas a epístola nos arrebatava por completo da sequência do tempo. Como nada supera Deus, da mesma maneira nada escapa dele para o passado. A concepção posterior (posterior no pensamento cristão; Platão já a havia alcançado) da eternidade como presente eterno fora descoberta. Mesmo posteriormente, para alguns de nós, o “dia” nos átrios de Deus, que é melhor do que mil, deve carregar um duplo sentido. O Eterno pode encontrar-nos no que é, por nossas formas de medição atuais, um dia ou (mais provavelmente) um minuto ou um segundo; mas nós temos tocado o que não é de modo algum mensurável por períodos de tempo, quer

longos, quer curtos. Por conseguinte, nossa esperança emerge, se não totalmente do tempo (que poderia não se amoldar a nossa humanidade), de qualquer maneira a partir da tirania, da pobreza não linear do tempo para cavalgá-lo, e não para ser cavalgada por ele; assim, poderia curar aquela ferida dolorida (“a ferida para a qual o homem nasceu”) que a simples sucessão e a mutabilidade infligem sobre nós quase que igualmente quando estamos felizes e quando estamos infelizes. Pois somos tão pouco reconciliados com o tempo que ficamos até mesmo atônitos diante dele. “Como ele cresceu!”, dizemos. “Como o tempo voa!”, como se a forma universal de nossa experiência fosse frequentemente uma novidade. Isso é estranho, como se um peixe ficasse repetidamente surpreso com a umidade da água. E seria, de fato, estranho; a menos, é claro, que o peixe fosse destinado a se tornar, um dia, um animal terrestre.



APÊNDICE

SALMOS SELECIONADOS

SALMO 8 | DOMINE, DOMINUS NOSTER

- ¹ Senhor, Senhor nosso, como é majestoso o teu nome em toda a terra! Tu, cuja glória é cantada nos céus.
- ² Dos lábios das crianças e dos recém-nascidos firmaste o teu nome como fortaleza, por causa dos teus adversários, para silenciar o inimigo que busca vingança.
- ³ Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, a lua e as estrelas que ali firmaste,
- ⁴ pergunto: Que é o homem, para que com ele te importes? E o filho do homem, para que com ele te preocupes?
- ⁵ Tu o fizeste um pouco menor do que os seres celestiais e o coroaste de glória e de honra.
- ⁶ Tu o fizeste dominar sobre as obras das tuas mãos; sob os seus pés tudo puseste:
- ⁷ todos os rebanhos e manadas, e até os animais selvagens,
- ⁸ as aves do céu, os peixes do mar e tudo o que percorre as veredas dos mares.
- ⁹ Senhor, Senhor nosso, como é majestoso o teu nome em toda a terra!

SALMO 19 | COELI ENARRANT

- ¹ Os céus declaram a glória de Deus; o firmamento proclama a obra das suas mãos.
- ² Um dia fala disso a outro dia; uma noite o revela a outra noite.
- ³ Sem discurso nem palavras, não se ouve a sua voz.
- ⁴ Mas a sua voz ressoa por toda a terra, e as suas palavras, até os confins do mundo. Nos céus ele armou uma tenda para o sol,
- ⁵ que é como um noivo que sai de seu aposento e se lança em sua carreira com a alegria de um herói.
- ⁶ Sai de uma extremidade dos céus e faz o seu trajeto até a outra; nada escapa ao seu calor.
- ⁷ A lei do Senhor é perfeita, e revigora a alma. Os testemunhos do Senhor são dignos de confiança, e tornam sábios os inexperientes.
- ⁸ Os preceitos do Senhor são justos, e dão alegria ao coração. Os mandamentos do Senhor são límpidos, e trazem luz aos olhos.
- ⁹ O temor do Senhor é puro, e dura para sempre. As ordenanças do Senhor são verdadeiras, são todas elas justas.
- ¹⁰ São mais desejáveis do que o ouro, do que muito ouro puro; são mais doces do que o mel, do que as gotas do favo.
- ¹¹ Por elas o teu servo é advertido; há grande recompensa em obedecer-lhes.
- ¹² Quem pode discernir os próprios erros? Absolve-me dos que desconheço!
- ¹³ Também guarda o teu servo dos pecados intencionais; que eles não me dominem! Então serei íntegro, inocente de grande transgressão.
- ¹⁴ Que as palavras da minha boca e a meditação do meu coração sejam agradáveis a ti, Senhor, minha Rocha e meu Resgatador!

SALMO 36 | DIXIT INJUSTUS

- ¹ Há no meu íntimo um oráculo a respeito da maldade do ímpio: Aos seus olhos é inútil temer a Deus.
- ² Ele se acha tão importante, que não percebe nem rejeita o seu pecado.
- ³ As palavras da sua boca são maldosas e traiçoeiras; abandonou o bom senso e não quer fazer o bem.
- ⁴ Até na sua cama planeja maldade; nada há de bom no caminho a que se entregou, e ele nunca rejeita o mal.
- ⁵ O teu amor, Senhor, chega até os céus; a tua fidelidade até as nuvens.
- ⁶ A tua justiça é firme como as altas montanhas; as tuas decisões insondáveis como o grande mar. Tu, Senhor, preservas tanto os homens quanto os animais.
- ⁷ Como é precioso o teu amor, ó Deus! Os homens encontram refúgio à sombra das tuas asas.
- ⁸ Eles se banqueteiam na fartura da tua casa; tu lhes dás de beber do teu rio de delícias.
- ⁹ Pois em ti está a fonte da vida; graças à tua luz, vemos a luz.
- ¹⁰ Estende o teu amor aos que te conhecem, a tua justiça aos que são retos de coração.
- ¹¹ Não permitas que o arrogante me pisoteie, nem que a mão do ímpio me faça recuar.
- ¹² Lá estão os malfeitores caídos, lançados ao chão, incapazes de levantar-se!

SALMO 45 | ERUCTAVIT COR MEUM

- ¹ Com o coração vibrando de boas palavras recito os meus versos em honra ao rei; seja a minha língua como a pena de um hábil escritor.
- ² És dos homens o mais notável; derramou-se graça em teus lábios, visto que Deus te abençoou para sempre.

- ³ Prende a espada à cintura, ó poderoso! Cobre-te de esplendor e majestade.
- ⁴ Na tua majestade cavalga vitoriosamente pela verdade, pela misericórdia e pela justiça; que a tua mão direita realize feitos gloriosos.
- ⁵ Tuas flechas afiadas atingem o coração dos inimigos do rei; debaixo dos teus pés caem nações.
- ⁶ O teu trono, ó Deus, subsiste para todo o sempre; cetro de justiça é o cetro do teu reino.
- ⁷ Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, escolheu-te dentre os teus companheiros unguendo-te com óleo de alegria.
- ⁸ Todas as tuas vestes exalam aroma de mirra, aloés e cássia; nos palácios adornados de marfim ressoam os instrumentos de corda que te alegram.
- ⁹ Filhas de reis estão entre as mulheres da tua corte; à tua direita está a noiva real enfeitada de ouro puro de Ofir.
- ¹⁰ Ouça, ó filha, considere e incline os seus ouvidos: Esqueça o seu povo e a casa paterna.
- ¹¹ O rei foi cativado pela sua beleza; honre-o, pois ele é o seu senhor.
- ¹² A cidade de Tiro trará seus presentes; seus moradores mais ricos buscarão o seu favor.
- ¹³ Cheia de esplendor está a princesa em seus aposentos, com vestes enfeitadas de ouro.
- ¹⁴ Em roupas bordadas é conduzida ao rei, acompanhada de um cortejo de virgens; são levadas à tua presença.
- ¹⁵ Com alegria e exultação são conduzidas ao palácio do rei.
- ¹⁶ Os teus filhos ocuparão o trono dos teus pais; por toda a terra os farás príncipes.
- ¹⁷ Perpetuarei a tua lembrança por todas as gerações; por isso as nações te louvarão para todo o sempre.

SALMO 68 | EXURGAT DEUS

- ¹ Que Deus se levante! Sejam espalhados os seus inimigos, fujam dele os seus adversários.
- ² Que tu os dissipés assim como o vento leva a fumaça; como a cera se derrete na presença do fogo, assim pereçam os ímpios na presença de Deus.
- ³ Alegrem-se, porém, os justos! Exultem diante de Deus! Regozijem-se com grande alegria!
- ⁴ Cantem a Deus, louvem o seu nome, exaltem aquele que cavalga sobre as nuvens; seu nome é Senhor! Exultem diante dele!
- ⁵ Pai para os órfãos e defensor das viúvas é Deus em sua santa habitação.
- ⁶ Deus dá um lar aos solitários, liberta os presos para a prosperidade, mas os rebeldes vivem em terra árida.
- ⁷ Quando saíste à frente do teu povo, ó Deus, quando marchaste pelo ermo,
- ⁸ a terra tremeu, o céu derramou chuva diante de Deus, o Deus do Sinai, diante de Deus, o Deus de Israel.
- ⁹ Deste chuvas generosas, ó Deus; refrescaste a tua herança exausta.
- ¹⁰ O teu povo nela se instalou, e da tua bondade, ó Deus, supriste os pobres.
- ¹¹ O Senhor anunciou a palavra, e muitos mensageiros a proclamavam:
- ¹² “Reis e exércitos fogem em debandada; a dona de casa reparte os despojos.
- ¹³ Mesmo quando vocês dormem entre as fogueiras do acampamento, as asas da minha pomba estão recobertas de prata, as suas penas, de ouro reluzente”.
- ¹⁴ Quando o Todo-Poderoso espalhou os reis, foi como neve no monte Zalmom.

- ¹⁵ Os montes de Basã são majestosos; escarpados são os montes de Basã.
- ¹⁶ Por que, ó montes escarpados, estão com inveja do monte que Deus escolheu para sua habitação, onde o próprio Senhor habitará para sempre?
- ¹⁷ Os carros de Deus são incontáveis, são milhares de milhares; neles o Senhor veio do Sinai para o seu Lugar Santo.
- ¹⁸ Quando subiste em triunfo às alturas, ó Senhor Deus, levaste cativos muitos prisioneiros; recebeste homens como dádivas, até mesmo rebeldes, para estabeleceres morada.
- ¹⁹ Bendito seja o Senhor, Deus, nosso Salvador, que cada dia suporta as nossas cargas.
- ²⁰ O nosso Deus é um Deus que salva; ele é o Soberano, ele é o Senhor que nos livra da morte.
- ²¹ Certamente Deus esmagará a cabeça dos seus inimigos, o crânio cabeludo dos que persistem em seus pecados.
- ²² “Eu os trarei de Basã”, diz o Senhor, “eu os trarei das profundezas do mar,
- ²³ para que você encharque os pés no sangue dos inimigos, sangue do qual a língua dos cães terá a sua porção.”
- ²⁴ Já se vê a tua marcha triunfal, ó Deus, a marcha do meu Deus e Rei adentrando o santuário.
- ²⁵ À frente estão os cantores, depois os músicos; com eles vão as jovens tocando tamborins.
- ²⁶ Bendigam a Deus na grande congregação! Bendigam o Senhor, descendentes de Israel!
- ²⁷ Ali está a pequena tribo de Benjamim, a conduzi-los, os príncipes de Judá acompanhados de suas tropas, e os príncipes de Zebulom e Naftali.
- ²⁸ A favor de vocês, manifeste Deus o seu poder! Mostra, ó Deus, o poder que já tens operado para conosco.
- ²⁹ Por causa do teu templo em Jerusalém, reis te trarão presentes.

- ³⁰ Repreende a fera entre os juncos, a manada de touros entre os bezerros das nações. Humilhados, tragam barras de prata. Espalha as nações que têm prazer na guerra.
- ³¹ Ricos tecidos venham do Egito; a Etiópia corra para Deus de mãos cheias.
- ³² Cantem a Deus, reinos da terra, louvem o Senhor, Pausa
- ³³ aquele que cavalga os céus, os antigos céus. Escutem! Ele tropeja com voz poderosa.
- ³⁴ Proclamem o poder de Deus! Sua majestade está sobre Israel, seu poder está nas altas nuvens.
- ³⁵ Tu és temível no teu santuário, ó Deus; é o Deus de Israel que dá poder e força ao seu povo. Bendito seja Deus!

SALMO 104 | BENEDIC, ANIMA MEA

- ¹ Bendiga o Senhor a minha alma! Ó Senhor, meu Deus, tu és tão grandioso! Estás vestido de majestade e esplendor!
- ² Envolto em luz como numa veste, ele estende os céus como uma tenda,
- ³ e põe sobre as águas dos céus as vigas dos seus aposentos. Faz das nuvens a sua carruagem e cavalga nas asas do vento.
- ⁴ Faz dos ventos seus mensageiros e dos clarões reluzentes seus servos.
- ⁵ Firmaste a terra sobre os seus fundamentos para que jamais se abale;
- ⁶ com as torrentes do abismo a cobriste, como se fossem uma veste; as águas subiram acima dos montes.
- ⁷ Diante das tuas ameaças as águas fugiram, puseram-se em fuga ao som do teu trovão;
- ⁸ subiram pelos montes e escorreram pelos vales, para os lugares que tu lhes designaste.
- ⁹ Estabeleceste um limite que não podem ultrapassar; jamais tornarão a cobrir a terra.

- ¹⁰ Fazes jorrar as nascentes nos vales e correrem as águas entre os montes;
- ¹¹ delas bebem todos os animais selvagens, e os jumentos selvagens saciam a sua sede.
- ¹² As aves do céu fazem ninho junto às águas e entre os galhos põem-se a cantar.
- ¹³ Dos teus aposentos celestes regas os montes; sacia-se a terra com o fruto das tuas obras!
- ¹⁴ É o Senhor que faz crescer o pasto para o gado, e as plantas que o homem cultiva, para da terra tirar o alimento:
- ¹⁵ o vinho, que alegra o coração do homem; o azeite, que lhe faz brilhar o rosto, e o pão que sustenta o seu vigor.
- ¹⁶ As árvores do Senhor são bem regadas, os cedros do Líbano que ele plantou;
- ¹⁷ nelas os pássaros fazem ninho, e nos pinheiros a cegonha tem o seu lar.
- ¹⁸ Os montes elevados pertencem aos bodes selvagens, e os penhascos são um refúgio para os coelhos.
- ¹⁹ Ele fez a lua para marcar estações; o sol sabe quando deve se pôr.
- ²⁰ Trazes trevas, e cai a noite, quando os animais da floresta vagueiam.
- ²¹ Os leões rugem à procura da presa, buscando de Deus o alimento,
- ²² mas ao nascer do sol eles se vão e voltam a deitar-se em suas tocas.
- ²³ Então o homem sai para o seu trabalho, para o seu labor até o entardecer.
- ²⁴ Quantas são as tuas obras, Senhor! Fizeste todas elas com sabedoria! A terra está cheia de seres que criaste.
- ²⁵ Eis o mar, imenso e vasto. Nele vivem inúmeras criaturas, seres vivos, pequenos e grandes.

- ²⁶ Nele passam os navios, e também o Leviatã, que formaste para com ele brincar.
- ²⁷ Todos eles dirigem seu olhar a ti, esperando que lhes dês o alimento no tempo certo;
- ²⁸ tu lhes dás, e eles o recolhem, abres a tua mão, e saciam-se de coisas boas.
- ²⁹ Quando escondes o rosto, entram em pânico; quando lhes retiras o fôlego, morrem e voltam ao pó.
- ³⁰ Quando sopras o teu fôlego, eles são criados, e renovas a face da terra.
- ³¹ Perdure para sempre a glória do Senhor! Alegre-se o Senhor em seus feitos!
- ³² Ele olha para a terra, e ela treme, toca os montes, e eles fumegam.
- ³³ Cantarei ao Senhor toda a minha vida; louvarei ao meu Deus enquanto eu viver.
- ³⁴ Seja-lhe agradável a minha meditação, pois no Senhor tenho alegria.
- ³⁵ Sejam os pecadores eliminados da terra e deixem de existir os ímpios. Bendiga o Senhor a minha alma! Aleluia!

SALMO 110 | DIXIT DOMINUS

- ¹ O Senhor disse ao meu Senhor: “Senta-te à minha direita até que eu faça dos teus inimigos um estrado para os teus pés”.
- ² O Senhor estenderá o cetro de teu poder desde Sião, e dominarás sobre os teus inimigos!
- ³ Quando convocares as tuas tropas, o teu povo se apresentará voluntariamente. Trajando vestes santas, desde o romper da alvorada os teus jovens virão como o orvalho.
- ⁴ O Senhor jurou e não se arrependerá: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque”.

- ⁵ O Senhor está à tua direita; ele esmagará reis no dia da sua ira.
- ⁶ Julgará as nações, amontoando os mortos e esmagando governantes em toda a extensão da terra.
- ⁷ No caminho beberá de um ribeiro, e então erguerá a cabeça.



ÍNDICE

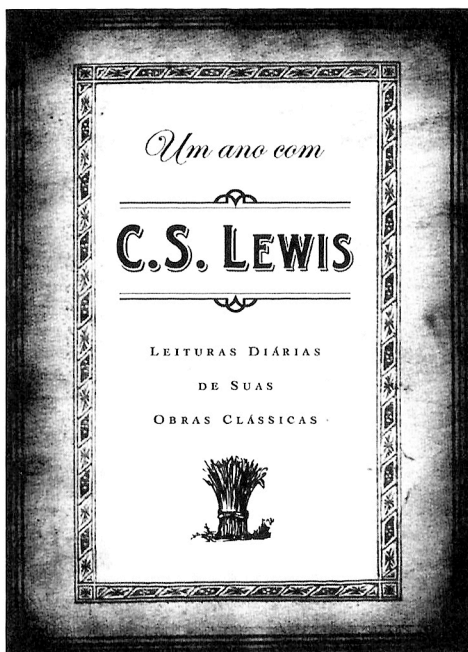
SALMOS DISCUTIDOS OU MENCIONADOS

Salmo

- | | |
|--------------------------|----------------------------------|
| 1. pág. 63 | 18. págs. 10, 65, 88 |
| 2. págs. 11, 128 | 19. págs. 62, 69-71, 88 |
| 5. pág. 82 | 22. págs. 126, 133 |
| 6. pág. 45 | 23. pág. 28 |
| 7. págs. 24, 25 | 26. págs. 73, 140 |
| 8. págs. 138, 140 | 27. págs. 55, 57 |
| 9. págs. 19, 58 | 28. pág. 128 |
| 10. págs. 23, 82 | 29. pág. 88 |
| 11. pág. 68 | 30. págs. 45, 98 |
| 12. pág. 82 | 31. págs. 73, 82 |
| 13. pág. 128 | 33. pág. 90 |
| 16. pág. 126 | 35. págs. 18, 24 |
| 17. págs. 42, 140 | 36. págs. 68, 82, 88, 141 |

- 37.** pág. 12
39. pág. 45
40. pág. 133
41. pág. 82
42. pág. 57
43. pág. 58
45. págs. 131, 134-138
47. pág. 58
49. págs. 42, 45
50. págs. 24, 56, 57, 73, 98, 100, 104
52. pág. 82
54. pág. 98
55. págs. 82, 128
57. pág. 58
58. pág. 37
63. pág. 57
65. págs. 57, 85, 90
67. pág. 18
68. págs. 19, 54, 132
69. pág. 28
72. págs. 19, 128
76. pág. 20
81. pág. 58
82. pág. 20
84. pág. 57
86. pág. 140
88. págs. 45, 98
89. págs. 45, 131
90. pág. 142
91. pág. 126
96. pág. 18
97. pág. 58
102. págs. 82, 128
104. págs. 85, 88, 90, 91, 92
106. pág. 44
107. pág. 13
109. pág. 27
110. págs. 126, 127, 129-131
111. pág. 67
116. pág. 45
118. pág. 126
119. págs. 13, 65-67, 98
132. pág. 131
136. pág. 90
137. págs. 28, 141
139. págs. 28, 73, 95
141. pág. 73
143. págs. 24, 28
146. pág. 45

Leia **também**



UM ANO COM C. S. LEWIS

C. S. Lewis

ultimato 



SURPREENDIDO PELA ALEGRIA

C. S. Lewis

Caro leitor:

Acesse www.ultimo.com.br e faça seu comentário sobre este livro. Conheça também outros títulos da Editora Ultimato.

Escreva-nos e receba a edição atual da revista **Ultimato**.



Caixa Postal 43 | 36570-000 | Viçosa-MG
Tel.: 31 3611-8500
www.ultimo.com.br



C. S. Lewis (1898-1963)

foi um dos gigantes intelectuais do século 20 e, quem sabe, o mais influente escritor cristão de sua época. Foi professor de literatura inglesa da Universidade de Oxford até 1954, quando foi eleito, por unanimidade, para ocupar a cadeira de inglês medieval e renascentista da Universidade de Cambridge, cargo que ocupou até se aposentar. Suas valiosas contribuições nos campos da crítica literária, literatura infantil, literatura fantástica e teologia popular lhe tornaram aclamado e reconhecido no mundo inteiro. Escreveu mais de trinta livros, que continuam a atrair milhares de novos leitores todos os anos. Entre as suas obras mais conhecidas e apreciadas estão a série *As Crônicas de Nárnia*, *Os Quatro Amores*, *Cristianismo Puro e Simples*, *Um Ano com C. S. Lewis* e *Surpreendido pela Alegria*, estas duas publicadas pela Editora Ultimato.

O livro de Salmos é o mais querido e mais lido pelos cristãos, além de o mais antigo hinário e livro de orações da história religiosa.

Em **LENDO OS SALMOS**, somos guiados por C. S. Lewis e envolvidos pela sabedoria e mistério, pela poesia e significado dos textos bíblicos aplicados à vida diária.

"LENDOSALMOS não dirá ao leitor tudo o que ele gostaria de saber sobre os Salmos, mas lhe dirá muita coisa que ele não vai gostar de saber sobre si mesmo." - Times Literary Supplement

"C. S. Lewis revela neste livro a mesma percepção aguçada e modo de falar talentoso que o transformaram em um dos ensaístas mais respeitados da língua inglesa." - Chicago Sunday Tribune

"Repleto de observações esclarecedoras." - New York Times

ultimato 

